

ESTUDOS DO LÉXICO

diferentes olhares e perspectivas

Marcus Dores
Maryelle Cordeiro
Organizadores



LETRACAPITAL

Conselho Editorial

Série Letra Capital Acadêmica

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)
Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)
João Luiz Pereira Domingues (UFF)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-Rio)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Márcia Verônica Ramos de Macedo (UFAC)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)
Virginia Sita Farias (UFRJ)
Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

Marcus Dores
Maryelle Cordeiro

Estudos do léxico:
diferentes olhares e perspectivas



LETRCAPITAL

Copyright © Marcus Dores e Maryelle Cordeiro, 2022

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Pat Dassi

PROJETO GRÁFICO E CAPA Jenyfer Bonfim

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

E85

Estudos do léxico [recurso eletrônico]: diferentes olhares e perspectivas / [organização]
Marcus Dores, Maryelle Cordeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.
recurso digital; 4 MB

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-785-2 (recurso eletrônico)

1. Linguística. 2. Lexicologia. 3. Linguagem e línguas 4. Semântica. 5. Livros eletrônicos. I. Dores, Marcus. II. Cordeiro, Maryelle.

22-81423

CDD: 401.4

CDU: 81'373

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236 / 2215-3781
vendas@letracapital.com.br
www.letracapital.com.br

Prefácio

Os estudos do léxico de qualquer língua por *diferentes olhares e perspectivas* não de ser os espelhos que refletem as culturas da comunidade que a fala. Distintos segmentos conceituais ou teóricos, há tempo, apontam para essa premissa. Edward Sapir (1884-1939) e Benjamin Whorf (1897-1941), defensores do relativismo linguístico, por exemplo, propõem que as línguas são diferentes porque são produtos de visões diversas de mundo, enquanto Georges Matoré (1908-1988), sociólogo propositor da lexicologia social, sugere que as mudanças numa sociedade são refletidas no léxico de sua língua.

Uma fonte ou objeto de observação pelo qual tal premissa ou objeto teórico tem lugar são os registros do léxico da língua: os dicionários, por exemplo, que, por sua vez, se utilizam doutros *corpora* escritos de variados domínios discursivos.

Pode-se dizer que desde o século XVI, circunscrevendo a língua portuguesa, fazem-se dicionários, glossários, vocabulários, tesouros... A maioria, tradicionalmente, tem como base *corpora* escritos, mas há também resultados de fontes orais como o *Tesouro do léxico patrimonial galego e portugués* (<http://ilg.usc.es/tesouro/gl/>): “unha base de datos léxica que permite o acceso rápido e cómodo a información contida en traballos de léxico dialectal de galego, portugués de Portugal e portugués do Brasil”.

É possível dizer que a ciência chamada lexicografia tem sua origem no século XI, como testemunham os manuscritos do *Elementarium* (cód. 1050) de Papias ainda conservados em Portugal. Se tivéssemos que escrever uma breve história dos dicionários mais importantes da língua, precisaríamos dar destaque ao Pe. Bento Pereira, autor de *Thesouro da lingua portuguesa* (1647); ou ainda do dicionário de Amaro Reboredo, *Raízes da lingua latina mostradas em hum tratado, e dictionario* (1621), escrito em latim, português e espanhol; e autores, como Agostinho Barbosa e seu

Vocabulário (1611) e Jerônimo Cardoso, considerado um dos pais da lexicografia da língua portuguesa, e seus dicionários, especialmente o *Dictionaruim ex Lusitanico in Latinum Sermonem* de 1562 (Verdelho, 2002).¹

O destaque a Pereira deve-se ao registro do termo *moleque* na seção *aditamento* (ou apêndice) do seu *Thesouro*. As acepções dessa palavra encontradas nos dicionários ajudam a revelar a história de como se deu o contato cultural entre portugueses e diversas etnias africanas a partir do século XVI. É apenas um breve exemplo para ratificar que as variações semânticas de toda e qualquer palavra refletem as transformações na cultura da comunidade de língua portuguesa, atestando cada momento da constituição das diferentes visões de mundo que habitam nessa comunidade: no *Thesouro* a definição de *moleque* é *adolescens niger*, ou seja, “adolescente negro”. Trata-se do registro de um empréstimo linguístico, tão comum e natural em ambientes de contato cultural, como o que intensamente ocorreu entre portugueses e africanos. As acepções jocosas e pejorativas relacionadas a *moleque* aparecem com mais frequência a partir do *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* de Laudelino Freire, composto nas primeiras décadas do século XX (Camraia; Santiago-Almeida, 2014).²

O melhor mesmo é meter-se em fronhas pelos diferentes domínios textuais escritos para estudar o léxico no contexto dos textos. Eles nos reservam surpresas óbvias. Uma delas tem a ver com a periodização da formação da língua portuguesa. É com base na fortuna escrita – que dá conta da nossa história cultural, social, política e literária, por exemplo – que os historiadores do português tentam enquadrá-lo em fases.

Uma dessas divisões, bastante conhecida, é a estabelecida, em 1911, por José Leite de Vasconcelos. Para ele há duas grandes épocas. A arcaica ou antiga (do séc. IX a meados do séc. XVI) e, de lá para cá, a época moderna – que tem na publicação dos *Lusíadas* (1572), de Camões, sua principal referência literária. Nessa questão, há variados pontos de vista e, com eles, outras divisões.

¹ Verdelho, T. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. In: J. H. Nunes e M. Petter (orgs.) São Paulo: Humanitas; Campinas: Pontes, 2002, p. 15-64.

² Camraia, C. N.; Santiago-Almeida, M. M. As molecagens fizeram o moleque. *Língua Portuguesa*, v. 103, p. 38-39, 2014.

Nalgumas delas, há a inclusão, entre o antigo e o moderno, do português médio (do séc. XV até metade do séc. XVI).

A surpresa óbvia está na dedução que é o português desse período médio que se expande com as navegações portuguesas. E a nossa Terra de Vera Cruz está nesse roteiro, nesse tempo. Então, seria esse português, registrado em documentação de variado gênero, o alvo das lupas de quem pretende fazer a descrição do estado de língua que aportou por aqui com as caravelas de Cabral, em 1500.

Em Castro (2012),³ temos uma amostragem da análise de parte desse material: dentre os *corpora*, há referência à produção de Gil Vicente (1465-1537), com exemplos extraídos das duas primeiras versões do *Auto da Barca do Inferno*. O propósito é identificar variantes lexicais e variantes fonéticas, denunciadas na grafia, que podem denunciar a mudança ou a transição do português médio (mais evidente na versão de 1517) para o moderno (mais estabelecido na Compilação de 1562). Entre os exemplos, destacam-se cinco ocorrências do verbo “Leixar”, com <L> na edição mais antiga. No testemunho de 1562, no entanto, registram-se duas vezes “Leixar” e três “Deixar”, com <D>, a forma da língua moderna que conhecemos e usamos até hoje.

Por esse ângulo, espiando tudo de longe quase cinco séculos depois, parece que não há muito o que se discutir. Mas, como o muito não é o todo, restam outros ângulos para pelejarmos com o pouco do todo.

A edição de 1562 foi alterada e é considerada incompleta em relação à primeira de 1517. As emendas feitas pelos filhos, Paula e Luís, nos originais do pai, Gil Vicente, apagando, trocando, acrescentando letras, palavras, frases e trechos, podem, por hipótese, ter sido forjadas para não infringir os critérios da censura inquisitória e para não ficar na contramão do momento histórico, político e cultural de Portugal de então.

É possível, por exemplo, atribuir a preferência pelo português “temos” (verso 2), na Compilação (1562), no lugar do castelhano “tenemos”, na versão de 1517, à tentativa de não ficar em desacordo com a política de confirmação da língua nacional

³ Castro, I. Vésperas brasileiras. In: M. M. Santiago-Almeida; M. C. Lima-Hernandes (Orgs.). *História do Português Paulista: modelos e análises*. Série Estudos, Vol. III. Campinas: Unicamp/Publicações - IEL, 2012, p. 45-72.

espelhada na primeira *Grammatica da lingoagem portuguesa*, (1536), de Fernão de Oliveira (É apenas uma hipótese!).

Por esse ângulo, sendo a hipótese procedente, o que lemos no testemunho de 1562 pode não ser a representação fidedigna do português corrente, falado, nem dos editores, nem dos que viviam e morriam em meados do século XVI. Seria, então, mais um registro da modalidade escrita pensada e lapidada que reflete uma competência linguística mais ideal e racional, do que real e emocional.

É nessa escrita vicentina, porém, que percebemos, como já adiantara Castro (2012), um balançar entre o que seria o português médio e moderno. Diria ainda que, nesse balanço, tangem-se estratos anteriores do português quinhentista. Alguns deles, aliás, continuam vivíssimos e tagarelas até nossos dias.

Afinal, em todo e qualquer estágio de uma língua natural – que, nessa condição, apenas flui, e assim infringe e rejeita todo e qualquer cabresto, infligindo flagelo a toda e qualquer tentativa de prescrição que lhe instigam seguir à força – é possível registrar exemplos de diferentes estratos pelos quais passa uma língua histórica.

O pecado é cair na tentação de olhar apenas para um desses períodos e tentar traçar, com precisão, a linha isoglóssica em relação às fases que o antecedem ou sucedem. Aí, nem adianta argumentar... O diabo ou arrais do inferno há de ter um lugar despejado na barca para o pecador. E, mesmo porque essa pretensa via imaculada pode ser ampla, interseccional e, acima de tudo, invisível. Enfim...

É melhor lançar olhares para as muitas veredas porque sabemos que todo conhecimento adquirido, qualquer invento que seja, vem do que foi e está sendo registrado em nossa memória cultural pela observação direta, por práticas e experimentos do nosso cotidiano, e por aquilo que herdamos – por meio da fala e da escrita – dos que nos antecederam.

Nada disso é novidade, porém. Thomas Astle (1735-1803), paleógrafo inglês, escrevera em *The Origin and Progress of Writing* (1784) que a mais nobre aquisição da humanidade é a fala, e a escrita é a arte mais útil. Tentava ele, com isso, distinguir, pela fala, o ser humano da criatura irracional, e pela escrita diferenciar os civilizados dos selvagens.

Certo é que Astle não filosofou nenhuma novidade. Porque todo ‘novo’ não deixa de ser um ‘de novo’ já dito ou vivenciado por alguém, noutros contextos e tempos esquecidos ou ignorados, que, por diversos motivos, nos chegam escritos por alguém que teve tempo de registrar o seu tempo com suas *verdades* e *novidades*.

Por isso mesmo é saudável interrogar. Porque a interrogação nos leva à investigação: é nela que se pode encontrar o caminho mais curto e seguro para o conhecimento ou para a (re)descoberta... É o que espero de quem se lançar nos textos que seguem:

Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida

São Paulo, novembro de 2022.

Sumário

Apresentação.....	12
1 – Os muitos nomes de uma doença: léxico e sociedade em tempos pandêmicos (gripe espanhola e pandemia da Covid-19 no Brasil)	16
<i>Simone Fonseca Gomes e Anna Ladilova</i>	
2 – A análise do “Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa”, de Antônio Soares Amora, e a essencialidade da aplicação das ciências do léxico na produção dicionarística.....	51
<i>Bárbara Neves Salviano de Paula e Simone Dornelas de Carvalho</i>	
3 – Teorias semânticas e a definição nos dicionários: uma análise de definições de termos referentes a aves em dois dicionários da língua portuguesa.....	64
<i>Kamila da Silva Barbosa e Bruno Maroneze</i>	
4 – “Pegou o bonde andando e quer sentar na janelinha!”: como ensinar expressões idiomáticas na perspectiva da semântica cultural?	78
<i>Jeander Cristian da Silva e Geraldo José Rodrigues Liska</i>	
5 – Filologia, ciências do léxico e línguas em contato: o cadastro de ensinada e o resgate pautado da onomástica galega.....	97
<i>Guillermo Vidal Fonseca</i>	

6 – Onomástica antropológica: o ato de nomear a partir de uma perspectiva intercultural	116
<i>Lorenza Lourenço e Evandro L. T. P. Cunha</i>	
7 – O léxico toponímico da região de imigração alemã do Rio Grande do Sul: notas sobre a sua toponímia paralela	134
<i>Fernando Hélio Tavares de Barros e Lucas Löff Machado</i>	
8 – Ilha Solteira – SP: uma análise toponímica da cidade planejada	161
<i>Ana Greice Moreira Penha</i>	
9 – O sufixo -NTE no português: convergência e divergência na formação de deverbais no português europeu, brasileiro e moçambicano	174
<i>Graça Rio-Torto</i>	
Sobre o organizador e a organizadora	195
Sobre as(os) autoras(es)	196

Apresentação

O termo Ciências do Léxico é utilizado para se denominar um grupo de disciplinas científicas que possui como objeto de pesquisa e de estudo o léxico das línguas. Dentre as disciplinas em questão, podemos citar as mais tradicionais como a Lexicologia (a qual estuda o léxico, o conjunto de palavras de uma língua), a Lexicografia (responsável por estudar o repertório escrito da língua), a Terminologia (que se ocupa em estudar cientificamente os conceitos e os termos utilizados nas línguas de especialidade), a Onomástica (responsável pelo estudo dos nomes próprios, dividida em duas subáreas, a Antroponímia, que estuda os nomes próprios atribuídos às pessoas, e a Toponímia, que estuda os nomes próprios de lugares), além de outras mais recentes, como a Lexicografia Pedagógica, a Neologia e a Fraseologia, que partem de várias perspectivas para a descrição, a análise e o ensino do léxico.

A proposta de organização deste livro surgiu de uma proximidade acadêmica e particular de nós, organizadores, e da necessidade de se criar mais um espaço para a reunião de trabalhos das diversas áreas das Ciências do Léxico.

Entretanto, após o esboço deste livro e o convite aos pesquisadores e às pesquisadoras, que prontamente aceitaram participar dessa empreitada, o mundo foi assombrado pela pandemia de Covid-19. Assim, diante de tantas perdas e incertezas, os trabalhos de organização ficaram praticamente parados. Não era momento de cobrar de nós mesmos, dos nossos colegas e dos nossos colaboradores, foco para produzir, quando os esforços deveriam estar voltados para o autocuidado e o cuidado do outro. O vírus ainda não desapareceu, mas, felizmente, as estatísticas atuais nos permitem seguir com aquilo que muitos chamam de “o novo normal”.

Após essa fase ruim, conseguimos chegar à organização final desta obra, composta por 9 (nove) capítulos, escritos por

pesquisadores e pesquisadoras de 11 (onze) instituições (nacionais e internacionais) diferentes, a saber, Justus Liebig-Universität Gießen, Universidad de Extremadura, Universidade de Coimbra, Universidade de São Paulo, Universidade do Estado de Mato Grosso, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de Alfenas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Pelotas e Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Essa ampla cobertura geográfica ratifica a ideia de que as Ciências do Léxico são bastante produtivas e com espaço assegurado em várias partes do mundo.

Cabe destacar que este livro surge também como produto de discussões iniciadas no *I Seminário Nacional de Estudos do Léxico e Cultura da Amazônia Legal*, organizado pelo Grupo de Estudos do Léxico e Narrativas da Amazônia Legal (GELNAL) da Universidade Federal do Acre. Assim, a presente obra conta com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP). Aproveitamos também para registrar os nossos agradecimentos a essa agência de fomento e à Profa. Dra. Márcia Verônica Ramos de Macedo, líder do GELNAL-UFAC.

De forma sucinta, a seguir, faremos a apresentação de cada capítulo que compõe esta obra que traz *diferentes olhares e perspectivas* dos *Estudos do léxico*.

O primeiro capítulo, de Simone Fonseca Gomes e de Anna Ladilova, foi escolhido como forma de nos lembrarmos de todas as vítimas de Covid-19 e de reafirmar que, na área das Ciências Humanas (de maneira abrangente) e na área das Ciências do Léxico (de forma específica), é possível fazer pesquisas sobre esse assunto. Com o título “Os muitos nomes de uma doença: léxico e sociedade em tempos pandêmicos (gripe espanhola e pandemia da Covid-19 no Brasil)”, o capítulo trata do campo lexical “nome da doença”, relacionando informações de duas vastas e mortais pandemias – por sinal, ambas virais e relacionadas ao trato respiratório.

O segundo capítulo, de autoria de Bárbara Neves Salviano de Paula e de Simone Dornelas de Carvalho, é intitulado “A análise do ‘Minidicionário Soares Amora da Língua

Portuguesa’, de Antônio Soares Amora, e a essencialidade da aplicação das Ciências do Léxico na produção dicionarística”. As autoras analisam o dicionário Soares Amora (2003), obra lexicográfica recomendada pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC), no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2004, que, posteriormente, veio a deixar de fazer parte do rol de recomendações desse ministério.

O terceiro capítulo, intitulado “Teorias semânticas e a definição nos dicionários: uma análise de definições de termos referentes a aves em dois dicionários da língua portuguesa” é de autoria de Kamila da Silva Barbosa e de Bruno Maroneze, também aborda questões da lexicografia. Com base em duas obras lexicográficas, os autores analisam os itens lexicais *carúncula*, *cauda* e *crista*.

Na sequência, temos o quarto capítulo de Jeander Cristian da Silva e de Geraldo José Rodrigues Liska, intitulado “‘Pegou o bonde andando e quer sentar na janelinha!’: como ensinar expressões idiomáticas na perspectiva da Semântica Cultural?”. Nesse capítulo, os dois autores discutem o valor linguístico e cultural das expressões idiomáticas. Para tanto, debruçam-se sobre a expressão “pegar o bonde andando” e suas variações.

Os quatro próximos capítulos do livro – do capítulo cinco ao oitavo – têm como traço comum o fato de tratarem, em alguma medida, do campo da Onomástica. O quinto capítulo dessa obra, “Filologia, ciências do léxico e línguas em contato: o Cadastro de Ensenada e o resgate pautado da onomástica galega”, de autoria de Guillermo Vidal Fonseca, associa filologia e linguística, dando-nos a conhecer relevantes informações sobre o manuscrito setecentista *O Catastro de Ensenada* – documento que surge como materialização de expressivos eventos e encerra em seu conteúdo a descrição dos habitantes, das propriedades territoriais, dos edifícios, do gado, dos ofícios, das rendas e de outras particularidades da Coroa de Castela.

O sexto capítulo, “Onomástica antropológica: o ato de nomear a partir de uma perspectiva intercultural”, de Lorenza Lourenço e de Evandro Cunha, coloca os nomes próprios como uma parte importante do léxico. Com foco voltado para a antroponomástica, os autores defendem uma perspectiva intercultural para

os estudos sobre as práticas de nomeação de seres humanos em diferentes contextos. Por isso, os autores propõem a utilização de uma perspectiva de análise antropológica que, em certa medida, dará conta da estrutura social e das relações interpessoais que perpassam as práticas de nomeação.

Como sétimo capítulo, temos o texto de Fernando Hélio Tavares de Barros e de Lucas Löff Machado, intitulado “O léxico toponímico da região de imigração alemã do Rio Grande do Sul: notas sobre a sua toponímia paralela”. A região em causa é marcada pelo contato linguístico entre o português e o alemão e, assim, apresenta uma riqueza de nomes de lugares. De forma a ilustrar esses fenômenos, os autores ocupam-se de nove topônimos em alemão recolhidos na região estudada.

Assim como os autores do capítulo anterior, o oitavo capítulo, “Ilha Solteira – SP: uma análise toponímica da cidade planejada”, de autoria de Ana Greice Moreira Penha, apresenta um estudo de caso de topônimos. Nessa análise, a autora estuda os topônimos de uma cidade brasileira do interior do estado de São Paulo. Trata-se de mais um trabalho em que são evidenciados os fatores culturais revelados por meio do léxico.

No fechamento deste livro, temos o nono capítulo, “O sufixo -NTE no português: convergência e divergência na formação de verbais no português europeu, brasileiro e moçambicano”, de Graça Rio-Torto. Por meio de uma perspectiva comparada, a autora relaciona dados linguísticos referentes à formação de verbais no português europeu, brasileiro e moçambicano. Esse último capítulo, relacionando léxico e morfologia, aborda relevantes questões sobre processos de formação de palavras em três variedades da língua portuguesa.

Os trabalhos aqui reunidos só evidenciam como a área das Ciências do Léxico é bastante diversa e produtiva. Assim, esperamos que as discussões aqui levantadas possam incentivar e subsidiar, mesmo que aos poucos, mais discussões na área.

Boa leitura e bom trabalho!

Marcus Dores e Maryelle Cordeiro.

Os organizadores.

Os muitos nomes de uma doença: léxico e sociedade em tempos pandêmicos (gripe espanhola e pandemia da Covid-19 no Brasil)

Simone Fonseca Gomes

Universidade Federal de Minas Gerais

Anna Ladilova

Justus Liebig-Universität Gießen

Apresentação

Grandes crises sanitárias, como as geradas por pandemias e epidemias, causam profundas mudanças sociais, políticas e econômicas, afetando em diferentes níveis e escalas as interações humanas e os arranjos institucionais de dada coletividade. A forma como as pessoas usam a linguagem e se comunicam também costuma ser afetada de diferentes maneiras. A pandemia da Covid-19, desencadeada no início do ano de 2020 e ainda em curso, tem provocado mudanças na língua em uso, tanto no nível do discurso como no da morfologia e do léxico. Novas palavras são formadas, algumas, já existentes, ganham novos significados, palavras estrangeiras são tomadas de empréstimo, termos poucos usados ou restritos a determinadas áreas, como termos médicos, ganham a “boca do povo”, revelando a capacidade da linguagem de se adaptar às novas realidades, ao chamado *novo normal*.

É sobretudo no léxico da língua, concebido como patrimônio cultural de uma comunidade (BIDERMAN, 2001; SEABRA, 2015) acumulado no decorrer do tempo, que podemos identificar o registro das experiências sociais de um povo. O estudo desse tema nos permite conhecer melhor a história social de uma

cultura. Nesse sentido, o estudo diacrônico e comparado do léxico de uma língua se mostra um campo fértil para maior desvelamento das relações entre léxico, sociedade e cultura.

Dessa forma, tendo por objetivo identificar e descrever os impactos que um evento como uma pandemia produz sobre a língua portuguesa brasileira, propomos lançar nosso olhar para dois momentos importantes da história do Brasil: a pandemia da gripe espanhola, de 1918, e a pandemia da Covid-19, iniciada em 2020, ainda em curso. Pretende-se, por meio do estudo histórico e diacrônico, ampliar a compreensão acerca dos processos de mudança linguística e de enriquecimento do léxico da língua, desencadeados por essas duas grandes crises sanitárias.

Tratando-se de um “fenômeno social total”, tomando emprestada a noção cunhada por Marcel Mauss¹, que se manifesta nas diversas instituições sociais (políticas, econômicas, pedagógicas, religiosas e linguísticas), dando lugar, no que tange à dimensão propriamente lexical, a complexos processos de formação de palavras – neologismos, empréstimos, estrangeirismos, decalques, entre outros –, no presente texto nos ateremos ao campo relativo aos nomes dados às duas doenças em questão².

“Há quem diga que se pode avaliar a importância de uma doença pela quantidade de nomes que ela recebe”, conforme Schwarcs e Starling, em *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil* (2020, p. 25). De fato, uma doença contagiosa desconhecida que eclode e, subitamente, atinge uma comunidade, afetando profundamente a vida social, torna-se rapidamente assunto do

¹ Segundo Mauss, estamos diante de “um enorme conjunto de fatos. E fatos que são muito complexos. Neles, tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas – até às da proto-história. Nesses fenômenos sociais ‘totais’, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo –; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição –; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam estes fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam” (MAUSS, 2003, p. 187).

² Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa interdisciplinar intitulado “Mudança linguística nos tempos da pandemia de Covid-19 - uma análise comparativa linguística e cultural do corpus” (Justus Liebig-Universität Gießen, Alemanha). Para o estudo do léxico e formação de palavras em contextos pandêmicos, estamos criando corpora de imprensa em Espanhol, Português, Italiano, Francês, Alemão, (Russo e Sueco) com Python.

momento, dos jornais e das mídias existentes, das conversas nas esquinas, no trabalho e em casa. E é justamente ao buscar compreender esse novo “estado de coisas” com o qual têm de lidar, que novas palavras surgem para nomear o “intruso”. Velhas palavras também ressurgem, ressignificadas, outras, que viviam confinadas em livros e manuais técnicos, são libertadas e penetram a linguagem corrente, dando testemunho do empenho humano em compreender a realidade e em preservar a sempre frágil e instável “ordem social”. Tais nomes descortinam visões de mundo, idiossincrasias de nações, classes e grupos que lançam mão do conhecimento que têm sobre doenças, suas causas, origens e tratamentos, para dar conta e cabo desse intruso incômodo.

Foi assim com a epidemia da “peste negra” ou “peste bubônica”, no século XIV, quando as conexões entre palavras e coisas eram orientadas, sobretudo, por uma visão teológica da vida, da história e do destino dos povos, e quando pouco ou nada se sabia sobre a existência de vírus, bactérias e outros patógenos, menos ainda sobre formas de contágio e tratamento. Predominava então uma visão apocalíptica da vida, da morte e dos eventos que medeiam as duas pontas da existência: eventos que dizimavam o campo e as cidades eram, amiúde, interpretados como castigo divino ou o fim dos tempos, contra o que pouco ou nada o homem poderia fazer, senão curvar-se resignado.

A própria palavra “peste”, de acordo com Camus, “não continha apenas o que a ciência desejaria nela definir, mas uma longa procissão de *imagens extraordinárias*” (CAMUS, 1947, p. 43). Oriunda do latim, *pestis* teria se originado de *perditis*, de *perdere*, com sentido de “perder” ou “arruinar” (LITTRÉ, 2021). *Perdere* também dá origem à palavra “perdição”, *perdition*, em francês, que, até hoje, pode significar “desvio das crenças ou dos preceitos religiosos, condenação às penas eternas” (AULETE, 2021). Dessa forma, o campo semântico da palavra “peste” e suas nuances de sentido revelam como a visão religiosa da época imprimia-se nas palavras e na maneira de nomear as doenças que afligiam os homens naquele período.

Do ponto de vista propriamente linguístico, buscamos investigar os mecanismos morfossintáticos e semânticos envolvidos na criação dos nomes das doenças, tanto no contexto da gripe

espanhola como na atual crise do coronavírus. Também levaremos em conta o enraizamento sócio-cultural da inovação lexical, que já foi amplamente estudada na tradição da lexicologia social baseada no trabalho de Matoré (1953), conforme discutido por Cambraia (2013) e Romero/Cambraia (2015). Assim, forneceremos pistas para um maior entendimento da maneira como o contexto sócio-histórico atua na expansão do léxico de uma língua.

1 Contextualização: pandemia da covid-19 x gripe espanhola (1918)

Quando, em fins de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus no Brasil, ninguém imaginava o que se sucederia nos próximos meses. As notícias sobre o novo vírus – o *Sars-CoV-2*, sigla cunhada por especialistas para nomear a nova variante do coronavírus –, causador da doença denominada Covid-19 – uma infecção viral que, de um simples resfriado, poderia evoluir para uma Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e levar à morte – já vinham sendo divulgadas, pelo menos, desde janeiro. Nesse período, viralizaram, nas redes sociais, boatos sobre uma certa “sopa de morcego”, que, supostamente, teria iniciado a propagação do vírus em humanos na cidade de Wuhan, na China. A teoria acerca da “sopa de morcego” como origem da pandemia revelou-se improcedente, mas as teorias conspiratórias sobre a origem do vírus correram livremente, levando desinformação e espalhando *fake news*, em um contexto em que, efetivamente, pouco ainda se sabia sobre a doença e seu agente etiológico.

A partir de março de 2020, a crise do coronavírus já estava estabelecida na Europa e começava a crescer nas Américas e na África. Abril foi um mês particularmente difícil para os italianos, que atingiram, em pouco tempo, mais de 20 mil mortos, em sua maioria idosos e pessoas com doenças preexistentes – classificados como *grupo de risco*. As notícias italianas tiveram bastante repercussão e provocaram grande comoção social. A crise levou ao colapso o sistema de saúde do país, assim como o sistema funerário, que não estava estruturado para o

abrupto aumento da mortalidade nas cidades. Essa crise sanitária, no entanto, não caminha sozinha, ela leva consigo a crise política e econômica: quais autoridades serão responsabilizadas pela catástrofe? Quais ações de prevenção serão adotadas? Como a doença será tratada? De onde virão os recursos para implementação das políticas de combate à pandemia? A possibilidade de *quarentena* e de *lockdown* atingiu em cheio a economia dos países afetados, muitos dos quais ainda enfrentavam os efeitos de crises anteriores. Era preciso fechar as cidades: produções paradas, comércio paralisado, serviços suspensos, ensino interrompido em todos os níveis. Instituiu-se o *tele-trabalho* e o *trabalho remoto* ou *home office* em diversas empresas.

Nas escolas e universidades, parte-se para o *ensino remoto emergencial*, mas com pouca fundamentação nas teorias e práticas de EaD. O caos se instaura: crianças sem escola, desemprego, crise das pequenas empresas, medo, ebulições políticas – em especial no caso brasileiro. Tudo isso somado a uma real e rápida evolução do vírus, contabilizando, no final de 2020, onze meses depois do primeiro caso no Brasil, mais de 190 mil mortos e 6 milhões de infectados, só em nosso país, totalizando, aproximadamente, 1,8 milhão de mortos e mais de 60 milhões de contaminados por todo o mundo³.

Isolamento social, quarentena, confinamento, achatamento da curva, álcool em gel, máscara, novo normal, são algumas das palavras que proliferaram, sobretudo, na mídia e nas redes sociais, onde o tema da crise tornou-se rapidamente *top trend* – assunto mais comentado no momento –, revelando seus impactos na vida cotidiana das pessoas, desde os hábitos de higiene, até a maneira de se comportar em ambientes públicos. O uso de máscaras faciais, decretado na maior parte das cidades brasileiras, difunde-se rapidamente, e o novo acessório torna-se obrigatório para o acesso ao comércio ou a qualquer outro estabelecimento ou ambiente público.

Ao refletir sobre a crise atual, tornaram-se frequentes as pesquisas e as menções à epidemia da gripe espanhola de 1918, episódio semelhante, mais próximo no tempo, do qual se

³ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedad/2020-12-31/em-2020-18-milhao-de-vidas-levadas-pela-covid-19-em-2021-a-esperanca-da-vacina.html>.

guarda ainda uma memória catastrófica, comparável aos cenários de guerra, do passado e do presente, que ajudam a compor o imaginário das grandes tragédias da cultura ocidental. No Brasil, a publicação do livro *A bailarina da morte*, de Schwarcs e Starling (2020), apresenta uma importante análise desse período histórico, situado há um século de distância.

Segundo as autoras da obra citada, o surto da gripe espanhola, de 1918, passou a ser classificado como uma *pandemia* – do grego *pan* (todo) + *demos* (povo) + *ia* – quando, por volta dos meses de fevereiro e março daquele ano, de um quartel militar situado no Kansas, Estados Unidos, o vírus da *influenza* se espalhou pelo restante do país, sendo levado à Europa – e, posteriormente, à África e às Américas –, nos navios que transportavam os combatentes da Primeira Guerra Mundial, em curso naquele momento (SCHWARCS; STARLING, 2020). A gripe, que vinha se tornando epidêmica, atingiu, num primeiro momento, sobretudo, as forças armadas, viajando com os soldados nos navios que traziam da África e das Américas reforços para o combate travado em território europeu, expandindo sua área de influência a cada parada. Esta é, na realidade, a teoria mais aceita acerca da origem da doença, embora não haja total certeza sobre isso.

É digno de nota que, mesmo tendo se originado nos Estados Unidos, conforme a hipótese mais reconhecida hoje, a doença ficou mundialmente conhecida pela alcunha “gripe espanhola”. Para entender o fenômeno, é preciso ter em mente que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) estava em curso e que a divulgação de informações sobre uma doença contagiosa e potencialmente letal deveria ser evitada. Além do fato de que cada um dos países em confronto se esforçava para não expor suas fragilidades aos demais. Naquele momento, a Espanha era um dos países que se mantiveram neutros durante a Grande Guerra, o que talvez explique terem sido os jornais espanhóis os primeiros a tornarem públicas as informações sobre o avanço da doença.

Além disso, como dizem Schwarcs e Starling (2020):

(...) a primeira reação a uma doença pública, no passado e no presente, é a negação. É apenas quando as consequências de uma epidemia são inegáveis que ela vira um evento de saúde

pública, da cultura de seu tempo e igualmente da política e da economia. É somente quando uma enfermidade devasta vizinhos, parentes, conhecidos e amigos que notamos sua gravidade (SCHWARCS; STARLING, 2020, p. 26).

A mesma reação foi observada no caso da atual crise da Covid-19, não apenas no Brasil, mas também na Europa: muitos subestimaram a doença, minimizaram sua gravidade e rotularam-na “gripezinha”. No caso do Brasil, esse grupo, composto pelos chamados *negacionistas*, ou seja, que negam a doença e se opõem às medidas e aos protocolos de enfrentamento da doença, persiste, insuflado pela postura do então presidente, mesmo depois de mais de 200 mil mortes por Covid-19 terem sido registradas no país.

No caso da gripe espanhola, que ocorreu num momento em que a circulação da informação era ainda bastante limitada por questões tecnológicas, comparada à atualidade, estima-se que a doença tenha feito de 20 a 50 milhões de vítimas no mundo, mais do que a soma de mortos após quatro anos de Guerra (SCHWARCS; STARLING, 2020, p.13). A escassa informação e o pouco conhecimento sobre a doença, associados à falta de higiene e à precariedade dos sistemas de saúde pública em diversos países, agravaram ainda mais a crise, fazendo com que as tentativas emergenciais tardias de contenção da moléstia – fechamento de fronteiras, quarentena, isolamento social, desinfecção das áreas públicas, uso de máscaras, etc. – tivessem pouco efeito.

Como nos relata Schwarcs e Starling (2020), os primeiros brasileiros acometidos pela moléstia foram os passageiros do navio *La Plata*, que levava a Missão Médica Militar brasileira que atuaria no Hospital Militar Brasileiro em Paris, na assistência aos feridos da guerra. Essa seria a ajuda do Brasil aos Aliados e sua participação na Primeira Guerra, desde a declaração de guerra à Alemanha, em outubro de 1917. O *La Plata* partiu em 18 de agosto de 1918 e, ao que tudo indica, foi infectado pela gripe em sua parada em Dakar, no Senegal, então colônia francesa, para o embarque de soldados senegaleses que atuariam na guerra. A Missão Médica Militar desembarca, assim, já doente, em solo francês.

A gripe chegou, efetivamente, em terras brasileiras, em setembro de 1918, trazida pelo navio inglês *Demerara*, primeiramente em Recife, já com doentes a bordo, depois, aporta em Salvador, no Rio de Janeiro, então capital do país, e em Santos. Submetido a um controle e a uma inspeção sanitária bastante frouxa, o navio é considerado apto a atracar, e os passageiros desembarcam tranquilamente. As notícias da epidemia na Europa e nos Estados Unidos já eram bastante alarmantes, mas, no Brasil, em 11 de outubro de 1918, o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, anuncia: “A epidemia alastra-se por toda a cidade, mas com caracter benigno” e afirma que a “população pode, porém, ficar tranquila”. Quatro dias depois, no entanto, a manchete da *Gazeta de Notícias* é: “O Rio é um vasto hospital”, em grandes letras capitais. Na primeira página, pode-se ler, ainda, em destaque “Socorro!” “Não há médicos, não há remédios”.

Imagem 1: Manchete *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro (15 de outubro de 1918)



Fonte: Corpus da pesquisa

A partir daí, sobretudo durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 1918, o caos se instala no país.

(...) a peste invadiu o país, começando pelas áreas urbanas litorâneas. No fim de setembro, autoridades divulgam informações sobre pessoas infectadas em cidades litorâneas em diversos pontos do Brasil, e em poucos dias a doença

estava no interior. A marcha era ligeira; no final de outubro a espanhola já atingia quase todas as grandes cidades, e em novembro registros mostram que ela alcançara o Rio Grande do Sul e a Amazônia, o litoral e o interior do país (SCHWARCS; STARLING, 2020, p. 64).

Medidas extremas de prevenção começaram a ser adotadas – proibição das aglomerações, fechamento de fábricas, quartéis, escolas, bares e restaurantes –, mas a doença já se espalhara demasiadamente. O resultado foi dramático: colapso do sistema de saúde – já bastante precário – e do sistema funerário: os doentes morriam em casa e não havia quem os enterrasse, o que ocasionou o abandono dos corpos em plena via pública.

Médicos e cientistas do período, orgulhosos das recentes descobertas da medicina moderna – em especial a bacteriologia, o desenvolvimento de vacinas, como a vacina contra a varíola e a raiva, assim como as descobertas sobre o tétano e a tuberculose – não sabiam ao certo com o que estavam lidando. Apesar de a humanidade conviver já há bastante tempo com a gripe ou *influenza*, pouco se conhecia sobre seu agente etiológico, pois o vírus ainda não havia sido visualizado em microscópio nem estudado, como hoje. Com a variabilidade dos sintomas e a gravidade das gripes nos indivíduos, não havia nem mesmo consenso de que se tratasse de uma mesma doença, que sofria mutações de tempos em tempos (SOUZA, 2008). Nesse sentido, o que se constata é uma multiplicidade de percepções e de visões sobre a doença, tanto entre especialistas como entre leigos, os quais buscavam encontrar, segundo suas próprias crenças, curas e medicamentos, muitas vezes, com pouco ou nenhum embasamento científico.

A história da espanhola é, portanto, feita de descobertas, de enfrentamentos sanitários, e narra a saga da primeira pandemia da modernidade, a primeira grande colisão entre a natureza e a ciência moderna. Uma história de indivíduos que lutaram para encontrar a melhor vacina, o mais rápido possível, e daqueles que propuseram soluções mirabolantes ou apoiaram-se numa suposta intervenção divina (SCHWARCS; STARLING, 2020, p. 48).

Feito esse breve relato sobre as duas pandemias que nos interessam na presente pesquisa, partimos às páginas seguintes para uma discussão que busca esclarecer qual seria a relação entre esses fatos históricos e sociais e a língua portuguesa brasileira. Dito de outra forma, discutiremos qual o interesse da linguística no estudo das relações entre língua e sociedade, léxico e cultura.

2 Língua e sociedade, léxico e cultura

A relação entre léxico e sociedade e a importância de se levar em conta o contexto cultural no estudo da inovação lexical são temas extensivamente estudados na área da lexicologia social, fundada no trabalho de George Matoré (1953), discutido por Cambraia (2013).

Biderman (2001), retomando a discussão acerca da hipótese Sapir-Whorf, define a linguagem como uma forma de traduzir a realidade social “segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e léxicas” (BIDERMAN, 2001, p. 109). A autora demonstra como língua e cultura estão intrinsecamente relacionadas: a linguagem exerce uma função heurística, condicionando a forma como os indivíduos apreendem a realidade, como interpretam e classificam o mundo ao seu redor. Por outro lado, nem as línguas tampouco as culturas são estáticas ou imutáveis, e as mudanças na primeira se relacionam, frequentemente, a movimentos na estrutura social e a mudanças nos hábitos e nos padrões de comportamento de determinada comunidade.

Nesse sentido, o estudo da língua enquanto parte da cultura implica conceber o léxico como:

(...) patrimônio cultural de uma comunidade. Transmitidos de geração a geração como *signos operacionais*, é através dos nomes que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de *crystalizar* conceitos. Assim, o patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções

e experiências multisseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época, *mots-témoins* (SEABRA, 2015, p. 73).

Assim, o léxico, estando forte e diretamente ligado ao mundo extralinguístico, é considerado a dimensão mais aberta da língua e, portanto, mais imediatamente afetada por grandes mudanças ou eventos históricos: as palavras constituem, assim, “testemunhos” (*mots-témoins*, conforme Matoré, 1953) do conjunto de eventos que marcaram uma cultura no decorrer de sua história e que caracterizam o estado atual daquela língua/cultura. Nesse sentido, o estudo das mudanças sofridas por uma língua em decorrência da vivência de crises sanitárias, como a gripe espanhola de 1918 e a pandemia da Covid-19 de 2020, permite lançar luz sobre a dinamicidade da linguagem humana, a sua capacidade de se adaptar a novos contextos sociais e a novas necessidades comunicativas, por meio da renovação e da reorganização de seu léxico. Como afirma Ferraz (2006, p. 219):

A renovação do léxico de uma língua é um fenômeno permanente, já que o léxico, refletindo a dinâmica da língua, considerando-se que esta, sociedade e cultura são indissociáveis, constitui uma forma de registrar a visão de mundo, o conhecimento do universo, a realidade histórica e cultural e as diferentes fases da vida social de uma comunidade linguística. Podemos dizer que grandes manifestações sociais (crise política, crise econômica, revolução social ou cultural etc.) ensejam o movimento do léxico em direção à renovação. E à medida que ocorrem mudanças sociais, a língua se adapta a essas mudanças e produz novas unidades léxicas. [...] A criação de palavras novas e a reutilização de palavras já existentes a partir de novos significados constituem, portanto, um processo geral de desenvolvimento do léxico de uma língua (FERRAZ, 2006, p. 219).

Na próxima seção, apresentaremos os passos metodológicos da pesquisa e, na sequência, partimos para a análise dos dados.

3 Delimitação do objeto de estudo e constituição do corpus

Na pesquisa mais ampla da qual deriva este trabalho (ver nota 2), propomos o estudo dos impactos de duas crises sanitárias no léxico da língua portuguesa brasileira: a gripe espanhola, de 1918, e a pandemia da Covid-19, 2020-2021, ainda em curso. Nosso olhar foi direcionado a um domínio específico do léxico, relacionado às crises sanitárias, e envolve determinados campos lexicais (ABBADE, 2012), como os termos ou as palavras usadas para falar das doenças, dos sintomas e dos tratamentos, assim como no que tange às relações interpessoais e às dimensões política e econômica, que também foram profundamente afetadas pelas duas crises.

O interesse pela gripe espanhola de 1918 surgiu, primeiramente, pela constatação da inexistência de estudos linguísticos sobre o período no Brasil. Além disso, o estudo de um período histórico de uma língua distante, mais de um século, da atualidade nos permite realizar comparações que podem trazer importantes descobertas acerca do fenômeno da mudança linguística em tempo real, agregando conhecimento sobre a língua portuguesa brasileira, em especial sobre o enriquecimento do léxico ao longo do tempo. Este estudo contribui, ainda, para um avanço na compreensão dos processos de formação de palavras e de renovação do léxico de nossa língua, fornecendo a análise de dados inéditos ainda pouco explorados, relacionando as mudanças propriamente linguísticas às mudanças sociais ocorridas nos dois momentos históricos em questão.

Neste artigo, trataremos dos neologismos utilizados para nomear as doenças, nomenclaturas essas que surgem no calor dos acontecimentos e que ficaram registradas, principalmente, nos jornais e em outras mídias nos dois períodos em estudo. Muitas dessas palavras são efêmeras e caíram em desuso, no caso da gripe espanhola, e, futuramente, cairão no esquecimento, no caso da Covid-19, a partir do momento em que o tema perde protagonismo na vida cotidiana. No entanto, o estudo desses nomes nos permite conhecer mais sobre a criatividade lexical, os

processos de formação de palavras e de ressignificação de termos existentes na língua portuguesa, revelando o imaginário de um povo, o conhecimento da época, as visões da doença e de seus impactos sociais e culturais.

Para estudar esses neologismos, tomamos como *corpora*, como é costume nesta área (ALVES, 2004), os meios de comunicação de massa disponíveis em cada período histórico: artigos de jornais de grande circulação e textos coletados em redes sociais, no contexto atual. Com relação à coleta e à análise de dados relativos à gripe espanhola de 1918, selecionamos edições de periódicos das duas cidades brasileiras mais afetadas pela gripe em 1918: Rio de Janeiro (*A Noite*; *O Paiz*; *Gazeta de Notícias RJ*) e São Paulo (*Correio Paulistano*; *O Combate*; *Gazeta de Notícias SP*) – todas as edições desses jornais estão disponíveis na modalidade *on-line*, com acesso livre. O trabalho com dados históricos apresenta alguns desafios: (a) acesso aos dados: formato e qualidade das imagens digitalizadas dos jornais; (b) impossibilidade de utilização de ferramentas de busca; (c) impossibilidade de realização de pesquisa quantitativa; e (d) necessidade de transcrição dos jornais e constituição de um *corpus* digital. Portanto, somente foi possível adotar uma abordagem qualitativa.

Embora já existam numerosos estudos sobre os discursos (populares) da Covid-19 nas mídias sociais, não há corpora de imprensa com dados atuais até o momento (abril de 2021). Portanto, o primeiro passo foi criar corpora de imprensa sobre o tema do coronavírus para 2020.⁴ Os corpora foram criados dos periódicos *on-line* da Folha de São Paulo e do G1, buscando todos os artigos sobre o tema da Covid-19 para o ano inteiro de 2020, com ajuda de um *web crawler* - um programa que busca e analisa os *websites* automaticamente. A linguagem de programação Python foi utilizada para essa finalidade, recorrendo a duas bibliotecas, no sentido de coleções de códigos: (a) BeautifulSoup foi usado para decompor e converter HTML, para processar e armazenar os (meta)dados, e (b) Selenium permitiu testes automatizados de aplicações *web* para controlar o navegador *web*. Como resultado, foram criados arquivos XML e TXT. Os primeiros receberam os

⁴ Ver nota 2.

metadados necessários, como autor, data, títulos, texto do artigo, comentários, imagens. Destes, foram gerados arquivos TXT, que continham todas essas informações ou apenas partes delas, por exemplo, textos de artigos ou comentários, utilizados para as análises com AntConc. Além disso, apresentamos, também, alguns dados extraídos do *Twitter* e do *Facebook*, que apresentam algumas ocorrências da oralidade que não apareceram nos corpora jornalísticos.

3.1 Classificação e análise dos dados

A classificação e a análise dos dados seguiram os seguintes passos: 1. pesquisa em dicionários sincrônicos, diacrônicos e etimológicos (identificação dos neologismos e definição da lexia); 2. elaboração de fichas lexicográficas descrevendo suas características morfológicas, semânticas e sintáticas; 3. elaboração de uma tipologia dos processos de formação de neologismos (ALVES, 2004; BIDERMAN, 2001); 4. análise e interpretação das palavras no texto e em relação ao contexto histórico e sociocultural no qual estão inseridas.

As lexias recolhidas foram classificadas segundo suas características gramaticais (classe de palavras, gênero, etc.). Em seguida, os termos – todos referentes ao campo lexical (ABBADE, 2009-2012) denominados “formas de nomear a doença” – foram organizados em fichas lexicográficas e classificados segundo suas características morfológicas, semânticas e sintáticas. Para determinar o conceito de cada unidade léxica em seu contexto de uso na época em questão (1918 e 2020), empreendeu-se a pesquisa em dicionários sincrônicos e etimológicos, o que possibilitou o estudo da origem das palavras e de suas nuances de significado, sincrônica e diacronicamente.

Os dados coletados compreendem tanto neologismos, entendidos como novas unidades léxicas criadas pelos falantes (ALVES, 2004), como palavras ou termos especializados que foram reintroduzidos na língua com novos significados e passaram a ter destaque e alta frequência nos meios de comunicação, atingindo grande número de falantes. Os processos de mudança semântica também foram classificados como um tipo de neologismo,

conforme Alves (2004, p. 62). Os neologismos podem ser formados por meio de mecanismos internos à língua, como a derivação e a composição, processos bastante produtivos na formação do léxico da língua portuguesa a partir do latim. Além disso, palavras oriundas de outras línguas penetram nosso idioma desde sua origem: são os chamados empréstimos lexicais, os quais se originam de processos variados, mais ou menos duradouros, de contato linguístico entre as populações de língua portuguesa e outros povos.

Alves (2004) apresenta um quadro bastante completo e detalhado dos processos de formação de palavras na língua portuguesa, o qual abarca as dimensões fonológica, morfossintática – derivação prefixal e sufixal, composição, entre outros – e semântica. Alves (2004) apresenta, ainda, uma descrição dos neologismos por empréstimo, distinguindo os estrangeirismos e o decalque.

Biderman (2001), por sua vez, identifica dois tipos de neologismos na língua portuguesa: neologismo conceitual, que ocorre quando unidades léxicas já existentes são utilizadas com novos significados, expandindo seu sentido; e o neologismo formal, quando novas palavras são formadas por meio de processos internos ao próprio sistema linguístico. O neologismo por empréstimo seria, ao mesmo tempo, conceitual e formal (BIDERMAN, 2001). A autora classifica os empréstimos ou estrangeirismos em três tipos: decalque, adaptação e incorporação. Essa classificação busca descrever a maneira como palavras estrangeiras são introduzidas e sua menor ou maior integração ou adaptação à língua receptora.

A partir da discussão empreendida nos parágrafos anteriores, chegamos à seguinte tipologia de neologismos, que será referência para descrever e analisar os processos de formação de palavras identificados em nossos dados:

Como veremos na análise dos dados, mais de um dos mecanismos apresentados no quadro anterior pode ocorrer em uma mesma formação neológica. A difusão ocorre, sobretudo, quando termos de determinadas áreas do conhecimento, como os termos médicos, são difundidos para a linguagem corrente, ganhando novas nuances e usos.

Quadro 1: Tipologia dos processos de formação de neologismos

Neologismos sintáticos	Derivação: sufixal, prefixal, parassindética
	Composição: coordenativa, subordinativa, sintagmática
	Conversão: mudança de categoria gramatical
	Eliminações / acortamentos:
	Truncação: tipo de abreviação em que parte da palavra é eliminada; Derivação regressiva: supressão de um elemento considerado de caráter sufixal
Neologismos semânticos	Palavra-valises/amalgamas: duas bases perdem uma parte (inicial/final) e se unem formando um novo item léxico Siglas, Acrônimo
	Reduplicação: repetição de uma mesma base a fim de constituir um novo item léxico
Gírias, formações satíricas	
Neologismos semânticos	Especificação / expansão do significado
	Procesos estilísticos: metáfora, metonímia, sinédoque, etc. Difusão para outras terminologias ou para a linguagem geral (e vice-versa)
Neologismos por empréstimo	Estrangeirismo: empréstimo recente que é sentido como externo ao veículo da língua (o vocábulo estrangeiro é introduzido com sua grafia e/ou fonética original)
	Adaptação: a forma estrangeira é adaptada à fonologia e ortografia da língua receptora Decalque / empréstimo semântico: tradução literal / livre / parcial (formação híbrida)

Fonte: Alves, 2004; Biderman, 2001.

Além disso, a pesquisa em dicionários sincrônicos, diacrônicos e etimológicos complementou nossa análise, à medida que possibilitou uma compreensão da trajetória histórica de cada palavra e a evolução de seu campo semântico e dos seus usos no decorrer do tempo. Os dicionários consultados foram: 1. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha (2010); 2. *Caldas Aulete Dicionário escolar da língua portuguesa*, de Caldas Aulete (2012); 3. *Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa*, de Antônio Houaiss (2015); 4. *Aulete Digital* (disponível *on-line* e atualizado frequentemente); 5. *Littre Dictionnaire de la langue française* (1873-1874 – versão digital); 6. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo (1913); 7. *Vocabulario Portuguez e Latino*, de Raphael Bluteau (1712-1728); e 8. *Diccionario da Lingua Portugueza* de Antonio de Moraes Silva (1789).

A análise dos dados da Covid ocorreu em um constante vaivém entre as abordagens quantitativa e qualitativa. Primeiramente, as palavras mais frequentes foram identificadas, em seguida, partiu-se para uma pesquisa de contexto quantitativa. Para esse fim, utilizamos códigos da biblioteca Python NLTK, tais como `text.similar()` para calcular a semelhança co-textual entre duas palavras. Também foi utilizado o aplicativo Java DISCO, que calcula a semelhança semântica com vetores e que provou ser par-

ticularmente frutífero no contexto dado. Em seguida, seguiu-se novamente uma análise qualitativa dos resultados no contexto. E outra análise quantitativa de concordâncias, palavras-chave, N-Gramas, listas de palavras no AntConc e com Python.

4 Léxico e sociedade em tempos pandêmicos: os muitos nomes de uma doença

Desenvolvemos, nesta seção, a descrição e a análise das palavras coletadas nos documentos analisados. Primeiramente, analisamos os dados referentes à gripe espanhola e empreendemos uma análise qualitativa, dadas as limitações apresentadas anteriormente. Em seguida, tratamos dos dados da Covid-19, combinando a análise qualitativa à quantitativa, possibilitada pela constituição de um *corpus* digitalizado. No Quadro 2, apresentamos, então, as palavras e as expressões usadas para nomear as pandemias da gripe espanhola e da Covid-19: trata-se de palavras que buscam nomear a doença, o agente etiológico ou o evento “pandêmico” como um todo.

Quadro 2: Nomes da gripe espanhola (1918) e da Covid-19 (2020-2021)

Gripe espanhola (1918)	Covid-19 (2020-2021)
Influenza hespanhola	Coronavírus /corona
Grippe hespanhola	Covid-19
A Hespanhola	Sars-CoV-2
Peste/pandemia/epidemia hespanhola	O vírus
O mal espanhol	Pandemia
Mal de Dakar	Coronga
Mal de Seidl	Vírus chinês
Gripe pneumônica	Gripezinha
Bacillo	(Nova) variante
Ceifadora de moços	(Nova) cepa
Bailarina da morte ⁵	Micróbio

Fonte: Elaborado pelas autoras

⁵ Este nome não apareceu em nossos dados, mas é amplamente conhecido e mencionado na obra de Schwarcs e Starling (2020), por isso, consideramos importante incluí-lo nesta lista.

O primeiro elemento importante na nomeação da gripe espanhola é exatamente o adjetivo “espanhola” ou “hespanhola”, na grafia da época. Como dissemos anteriormente, a epidemia foi associada à Espanha pelo fato de, no contexto da Primeira Guerra Mundial, ter sido o país espanhol o primeiro a divulgar notícias sobre o espalhamento da doença, o que provocou a impressão inicial de que a doença teria se originado lá. Esse fato motivou o surgimento de diferentes expressões para se referir à doença, muitas delas formadas por meio de um processo de composição sintagmática, no qual um termo mais genérico constitui uma base determinada, seguida de um elemento determinante, que lhe acrescenta uma especificidade, constituindo uma única unidade léxica (ALVES, 2004,). Vejamos alguns exemplos:

1. “Em suffragio da alma do tenente intendente Octavio Gomes do Passo, um dos membros da missão medica, victimado pela “**influenza hespanhola**”, rezou-se hontem na matriz da Lapa uma missa solemne.” [Gazeta de Notícias Rio de Janeiro, 29/09/1918]
2. “(...) declarou-se, com caracter epidêmico, a “**grippe hespanhola**” a bordo do navio que transporta para a França a missão médica brasileira [A Noite, 23/09/1918]
3. Com o mesmo caracter benigno com que vae fazendo victimas em toda a cidade, a “**hespanhola**” atacou o pessoal da marinha [A Noite, 11/10/1918]

Em (1), a palavra “hespanhola” qualifica o termo “influenza”, palavra tomada de empréstimo do italiano *influenza*, que significa “influência da estação – do frio do inverno”, e que já era há muito utilizada para nomear a gripe comum, também chamada “gripe benigna”. O mesmo pode ser dito para o exemplo (2), no qual “hespanhola” especifica a palavra “grippe”, sendo esta última um empréstimo do francês *grippe*, “catarro epidêmico assim dito pois ataca [*grippe*], atinge uma multidão de pessoas”⁶, datado do final do século XIX (CUNHA, 2010).

⁶ Do original “Catarrhe épidémique, ainsi dit parce qu’il grippe, saisit une foule de gens” (LITTRÉ, 2021).

No exemplo (3), por sua vez, temos um processo de substantivação metonímica, por meio do qual a palavra “hespanhola” – definida até então como adj. f. de espanhol, relativo à Espanha, aquele que é natural da Espanha, língua castelhana (FIGUEIREDO, 1913) – torna-se um substantivo e passa a designar, sozinha, a doença. “Hespanhola” surge, assim, como um neologismo semântico da época, figurando hoje no dicionário Aulete “1. Bras. Nome da gripe epidêmica de 1918: *A espanhola fez milhões de vítimas no mundo todo*” (AULETE, 2021). De “hespanhola”, derivou, por meio do acréscimo do sufixo -ado, o termo “hespanholado”, usado para designar as pessoas acometidas pela doença:

4. Por ordem superior, estão sendo feitas, ao que sabemos, numerosas instalações na ilha do Rijo, onde deverão convalescer os “**hespanholados**” da Marinha [A Noite, 11/10/1918].
5. No destacamento do 22º districto caíram “**hespanholadas**” quatro praças e um dos “promptidões” da delegacia também está com symptomias [A Noite, 11/10/1918].

A gripe espanhola também foi, em alguns contextos, chamada “peste”, termo com forte significação religiosa, como já discutido na seção 1 deste texto, “epidemia” e “pandemia”. Esses nomes buscavam descrever o evento epidemiológico como um todo, expressando a magnitude de seus impactos na sociedade, seja pela ótica religiosa – no caso de peste – seja por meio de um olhar laico, fundado sobretudo nas descobertas da medicina moderna – no caso de epidemia e pandemia, palavras de origem grega introduzidas no português pela via erudita⁷, e que compõem o vocabulário especializado das áreas médica e epidemiológica.

Outro tipo de expressão comum para designar a gripe de 1918 é a formada a partir da composição com a palavra “mal”. Vejamos:

⁷ A palavra “epidemia” data do século XVI e chegou ao português via latim. “Pandemia” entra na língua no final do século XIX (CUNHA, 2010).

6. O director geral de Saude Publica tem recebido, dos inspectores de saude, telegramas communicando a geral accoitação, por parte do povo da vacina contra o “**mal hespanhol**” [Correio Paulistano, 7/10/1918].
7. A Directoria de Saude Publica continuará vigilante contra a invasão do “**mal de Dakar**” não tomando, porém, medidas excepcionais em casos de gripe” [Gazeta de Notícias RJ, 15/10/1918].
8. (...) e o silencio das ruas perturbado apenas pelo rodar dos carros fúnebres que de instante a instante passam, conduzindo para as necrópoles, as victimas do terrível “**mal de Seidl**” (...) [Gazeta de Notícias RJ, 19/10/1918].

Nos exemplos de (6) a (8), temos formações por composição sintagmática. A palavra “mal”, nesses contextos, assume o sentido de “moléstia, achaque” (FIGUEIREDO, 1913), “doença, enfermidade, dor; moléstia, epidemia” (AULETE, 2021). No caso de “mal hespanhol”, semelhante ao caso de “gripe ou influenza espanhola”, temos novamente a referência à Espanha e ao contexto sociopolítico de negação da doença, por parte dos países em guerra, responsável por provocar a falsa ideia de que a doença teria vindo da Espanha. Como discutem Schwarcs e Starling (2020), diante de grandes crises como as epidemias, a reação humana mais frequente é a de colocar a culpa no “outro”, o estrangeiro que introduz o contágio, o “inimigo”: o medo revela os preconceitos e a intolerância da sociedade.

O mesmo pode ser dito em relação a “mal de Dakar”. À medida que as notícias do espalhamento da doença vão se tornando públicas, em especial quando se toma conhecimento de que o navio que levava a Missão Médica Brasileira para a Europa em fins de agosto, tendo feito escala em Dakar na costa africana, teria ali se infectado, as reservas e o medo em relação aos portos estrangeiros suspeitos de estarem irradiando a doença cresce. Dakar foi, então, naquele momento, eleita como o local que primeiro havia contaminado brasileiros, e, no mês seguinte à partida do *La Plata*, a doença já se alastrava por terras tupiniquins.

Em outubro de 1918, em meio ao caos que se instalava no país, o qual as autoridades governamentais e sanitárias pareciam ainda negar, o medo agora é direcionado a um personagem interno, que se torna rapidamente o novo inimigo da nação: o então diretor da Diretoria de Saúde Pública Carlos Seidl. Seidl ocupava, na época, posto semelhante ao que temos hoje como ministro da Saúde, e foi fortemente acusado de gerenciar mal a crise. Acreditando tratar-se de uma gripe comum, nenhuma medida sanitária foi tomada a tempo de evitar o desastre, como podemos ler no trecho do jornal *Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro*, de 15 de outubro de 1918 – trata-se da mesma edição do jornal apresentada na Imagem 2, cuja manchete era “O Rio é um vasto hospital”:

Imagem 2: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro (15 de outubro de 1918)

*Ahi está !
Ha uma peste que devasta
assustadoramente o porto de
Dakar; os brasileiros que por
ali passaram, em missão de
guerra, foram victimas dessa
molestia; ella começa a nos
invadir lentamente, e o Sr. Car-
los Seidl vai ao Ministerio da
Justiça dizer que não toma me-
didas excepcionaes por se tra-
tar de um mal que nos visita
periodicamente, de fôrma bení-
gna, sem character grave !*

Fonte: Corpus da pesquisa

Nesse contexto de agravamento da epidemia e de descontentamento com as medidas governamentais, direcionado, em especial, a Carlos Seidl, a expressão “mal de Seidl” passa a figurar nos jornais – veja o exemplo 8 – para designar a gripe

espanhola. A edição da *Gazeta*, de 19 de outubro, já dava a notícia da demissão do diretor Seidl, que se tornara alvo de grande campanha difamatória e não aguentara a pressão.

Tanto no caso de “mal hespanhol” como no de “mal de Dakar” e “mal de Seidl”, o sentido da composição sintagmática, enigmático para os que desconhecem seu contexto histórico de produção, é constituído por meio do mecanismo da metonímia, que pode ser entendido como um processo de difusão semântica:

(...)no eixo da extensão, um valor semântico transfere-se a outro, num espalhamento sêmico. Com isso, no eixo da intensidade, ele dá uma velocidade maior ao sentido, acelerando-o, pois, ao enunciar, por exemplo, um efeito, já se enuncia também a causa, suprimindo etapas enunciativas (FIORIN, 2014, p. 37).

No caso dos dados aqui analisados, a doença é compreendida e nomeada pelo seu (suposto) local de origem – “a doença que veio de Dakar”, “a doença que veio da Espanha” – ou pelo nome de quem a teria agravado ou fracassado em contê-la – “a doença que Seidl deixou dizimar a cidade, sem tomar nenhuma providência”⁸.

A gripe de 1918 também foi chamada de “grippe pneumônica”:

9. O “Haighland Perter” foi interdictado pela Saúde do Porto, hontem, por se terem verificado, a seu bordo, durante a viagem, dois casos fataes de grippe **pneumonica** (Correio Paulistano, 22/10/1918).
10. Há quatro dias enfermara, attingido pela grippe, que tomou a fôrma **pneumônica**, sendo baldados todos os esforços empregados para salvá-lo, pois a moléstia, em marcha rápida, zombou de todos os recursos da sciencia (Correio Paulistano, 1/12/1918).

“Pneumônica” deriva, por meio de um processo de derivação sufixal, do termo “pneumonia”, palavra de origem grega, já incorporada ao latim medieval (AULETE, 2021). O termo

⁸ Sobre os mecanismos da metáfora e da metonímia nas construções lexicais, ver também Basílio (2014).

refere-se às inflamações do pulmão (FIGUEIREDO, 1913), as quais podem ser provocadas por bactéria ou vírus (AULETE, 2021). No século XIX, foi descoberto o “pneumococo” ou “estreptococo”, tipo de bactéria em formato de grão (gr. *kokkos*), identificado como a causa da pneumonia aguda e também de outras enfermidades, como otite e sinusite, como sabemos hoje. A bactéria também pode acometer pessoas fragilizadas por outras doenças, como as gripes virais, o que levou, no contexto da gripe espanhola, à falsa constatação de que a epidemia seria de origem bacteriana, como podemos constatar no uso da palavra “bacillo”, na ocorrência (11), indicando o agente causador da doença.

Consideremos que, como mencionado anteriormente, naquele período, o vírus ainda não havia sido visualizado no microscópio. Apesar de a humanidade já ter enfrentado diversas epidemias virais e de já terem sido produzidas, inclusive, vacinas antivirais, como a vacina contra a varíola, conhecia-se ainda pouco sobre o comportamento desses micro-organismos. O “bacillo” – vibrião, bactéria alongada, em forma de bastonete (FIGUEIREDO, 1913) –, por sua vez, era um micróbio já conhecido e, de fato, estava presente em muitas amostras de catarro e secreções dos doentes acometidos pela gripe, dado sua alta reação inflamatória, fato que levou os médicos a acreditarem ser o bacilo o agente etiológico da gripe (SOUZA, 2008).

11. Talvez a barafunda do momento não permita ainda que se estude com a calma necessária essa misteriosa moléstia e o seu desconhecido **bacillo** [A Noite 26/10/1918].

A espanhola ganhou, ainda, o nome de “ceifadora de moços”, como podemos constatar na ocorrência a seguir:

12. (...) a directoria já está de posse de uma lista de casas onde a **ceifadora de moços** ocasionou uma pequena epidemia domiciliar [O Combate, 12/11/1918].

A expressão, que pode ser descrita como um neologismo por composição sintagmática, nos termos de Alves (2004) ou, ainda, pode ser entendida como uma fraseologia, traz o sentido figurado do verbo ceifar: “tirar (a vida de alguém), matar, extinguir” (AULETE, 2021).

Trata-se de uma imagem bastante difundida da morte, na qual uma figura humana vestida em preto, carregando uma foice aparece junto aos que se aproximam da morte. A “ceifadora de moços” é, portanto, uma metáfora para falar da doença que levava o fim, sobretudo, aos mais jovens. Como discutem Schwarcs e Starling (2020, p. 29), diferentemente da gripe comum, a qual atacava de forma mais severa as crianças e os idosos, a espanhola matou, principalmente, jovens e adultos, de 20 a 40 anos. Segundo as autoras, “o fato de o organismo jovem ter uma imunidade mais eficaz, capaz de antecipar sua resposta ao ataque do vírus, teria acentuado as características da doença”. Tal reação faz com que o sistema imunológico do jovem provoque uma reação inflamatória exagerada, que leva à morte rapidamente.

Finalmente, a gripe de 1918 recebeu também a alcunha de “bailarina da morte”. Segundo Schwarcs e Starling (2020, p. 25), “a moléstia foi chamada também ‘bailarina’ – porque dançava e se disseminava em larga escala, e porque o vírus deslizava com facilidade para o interior das células do hospedeiro e se alternava ao longo do tempo e nos vários lugares em que incidia”. A alegoria foi materializada em uma charge do jornal *Gazeta de Notícias*, de 29 de setembro de 1918.

Imagem 3: Charge do jornal *Gazeta de Notícias*, de 29 de setembro de 1918

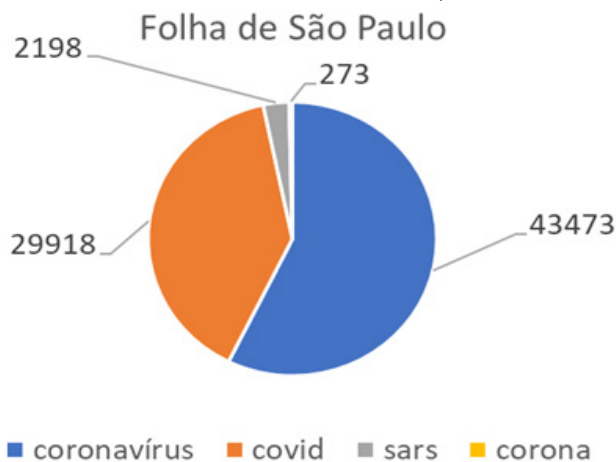


Fonte: Corpus da pesquisa

A figura apresenta uma dançarina macabra, vestida como as tradicionais dançarinas espanholas de flamenco, trazendo, em uma das mãos, numa maleta de médico, a temível doença. À semelhança de “ceifadora de moços”, “bailarina da morte” é um neologismo por composição sintagmática que, por meio da metáfora, apresenta uma das imagens da doença, aquela que, como num passo de dança, se espalha e dissemina a morte. Esse tipo de recurso estilístico é muito recorrente nos meios jornalístico e literário e tem forte função conativa.

No contexto da pandemia da Covid-19, os nomes da doença mais frequentes são “coronavírus”, “corona”, “covid” e “Sars-Cov-2”. No gráfico a seguir, podemos ver a frequência do uso desses termos nos artigos e comentários sobre coronavírus no jornal *Folha de São Paulo*, durante o ano de 2020.

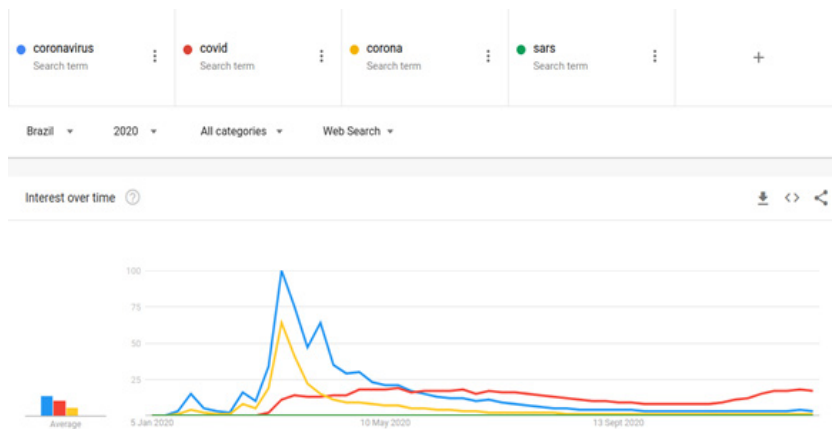
Gráfico 1: Frequência das palavras “coronavírus”, “covid”, “sars” e “corona” na *Folha de São Paulo*, em 2020



Fonte: Elaborado pelas autoras

Fica claro que “coronavírus” é o mais comum (43.473 ocorrências ou 57,3 %), seguido por “covid” (29912 ocorrências ou 39,4 %), “sars” (2198 ocorrências ou 2,9 %) e a forma truncada “corona” (273 ocorrências ou 0,4 %). Isso também se pode observar no quadro de google trends, que mostra a frequência das buscas dos quatro termos no Brasil durante o ano 2020. Essa distribuição corresponde ao quadro global em 2020.

Gráfico 2: Frequência de busca dos termos “coronavírus”, “covid”, “corona” e “sars” em 2020



Fonte: Google Trends.

Em 2021, o termo “covid” já era claramente predominante entre as quatro nomenclaturas, tanto no Brasil como mundialmente.

O termo “coronavírus” vem do lat. *corona, ae*, “coroa”, + *virus* (AULETE, 2021), mas, no contexto atual, trata-se de empréstimo do inglês, com adaptação fonética e ortográfica. Essa palavra designa o agente etiológico da doença (nome mais geral, pois existem vários subtipos de coronavírus, que se desenvolvem via mutação). Trata-se de uma composição subordinativa, na qual “corona” especifica o tipo do “vírus”. Esse termo aparece a menudo (em 13.847 casos ou em 31,9% de todas as ocorrências do termo “coronavírus”) em combinação com “novo”, formando uma composição sintagmática, como mostra o exemplo a seguir:

13. Cerca de 50 milhões de desempregados, microempreendedores e trabalhadores informais estão habilitados a receber o auxílio emergencial liberado para distribuir renda durante a quarentena da pandemia do **novo coronavírus** (Folha de São Paulo, 05/2020).

Esse termo também é utilizado na forma truncada “corona”, que aparece sobretudo nos comentários da *Folha de São Paulo*.

14. Com o **Corona**, a gigante de pes de barro, China, é ainda pais d ignorantes e pobres [*sic*] (*Folha de São Paulo* 02/2020).

“Corona” também dá origem, por meio da derivação sufixal, ao adjetivo “coronado”, para designar a pessoa atacada pela doença. Esse termo ocorre apenas três vezes no *corpus* da *Folha de São Paulo*, mas foi bem frequente no Twitter, em 2020. Veja os exemplos a seguir:

15. Queria ir dormir no meu namorado, mas tenho medo de voltar **coronado** e matar minha vó (Twitter, 21/03/2020).
16. Esse povo vai voltar da praia tudo **coronado** para Porto Alegre vai vendo (Twitter, 30/12/2020).

Outro termo usado para denominar a doença durante a pandemia atual é “o vírus”. Esse termo aparece 680 vezes, sobretudo em comentários, como no exemplo a seguir.

17. Ninguém sabe se o **virus** desapareceu, quantos são portadores do mesmo e sem sintoma, etc. [*sic*] (*Folha de São Paulo*, 05/2020).

“Covid-19” é uma composição acronímica do inglês para designar “**corona virus disease**” (Covid) + 19, referindo-se ao ano de 2019, quando houve o primeiro caso da doença. (FIOCRUZ, 2020)⁹. Trata-se, então, de um nome para se referir à doença (palavra feminina), mas que também passou por transposições semânticas, ou seja, metonímia, para designar o evento pandêmico em geral e também para se referir ao agente etiológico (o vírus).

⁹ Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19>

Nesse último caso, temos, geralmente, o uso no masculino. Costa (2021) mostra que o termo “covid” está num processo de determinologização, passando de uma composição (“**corona vírus disease**”) a uma formação acronímica (“COVID”), depois a uma palavra autônoma (“covid”) e, por fim, em elemento derivacional (em palavras como “covidiano”, “covidado” ou “covideiro”).

No *corpus* da *Folha de São Paulo*, encontram-se numerosas formações de palavras com “covid”, “corona” e “vírus”, tanto derivativas como posicionais. Há muitas derivações prefixais com os prefixos latinos “anti-”, “pré-” e “pós-”: “anti(-)corona(virus)”, “pré(-)covid”, “pós(-)virus”. As derivações com sufixo diminutivo “-inho”, como “viruzinho”, que aparecem também com as bases coronavírus e covid, são usadas para falar seja dos casos brandos da doença, seja para minimizar a gravidade da pandemia. No Brasil, o diminutivo formado a partir da palavra gripe, “gripezinha” (1.158 ocorrências, sobretudo nos comentários) ganhou as manchetes, ao aparecer no discurso de Bolsonaro, no início da pandemia. Esse termo também cumpre o papel de minimizar a gravidade da doença. Trata-se de uma expressão comum entre bolsonaristas e *negacionistas* – outro neologismo que surge para designar pessoas que não acreditam na pandemia ou em sua gravidade.

18. É a **gripezinha**, Bolsonaro, matando nosso irmãos. Quando você vai acordar? Ou melhor, reconhecer sua incompetência generalizada e renunciar? [*sic*] (*Folha de São Paulo*, 04/2020).

A maioria das composições é predeterminativa (tipo “bolso-vírus”) – uma ordem típica das línguas germânicas, o que indica que poderia se tratar de anglicismos ou ainda, ser condicionadas pela palavra “coronavírus” com substituição de “corona”. Quanto à semântica, temos composições com referência à origem geográfica do vírus, como “vírus chinês”, e composições satíricas, com os nomes dos líderes políticos. “Vírus chinês” aparece 140 vezes no *corpus* da *Folha de São Paulo*, e trata-se de uma composição sintagmática, semelhante ao caso de “gripe espanhola”, mas com tom claramente racista, associado aos estratos mais conservadores da sociedade.

19. Nascida na ultradireita americana, a expressão “vírus chinês”, de contornos racistas, caiu nas graças do bolsorismo e estimula delírios conspiratórios de funcionários do governo (*Folha de São Paulo*, 22/04/2020).

Além do “vírus chinês”, as composições com o nome do presidente aparecem com maior frequência e em diferentes variantes: “bolsovírus / bhozonavírus / bolsonavírus / bolssovírus / bozovírus / bozo-covid19”, as quais aparecem 71 vezes no *corpus* da *Folha de São Paulo*, em total. Também tem uma ocorrência de “lulavírus”. A associação com os políticos é semelhante ao caso de “Mal de Seidl”, na gripe espanhola.

O termo “coronga” também é resultado de uma formação a partir de “coronavírus”. Trata-se de uma palavra-valise, que surgiu, provavelmente, de “coronavírus + mocoronga”. Esse termo não aparece no *corpus* da *Folha de São Paulo*, mas é usado com frequência no Twitter.

20. Que saudade de um boteco pelo amor de deus se vá **coronga** (Twitter, 20/02/2021).

O termo “covid” aparece na maioria dos casos (25.084 ou 83.8 %) com “19”, como mostra o exemplo a seguir:

21. Enquanto cidades do interior seguem fechadas, diante do avanço da pandemia de **Covid-19**, a capital paulista continua atuando nos protocolos para reabertura de equipamentos e estabelecimentos (*Folha de São Paulo*, 07/2020).

Além disso, é interessante a variação do gênero do termo “covid”, que pode ser vista na tabela a seguir, em comparação com outras três línguas românicas: o espanhol (*corpus* do jornal *El País*), o italiano (*La Repubblica*) e o francês (*Le Monde*).

Tabela 1: Gênero da palavra “covid” em dados do português, do espanhol, do italiano e do francês

		El País		Folha de São Paulo		La Repubblica		Le Monde	
tokens		17.053.296		20.300.142		7.403.400		28.746.750	
covid (F)	Artikel	9473	5,55%	4565	2,25%	28	0,04%	45	0,02%
	Kommentare	162	0,09%	532	0,26%	4	0,01%	1286	0,45%
	Total	9635	5,65%	5097	2,51%	32	0,04%	1331	0,46%
covid (M)	Artikel	464	0,27%	280	0,14%	1591	2,15%	9963	3,47%
	Kommentare	282	0,17%	549	0,27%	108	0,15%	4944	1,72%
	Total	746	0,44%	829	0,41%	1699	2,29%	14907	5,19%

Fonte: Corpora da pesquisa

Em espanhol e português, esse termo tende a ser usado no feminino. Em italiano e em francês, no masculino, embora a *Académie Française* e a *Accademia della Crusca* recomendem o uso com o artigo feminino, pois refere-se à doença (fr. la maladie, it. la malattia). No entanto, nos comentários aos artigos franceses, “covid” é utilizada no feminino com bastante frequência, o que mostra uma insegurança em relação ao gênero da palavra. Esse fato está relacionado ao processo de lexicalização do termo “covid”. Rute Costa, da Universidade NOVA de Lisboa, também chegou a esta conclusão em sua pesquisa sobre o processo de determinologização do termo COVID-19 (COSTA, 2021).

“Sars-Cov-2” é uma composição acronímica e estrangeirismo. Abreviação do termo médico em inglês “*severe acute respiratory syndrome coronavirus 2*” (em tradução livre *síndrome aguda respiratória severa coronavírus 2*). Às vezes, esse termo também é usado na versão truncada “sars”, como mostra o exemplo a seguir.

22. No caso da **Sars**, a janela entre o primeiro caso e a identificação levou 152 dias (*Folha de São Paulo*, 02/2020).

No caso do “sars” também pode-se observar uma variação do gênero: aparece 933 vezes (ou 42,5 % dos casos) com o artigo masculino (*o sars) e 252 vezes (ou 11,5 % dos casos) com o artigo feminino (*a sars). Como no caso do termo “covid”, deve-se ao processo de lexicalização desta formação acronímica, na qual

“a sars”, provavelmente, refere-se à doença, e “o sars”, à síndrome ou ao vírus.

Outras designações da doença na pandemia atual são “nova cepa”, que aparece 26 vezes no *corpus* da *Folha de São Paulo*, e “nova variante”, que aparece 50 vezes no *corpus* da *Folha de São Paulo*. Essas são denominações que identificam as mutações pelas quais passa o vírus no decorrer do tempo, trazendo novos desafios em termos de transmissibilidade, tratamento e eficácia das vacinas. A combinação com o adjetivo “nova” dá origem aos neologismos por composição sintagmática “nova cepa” e “nova variante”, como ocorreu no caso de “novo coronavírus” (ALVES, 2021). Essas expressões também foram bastante frequentes em redes sociais como o Twitter, mostrando ter atingido usos de linguagem menos formais.

23. Até agora, foram identificados dois casos da segunda **nova cepa** no país (*Folha de São Paulo*, 12/2020).

24. É só anunciar a «vacina» que surge uma **nova variante** para prolongar o lockdown (Twitter, 26/12/2020).

O termo “pandemia” aparece 36.870 vezes no *corpus* da *Folha de São Paulo*. O termo – palavra grega que chega, no português, via latim científico, atestada a partir de 1899 (CUNHA, 2010) – descreve o evento pandêmico como um todo, sobretudo a partir da constatação de que a epidemia se alastrava por todo o globo. Os órgãos governamentais, nos mais diversos países, recorreram ao termo como parâmetro para conduzir as políticas e as medidas de contenção de doenças epidêmicas. A partir do momento em que a Covid-19 foi declarada uma pandemia pela OMS, os países mobilizaram-se para implementar políticas como fechamento de fronteiras, quarentena, fechamento do comércio, escolas etc.

25. Desde o início da **pandemia**, a Agência da ONU para Refugiados tem trabalhado intensamente para aumentar a proteção dessa população (*Folha de São Paulo*, 07/2020).

Finalmente, tem-se a designação “micróbio”, que, embora ocorra apenas 8 vezes no *corpus* da *Folha*, está bastante presente no Twitter, em usos com tom satírico, visando chamar a atenção do receptor, provocar o riso ou expressar ironia. Vejamos:

26. Era pra hoje eu tá indo viajar pra Salvador pra Micareta SSA que ódio desse **micróbio** dos infernosss [*sic*] (Twitter, 15/10/2020).

Conclusões

O estudo do léxico nos contextos de pandemia nos permitiu identificar mecanismos de formação de palavras e neologismos na língua portuguesa brasileira em dois momentos de sua história. O trabalho com dados históricos impôs desafios, sobretudo no que tange às análises quantitativas, dada a indisponibilidade de dados transcritos passíveis de análise computacional. Na análise dos dados da Covid-19, embora apresente processos morfológicos, sintáticos e semânticos semelhantes aos encontrados no contexto da gripe espanhola, observou-se maior penetração de estrangeirismos do inglês na língua. A análise quantitativa no contexto da Covid-19 revelou a dimensão do impacto e da difusão das palavras na língua, dada sua maior ou menor frequência no *corpus*.

O campo lexical “nome da doença” revelou-se de especial importância na análise, sendo bastante produtivo nos dois períodos estudados. A nomeação das doenças revela lutas e embates pelo monopólio de uma interpretação sobre os acontecimentos – uma luta pelo direito de dar um sentido ao evento e à busca de legitimidade, sobretudo no campo político, de que as autoridades estão cumprindo seu dever e sua função na condução da crise. No caso da Covid-19, no Brasil, nomes como “gripezinha” revelam uma nítida cisão ideológica observada entre apoiadores e opositores ao então presidente.

Quanto à gripe espanhola, os nomes se relacionam, majoritariamente, às supostas origens da doença (geográfica) e à figura política então responsabilizada pela disseminação (o caso de Mal

de Seidl). Isso se reflete também no uso da palavra “hespanholados” para designar pessoas afetadas pela doença, enquanto no caso da atual pandemia o termo “coronado” ou “covidado” é comum para isso. Além disso, o termo “gripe pneumônica” apareceu para descrever a doença durante a gripe espanhola. Embora a Covid-19 também seja uma doença pneumônica, este termo não é comumente usado para descrevê-la.

Como vimos, as composições a partir de “mal” são frequentes no contexto da gripe espanhola e revelam o forte papel do imaginário religioso na sociedade da época. No contexto da Covid-19, predominam as palavras oriundas do discurso científico, da área médica e das pesquisas epidemiológicas. Esses nomes se difundiram bastante na sociedade e podem ser atestados em outros campos lexicais como o referente aos hábitos de higiene e à prevenção da doença, tratamentos e medicamentos, como “taxa de transmissão”, “EPI”, “paciente 0”, “curva de contágio”, “cloroquina”, entre muitos outros.

No caso da Covid-19, é interessante observar ainda os processos de determinologização de termos como “vírus” ou “covid”, que se manifestam, entre outras coisas, em sua ocorrência como uma base de formação de palavras para numerosas formações derivacionais e composicionais. Nesse contexto, é provável que haja um processo de lexicalização que resulta numa insegurança do uso do gênero, observada no caso do “covid” e “sars”. Termos como “nova cepa” e “nova variante” refletem a constante mudança nas cepas de vírus, tornando a pandemia um problema prolongado. Observamos também como a frequência dos diferentes nomes da doença muda com o tempo. Enquanto em 2020 “coronavírus” era o termo mais frequente, em 2021, “covid” difundiu-se como a variante mais comum no Brasil e mundialmente.

Referências

ABBADÉ, C. M. S. *Lexicologia social: a lexemática e a teoria dos campos lexicais*. In: **As Ciências do Léxico**. Campo Grande: Editora UFMS, 2012, p. 141-161.

ALVES, I. M. **Neologismo: criação lexical**. São Paulo: Ática, 2004.

- ALVES, I. M. Terminologia da COVID-19 e seus novos termos. **AbraLin**, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pyarLgw4s8c>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- AULETE, C. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa [*on-line*].
- BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CAMBRAIA, C. N. Da lexicologia social a uma lexicologia sócio-histórica: caminhos possíveis. **Revista de Estudos de Linguagem**, v. 21, n. 1, 2013, p. 157-188.
- CAMUS, A. **La peste**. Paris: Gallimard (Collection Folio, 1992), 1947, p. 43.
- CEIFAR. DICIONÁRIO Aulete Digital. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2021. Disponível em: https://aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital. Acesso em: 27 mai. 2021.
- CORONAVÍRUS. DICIONÁRIO Aulete Digital. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2021. Disponível em: https://aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital. Acesso em: 27 mai. 2021.
- COSTA, R.. Processos de determinologização: o caso da COVID-19. Terminologia da COVID-19 e seus novos termos. **AbraLin**, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pyarLgw4s8c>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2. ed. rev. e acresc. de um suplemento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- ESPAÑHOLA. DICIONÁRIO Aulete Digital. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2021. Disponível em: https://aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital. Acesso em: 27 mai. 2021.
- FERRAZ, A. P. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, M. C. T. C. de (eds.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 217-234.
- FIGUEIREDO, C. de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**.. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1913. Vol. I.
- GOOGLE Trends. Disponível em: <https://trends.google.com/trends/?geo=DE>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- LITTÉ, É.. **Dictionnaire de la langue française**. Paris: L. Hachette, 1873-1874. [*on-line*]. Disponível em: <http://www.littre.org>. Acesso em: 16 set. 2022.
- MATORÉ, G. **La méthode em lexicologie: domaine français**. Paris: Didier, 1953.

MAL. DICIONÁRIO Aulete Digital. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2021. Disponível em: https://aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital. Acesso em: 27 mai. 2021.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

PESTE. DICIONÁRIO Aulete Digital. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2021. Disponível em https://aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital, acesso 27/05/2021.

PNEUMÔNICA. DICIONÁRIO Aulete Digital. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2021. Disponível em: https://aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital. Acesso em: 2 mai. 2021.

ROMERO, S. C.; CAMBRAIA, C. N. **Neologismos em uma perspectiva sociolinguística**. Percursos Linguísticos, n. 5, 2015, p. 1-18.

SCHWARCS, L. M.; STARLING, H. M. **A bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SEABRA, M. C. T. Língua, cultura, léxico. *In: Linguagem, sociedade e discurso*. SOBRAL, G.; LOPES, N.; MARTINS, J. (ed.). São Paulo: Blucher, 2015, p. 65-84.

SOUZA, C. M. C. de. A epidemia de gripe espanhola: um desafio à medicina baiana. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, out.-dez. 2008, p. 945-972.

A análise do “Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa”, de Antônio Soares Amora, e a essencialidade da aplicação das ciências do léxico na produção dicionarística

Bárbara Neves Salviano de Paula
Universidade Federal de Minas Gerais
Simone Dornelas de Carvalho

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG)

Introdução

A obra *Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa*, de Antônio Soares Amora (2003), é destinada a alunos do Ensino Fundamental e Médio. Composta por cerca de 31 mil verbetes, foi recomendada pelo Ministério da Educação (MEC) no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2004, por ter, como principais pontos positivos, a boa seleção vocabular, a correção e a linguagem simples das definições, a fonte e o espaçamento de bom tamanho e a impressão nítida. Além disso, o documento indica que as informações gramaticais ofertadas nos verbetes são corretas.

No ano de 2012, o MEC publicou um documento intitulado *Com direito à palavra: dicionários em sala de aula*¹. O texto acompanha acervos de dicionários escolares enviados às escolas de ensino fundamental e médio. O objetivo da obra, conforme explicação própria, é “apresentar [...] tanto o mundo dos dicionários quanto

¹ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12059-dicionario-em-sala-de-aula-pnld-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192.

as características gerais desses acervos, esperando que, assim, o uso desses materiais possa ser otimizado” (BRASIL, 2012, p. 3). No entanto, apesar de recomendação anterior, o dicionário de Amora (2003) não foi incluído no acervo, tampouco outra edição posteriormente revisada. Sabe-se que a lista ofertada em 2012 foi a última indicação de distribuição promovida pelo MEC, de modo que grande parte das instituições de ensino pauta-se nela, a fim de definir o que podem ser consideradas boas obras lexicográficas. Abordaremos, neste trabalho, considerações sobre características de uma obra anteriormente recomendada pelo MEC, mas que deixou de fazer parte do seu repertório. Dessa forma, é possível delimitar as estratégias de validação do Ministério da Educação no que diz respeito à avaliação das obras lexicográficas, permitindo, ainda, que os profissionais da educação possam desenvolver autonomia em analisar os dicionários que estão disponíveis em circulação.

1 Os dicionários e o ensino do léxico

A partir do momento que consideramos os dicionários como instrumento que cataloga não apenas as palavras da língua, mas também aspectos gramaticais das lexias ali registradas, podemos considerá-los obras facilitadoras e/ou promotoras da competência lexical dos seus consulentes, corroborando-se, assim, a necessidade de tais obras estarem sistematicamente apoiadas sobre as Ciências de Léxico. Somente desse modo será possível que atinjam, positivamente, a competência dos léxicos virtual e real dos seus usuários. Conforme Sandmann (1991):

[...] a competência lexical do usuário de uma língua se compõe de dois momentos: o da análise e interpretação das unidades estabelecidas no léxico, isto é, já formadas, e o da formação ou entendimento de novas palavras de acordo com modelos ou regras que a gramática da língua põe à disposição (SANDMANN, 1991, p. 23).

Os autores Tréville e Duquette (1996), *apud* Bezerra (1998), definem o alcance da competência lexical por meio de cinco elementos:

1. Componente linguístico (relativo à palavra e à frase) – constituído pelo conhecimento das formas oral e escrita dos itens lexicais, de sua estrutura, de seus diversos sentidos, de suas relações morfossintáticas e de seus contextos privilegiados;
2. Componente discursivo – constituído pelo conhecimento da combinação das palavras com as séries lexicais que apresentam relações lógico-semânticas entre si (regras de coesão, coerência, co-ocorrência);
3. Componente referencial – conhecimento relativo às experiências pessoais, aos objetos do mundo e suas relações e que permite prever, no discurso, as sequências lexicais correspondentes a estereótipos de comportamentos sociais;
4. Componente sociocultural – constituído pelo conhecimento do valor das palavras de acordo com os registros linguísticos, de seus significados culturais e de seu emprego de acordo com as situações de comunicação;
5. Componente estratégico – capacidade de manusear as palavras em suas redes associativas com o objetivo de esclarecer, resolver um problema de comunicação e capacidade de superar o desconhecimento de palavras por procedimentos de inferência a partir de pistas contextuais (compreensão) ou de formulações aproximadas, paráfrases e definições (produção) (TRÉVILLE; DUQUETTE, 1996, *apud* BEZERRA, 1998, p. 98).

Considerando os componentes supramencionados e a obra analisada neste trabalho, podemos relacionar como o dicionário de Amora (2003) atende às demandas relacionadas ao desenvolvimento das habilidades léxicas dos que utilizam-no.

Nos âmbitos discursivo e sociocultural, a presença de locuções, como as expressões idiomáticas, possibilita ao consulente compreensão tanto de combinações de palavras como de elementos culturais. O papel do lexicógrafo envolve mais do que catalogar regras lexicais e aspectos linguísticos em uma obra. Como descrito, é

preciso conhecer a fundo a comunidade linguística do idioma que representa. É esse conhecimento efetivo de todos os aspectos formadores e culturais da comunidade que denominamos *especialidade extralinguística*. No caso de descrever locuções, aspectos culturais são retratados, posto que as unidades polilexicais perpassam o significado literal de suas partes e são decodificadas pelos pares daquela comunidade linguística específica. Todavia, a falta de indicação ao consulente de como encontrar as unidades polilexicais registradas na obra de Amora (2003) dificulta o acesso a sentenças tão importantes, já que o próprio usuário acaba por ter de depreender, autonomamente, esse tipo de busca. Deixar claro na macroestrutura o caminho para identificar o saber cultural e popular converte a língua natural e cotidiana dos falantes em compartilhada e consensual. Mesmo falantes nativos poderão refinar seus conhecimentos socioculturais por meio daquilo que os dicionários oferecem como instrumento de cultura. Daí a necessidade de incentivar a busca simples e pontual de tais lexias.

O componente linguístico é, normalmente, o primeiro a ser avaliado pelos professores e educadores incentivadores do uso dos dicionários e até mesmo por alguns de seus consulentes. As informações devem ser precisas e estar de acordo com a gramática normativa. Encontrar deslizos básicos no que diz respeito às informações seja da forma oral e/ou escrita, bem como das contextualizações morfossintáticas, acaba por despertar o sentimento de desconfiança no texto lexicográfico, sendo essenciais revisões que mantenham a obra atualizada e livre de equívocos.

Ainda, um dicionário com componente referencial bem elaborado possibilita ao leitor mais do que ampliar seu léxico mental, ele amplia seu vocabulário. Como reflexo social, pode permitir que o aprendiz atinja maturidade linguística suficiente para representar todos os seus papéis sociais a partir das palavras. Rezende (2015), citando Antunes (2007, p. 45), especifica que “todo falante, para ser eficaz, precisa saber, em cada situação, que tipo de vocabulário empregar (vocabulário técnico, especializado, fora do usual, comum, literal, metafórico, coloquial)”. Para a autora, “considerando esse aspecto, é importante apresentar aos alunos diversos tipos de vocabulários, além de evidenciar em quais contextos melhor se adaptam” (REZENDE, 2015, p. 74).

É fundamental admitir que os dicionários podem auxiliar o falante na aquisição e no aprimoramento do vocabulário contextualizado, pois todas as classificações exemplificadas por Antunes (2007), e ainda outras, são organizadas e registradas nessas obras lexicográficas. Para isso, o professor deve reconhecer a leitura dos dicionários como texto. A escolha deles como instrumentos de apoio ao ensino do Português também se deve pela função metalinguística do mesmo. Pontes e Santiago (2009) descrevem:

Há de esgotar o potencial de informações que o dicionário possa oferecer ao aluno, não o resumindo na simples função de tira-dúvidas, o que limita extremamente seus usos em sala de aula. Deve-se, sim, reconhecer o dicionário como texto, que obviamente pressupõe outras leituras. (PONTES; SANTIAGO, 2009, n/p).

Como ferramenta didática, os autores concordam que, quando tratado como texto, os dicionários podem possibilitar aos alunos muito mais do que definições e conceitos. Por exemplo, pensando no contexto educacional, os dicionários podem conduzi-los a importantes concepções da gramática da língua oficial do seu país, o Português, bem como dar margem a discussões sobre aspectos socioculturais do idioma.

Cabe à escola a função de promover aprendizado de leitura e de escrita, de modo que permita aos seus alunos uma interação plena com a sociedade em todas as suas facetas formais ou informais. Esse trabalho com o aluno que faz parte do grupo base da sociedade tem sido amplamente discutido nas faculdades de Educação em todo o Brasil, a partir de disciplinas, projetos, trabalhos, livros, dentre outros. No entanto, a maioria das propostas para alcançar tal capacidade está fundamentada em materiais didáticos e/ou paradidáticos, bem como em aplicações didáticas expositivas que consideram mais a gramática normativa do que a própria palavra.

Fazer o caminho inverso, no entanto, pode ser ainda mais eficiente, haja vista que é mais óbvio ensinar o léxico partindo do conhecimento da sua própria ciência. A título de exemplo, as

formas comuns que materiais didáticos trazem para explicação das palavras perpassam por conceitos técnicos e teóricos da gramática normativa. Esses conceitos são importantes, mas, por não fazerem parte do cotidiano do alunado, pode ser considerado por eles como um conhecimento não útil e, portanto, difícil de acessar. Oferecer o conteúdo intelectual partindo dos dicionários pode facilitar tal aprendizado, pois, considerando Amritavalli (1999, p. 262), no que diz respeito ao vocabulário de definição de uma lexia, “a explicação da palavra não deveria ser mais complicada que a própria palavra” e os exemplos não podem trazer novos problemas de compreensão. Portanto, a elaboração do dicionário escolar deveria ser precedida da seleção de um vocabulário básico.

Dessa forma, a busca pela simplicidade em essência é a chave mestra para educar com produtividade. Determinar por pressuposto o ensino com objetividade, com clareza e com simplicidade aproxima o magistério do dicionário, visto que esses também são pressupostos para a produção dessas obras. Assim, explorar as coincidências trabalhará a nosso favor, pois teremos o vínculo da estrutura da Língua Portuguesa com um material lexicográfico que, se bem utilizado, pode oferecer a aquisição e/ou o aperfeiçoamento da língua pelos alunos. Com isso, usar os dicionários a fim de possibilitar aos discentes pleno entendimento das definições e dos exemplos ali apresentados, é cumprir o objetivo do ensino de Português.

2 O Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa

2.1 Abordagens favoráveis

Já nas páginas iniciais, o dicionário apresenta a Proposta Lexicográfica intitulada *Apresentação*. O texto é bem simples e resumido, explicitando, principalmente, o nível de escolaridade ao qual a obra se destina. Encontramos, ainda, um Guia do Usuário, definido pela seção *Como consultar o Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa?* As considerações são prioritariamente

sobre os verbetes, e as informações contidas no guia apresentam uma linguagem adequada à competência lexical dos alunos de 1º e 2º graus.

No que tange à nomenclatura, a obra tem seções para todas as letras, inclusive *k*, *w*, *y*, e está isenta de saltos arbitrários na sequência dos vocábulos. Inclui campos temáticos do cotidiano infantojuvenil e domínios discursivos especializados. Por exemplo, no âmbito de repertório lexical político, há lexias como *prefeito*, *prefeitura*, *impeachment*, *vereador* etc. No âmbito da informática, aparecem os conceitos de palavras como *arroba*, *cursor*, *clicar*, *mouse*, dentre outras.

Observamos, ainda, no conjunto de entradas, a presença de alguns empréstimos lexicais, sejam considerados de uso mais recente ou menos recente na comunidade linguística. É o caso de verbetes como *self-service*, *bonsai*, *blitz*, *internet*, *office-boy*, *punk*, *script*. São incluídos regionalismos que contemplam a diversidade do território nacional, ou seja, variações. Tomemos por exemplo: *estilingue* / *bodoque* / *atiradeira*; *abóbora* / *jerimum*; *bergamota* / *tangerina* / *mexerica* / *laranja-cravo*. Apresenta, também, a inclusão de locuções e expressões idiomáticas como *dar bandeira* (expressão idiomática); *às avessas* (locução); *banho de sol* (locução). Por fim, inclui vocábulos pouco usados e/ou em desuso, como *benquerença*, *malquerença*, *alpercata*, etc.

Na obra em questão, as estratégias para a apropriação do sistema de escrita são observadas, pois as entradas estão catalogadas de modo alfabético e exibem recursos gráficos que facilitam a organização, tais como faixas superiores e indicação da primeira e última palavra referentes àquela página.

Percebemos, na análise desse dicionário, que, quanto à contribuição para a prática de leitura e escrita, apresenta uma seleção de palavras provenientes de diversas classes, incluindo as unidades maiores que a palavra, como as locuções e as expressões idiomáticas.

A obra também contribuiu para a prática de análise e reflexão sobre a língua e a linguagem, uma vez que explora relações entre as palavras, por meio de processos como a sinonímia, a antonímia e as famílias de palavras. Além disso, aborda corretamente as informações linguístico-gramaticais das entradas.

Quanto à contribuição ao desenvolvimento da linguagem oral, apresenta informação fonética das palavras, por exemplo *desaforo(ô)*; *gelatinoso(ô)*. As indicações são correspondentes aos critérios fonológicos brasileiros.

No dicionário de Amora, há elementos que colaboram para o processo de construção da cidadania. A maioria dos verbetes não apresenta preconceito. Assim, seus consulentes poderão encontrar definições livres de conceitos pejorativos ou desfavoráveis à cultura e à sociedade.

2.2 Abordagens desfavoráveis

Percebemos que, embora o dicionário Soares Amora (2003) tenha pontos positivos como os anteriormente elencados, apresenta pontos falhos tanto na sua macroestrutura quanto na microestrutura, demonstrando que a obra não está totalmente em conformidade com as técnicas e os critérios lexicográficos, essenciais para a elaboração de um dicionário.

Na macroestrutura, a proposta lexicográfica não explicita o critério de seleção vocabular nem o número total de entradas. Essa última informação está brevemente mencionada na contracapa e em difícil visualização. Também não há menção do tamanho e tipo da fonte empregada. Quanto ao *layout*, verificamos que a formatação esconde o fim da segunda coluna das páginas pares.

Apesar de contar com uma breve explicitação em *Como consultar o Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa?*, o guia não traz informações suficientes para orientar satisfatoriamente o usuário. Além disso, nesse guia encontramos uma informação linguística equivocada: “não entender patavina” é definida como expressão idiomática.

Outro ponto a ser observado é que, embora a obra apresente unidades polilexicais, não há nenhuma indicação de como o consulente deve proceder para encontrar as locuções ou as expressões idiomáticas.

Nas partes concernentes à microestrutura, o dicionário não organiza as palavras por extenso (na forma canônica), mas introduz diretamente o lema dividido em sílabas. Além

disso, apresenta a divisão silábica incorreta como no vocábulo ga. se. i. fi. car.

Fig. 1: Entrada da palavra *gaseificar*

ga.se.i.fi.car *vtd* 1. Reduzir a gás, vaporizar; *vp* 2. reduzir-se ao estado de gás. Conjugá-se como **trancar**.

Fonte: Amora, 2003.

Em alguns casos, o dicionário traz como definição da palavra a acepção menos frequente, demonstrando pouca atenção às mudanças da língua, uma vez que os dicionaristas contemporâneos tendem a ordenar os significados com base na frequência de uso. A exemplo, observamos a definição menos usual de *gandaia*, colocada na primeira acepção.

Fig. 2: Entrada da palavra *gandaia*

gan.dai.a *sf* 1. Ato de procurar, no lixo, objetos de algum valor; 2. *fig* vadiagem, vida dissoluta, farra.

Fonte: Amora, 2003.

Além disso, por ter finalidade pedagógica, o dicionário deveria recorrer a estratégias diversas de explicitação de sentido, contudo, não foram encontrados exemplos e/ou abonações ou mesmo ilustrações. Não se nota a marcação de registro das palavras, como os critérios de formalidade e informalidade, que são informações valiosas ao consulente.

A obra apresenta círculos viciosos, ou seja, nos dizeres de Guerra (2003, n/p) “define-se uma voz com outra que, por sua vez, é definida com a primeira (A = B; B = A)”. Assim, ao pesquisar o significado da palavra *xamã*, por exemplo, o consulente não obterá êxito em sua consulta, devido à circularidade.

Fig. 3: Entrada das palavras *xamã*, *xamanismo*, *xamanista*

xa.mã sm Mago xamanista.
xa.ma.nis.mo sm Conjunto de crenças e práticas dos xamãs.
xa.ma.nis.ta adj 2 *gên* 1. Concernente ao xamanismo; *s* 2 *gên* 2. pessoa que pratica o xamanismo.

Fonte: Amora, 2003.

É fato que todas as palavras utilizadas pelo lexicógrafo em sua obra devem estar registradas no repertório de entradas, a fim de evitar pistas perdidas. Nesse sentido, outro ponto a ser observado no texto de Amora (2003) refere-se a tais pistas perdidas. Ao pesquisar a palavra *clavícula*, por exemplo, o consulente encontrará referência às palavras *acrômio* e *omoplata*. No entanto, a primeira lexia não está retratada no referido dicionário e, ao buscar pela segunda, não há qualquer menção àquela estabelecida como seu sinônimo no verbete de *clavícula*, a saber, *acrômio*.

Fig. 4: Entrada da palavra *clavícula*

cla.ví.cu.la sf Anat Osso do ombro que vai do acrômio (omoplata) ao esterno.

Fonte: Amora, 2003.

Fig. 5: Entrada da palavra *omoplata*

o.mo.pla.ta sf Anat Osso que forma a parte posterior do ombro.

Fonte: Amora, 2003.

De acordo com Biderman (1984, p. 32), a “definição de um vocábulo vem a ser uma paráfrase dessa palavra, equivalente a ela semanticamente”. Para a autora, a explicação a partir de uma paráfrase é sempre a melhor opção. Partindo dessa concepção, outro ponto questionável no texto de Amora (2003) diz respeito ao grande número de definições sinonímicas empregadas, tornando os enunciados imprecisos, como no verbete a

seguir, em que a palavra *maturidade* é definida exclusivamente por sinônimos.

Fig. 6: Entrada da palavra *maturidade*

ma.tu.ri.da.de *sf* 1. Madureza; idade madura; 2. prudência, circunspecção; 3. *fig* perfeição; 4. *fig* firmeza, precisão.

Fonte: Amora, 2003.

Além disso, raramente a sinonímia é utilizada de modo adequado, figurando como informação complementar, como acontece na palavra *display*.

Fig. 7: Entrada da palavra *display*

dis.play (displêi) *sm* *Ingl* 1. Peça publicitária usada para promoção de vendas, em geral colocada em pontos visíveis; 2. *Inform* apresentação visual numa tela de um conjunto de informações processadas por computador. *Sin* **exibição, visualização.**

Fonte: Amora, 2003.

Observamos na obra alguns traços que indicam uma tendência ao “politicamente correto”. Contudo, essa obra não está isenta de preconceito, pois a palavra *casamento* ainda traz uma visão tradicionalista em seu significado, marcada pela expressão “legítima entre homem e mulher”.

Fig. 8: Entrada da palavra *casamento*

ca.sa.men.to *sm* 1. União legítima entre homem e mulher; 2. ato de casar; 3. *fig* harmonia.

Fonte: Amora, 2003.

Considerações finais

Assim, findada a análise do dicionário Soares Amora (2003), notamos a presença de pontos positivos, tais como boa seleção vocabular, linguagem simples na maioria dos verbetes, boa fonte e bom espaçamento na impressão. Contudo, em uma avaliação geral, tais qualidades não fazem tal obra ser recomendada, uma vez que, por não ser elaborada a partir de critérios primários das Ciências do Léxico, peca em pontos importantes para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita dos falantes.

Notamos que não houve preocupação primorosa com a macroestrutura, pois não se primou em elaborar uma Proposta Lexicográfica contendo todas as informações sobre a tessitura da obra nem um Guia que contemplasse todas as orientações adequadas aos consulentes.

Quanto à microestrutura, percebemos a ausência de amplo cuidado com as entradas dos lemas, diretamente separados em sílabas. Não foram apresentados exemplos, abonações e/ou ilustrações para contribuir com a explicitação de sentido. Além disso, o material apresenta excesso de definição sinonímica, o que oferece pouca precisão.

Para concluir, ao final da análise, percebemos ser essencial dominar o conhecimento das Ciências do Léxico ao produzir um dicionário. Além disso, é preciso ter uma boa percepção da língua ali registrada, enquanto manifestação da cultura de um povo, já que “[...] o dicionário é um instrumento cultural que remete tanto à língua como à cultura” (BIDERMAN, 1984, p. 28).

Referências

- AMORA, A. A. S. **Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- AMRITAVALLI, R. **Dictionaries are Unpredictable**. *ELT Journal*, v. 53, n. 4, p. 262-269, 1999.
- BEZERRA, M. A. C. Condições para aquisição de vocabulário. *In: INTERCÂMBIO DE PESQUISAS EM LINGUÍSTICA APLICADA*, n. 8, 1998, São Paulo. Caderno de Resumos. São Paulo: PUC-SP, 1998.

BIDERMAN, M. T. C. O dicionário padrão da língua. *In*: ALFA, v. 28 (supl.). São Paulo: UNESP, 1984, p. 27-43.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Com direito à palavra**: dicionários em sala de aula. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012. p. 19.

GUERRA, A. M. M. La microestructura del diccionario: la definición. *In*: **Lexicografía española**. Barcelona: Ariel, 2003. p. 127-146.

PONTES, A. L.; SANTIAGO, M. S. Crenças de professores sobre o papel do dicionário no ensino de língua portuguesa. *In*: COSTA, F. dos S. J. (org.). **Letras plurais**: crenças e metodologias do ensino de línguas. Rio de Janeiro: CBJE, 2009. p. 105-123.

REZENDE, R. M. **Os dicionários escolares brasileiros no ensino do léxico**: análise do registro dos termos técnico-científicos. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SANDMANN, A. J. **Competência lexical**. São Paulo: Editora da UFPR, 1991.

Teorias semânticas e a definição nos dicionários: uma análise de definições de termos referentes a aves em dois dicionários da língua portuguesa

Kamila da Silva Barbosa
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Bruno Maroneze
Universidade Federal da Grande Dourados

Introdução

Segundo Hartman (2001), o significado é a informação mais procurada pelo público-alvo em dicionários; sendo assim, pode-se supor que a definição é a parte mais importante de um verbete de dicionário. Duas das principais teorias semânticas utilizadas como suporte para o desenvolvimento dos estudos sobre a definição lexicográfica são a Análise Componential, de cunho estruturalista, e a Semântica Prototípica (Teoria dos Protótipos), sendo essa uma teoria no âmbito da Linguística Cognitiva (BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2011).

Ambas as teorias têm como pressuposto a lógica aristotélica de definição, na qual “a definição é entendida como delimitação de uma espécie mediante alusão ao gênero e à diferença específica” (HEGENBERG, 1974, p. 25), sendo que, para Aristóteles, o gênero seria constituído por objetos semelhantes, que possuem subclasses, sendo elas as espécies (HEGENBERG, 1974).

O pensamento aristotélico utiliza, então, uma forma de categorização, já que, para algo fazer parte de um gênero ou subclasse, é preciso ter os atributos que o descrevem. Esse pensamento foi retomado pela semântica estruturalista, tendo a Análise

Componencial como rumo para se realizar as definições. Todavia, para os linguistas cognitivistas, tal modelo de definição, firmado nos conceitos de categorização, não consegue ser aplicado com excelência, pois traça limites rígidos, quando na verdade, os limites tendem a ser difusos (FERRARI, 2011).

Buscando contribuir para os estudos lexicográficos, em especial no âmbito da definição lexicográfica, o presente trabalho irá abordar alguns pressupostos teóricos sobre a Análise Componencial proposta por Bernard Pottier (1977) e a categorização segundo a visão da Linguística Cognitiva (Teoria dos Protótipos) (GEERAERTS, 2006; FERRARI, 2011; FRANCO; VIOTTI, 2013), para realizar a análise de algumas definições de termos referentes a aves (*carúncula*, *cauda* e *crista*) em dois dicionários da língua portuguesa: Dicionário Houaiss Online e o *Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural*, de Domingos Vandelli (1788), com o objetivo de observar a construção das definições e em qual teoria semântica elas se encaixam.

1 Análise componencial

A análise componencial do significado se baseia, segundo Farias (2013), nos princípios da semântica dos traços, sendo eles:

- a) O princípio das oposições, segundo o qual o valor linguístico é dado pelas oposições estabelecidas no interior do sistema.
- b) O princípio da decomposicionalidade, posto que, da mesma forma em que um fonema pode ser descrito em termos de um feixe de traços distintivos, o significado de um lexema pode ser determinado mediante uma soma de traços semânticos (FARIAS, 2013, p. 166).

Pottier (1977), em seu texto “A definição semântica nos dicionários”, faz uma análise componencial dos traços semânticos distintivos dos lexemas “sofá”, “poltrona”, “cadeira” e “tamborete”. Ao fazê-la, reconhece que o conteúdo semântico de uma palavra tem quatro tipos de definidores: *semema*, *classema*, *arquisemema*, *virtuema*. Tais tipos definidores se conectam gerando o

significado em si, tendo como a unidade mínima do significado o *sema*. Assim, o *semema* seria um conjunto de *semas*; o *classema*, o conjunto de conceitos gerais que são compartilhados em várias definições; o *arquissemema*, um subconjunto comum a um conjunto de sememas; e o *virtuema* seria o conjunto de *semas* não-distintivos, aqueles que se relacionam a uma experiência/conhecimentos particulares (POTTIER, 1977).

Ao analisar o lexema “cadeira”, Pottier (1977) nos apresenta a um conjunto de *semas*, sendo ele: para sentar-se; sobre pé(s); para uma pessoa; com encosto; sem braço; formando, então, o *semema* do lexema “cadeira”. Em seguida, apresenta o *classema* do mesmo lexema: descontínuo; inanimado; intransitivo; material. O *semema* e o *classema* formam juntos, então, o significado do lexema “cadeira”. Pottier nos apresenta, também, o lexema “assento”, que contém o mesmo *classema* de “cadeira”, assim como alguns *semas* inclusos no conjunto de *semema* do lexema anterior (para sentar-se e sobre pé(s)).

Tendo isso em vista, Pottier (1977, p. 24) aponta que se pode definir “cadeira como um ‘assento’ (parte do semema de *cadeira*) com encosto e sem braços para uma pessoa (complemento do semema de *cadeira*)”. Pottier (1977) ainda comenta que definir o lexema “cadeira” dessa forma traria duas vantagens: acarretaria na economia dos *semas* distintivos, pois como dito acima, alguns *semas* do semema de “assento” fazem parte do semema de “cadeira”, sendo assim, não seria necessário repetir esses pontos; e também resolveria o problema da expressão do *classema*, pois ele apareceria apenas no limite geral, portanto, também não precisaria ser repetido em outras definições.

Em suma, ao comparar as definições dos lexemas “sofá”, “poltrona”, “cadeira” e “tamborete” e decompor seus significados em traços distintivos, Pottier (1977) coloca em prática os princípios da semântica de traços mencionados anteriormente. Por fim, chega à conclusão de que todos eles podem ser definidos como “assento”, porém, cada um contendo algum outro *sema* que o torna particular e diferente dos outros, ainda que pertencendo ao mesmo conjunto.

Isso pode ser observado no quadro a seguir, onde “assento” mais a características *a*, *b*, *c* e *d*, resulta em lexemas diferentes.

Quadro 1: Conjunto “assento”

assento	Ca	= sofá
	Cb	= poltrona
	Cc	= cadeira
	Cd	= tamborete

Fonte: Pottier, 1977, p. 26.

Essa ideia de um mesmo conjunto vem ao encontro da definição lógica presente em Aristóteles, segundo a qual a “definição é entendida como delimitação de uma espécie mediante a alusão ao gênero e à diferença específica” (HEGENBERG, 1974, p. 25). Ainda, Pöll (2002, p. 59 *apud* FARIAS, 2013, p. 166) acredita que a definição a partir de componentes e traços seja uma formalização dos princípios da lógica aristotélica.

Sendo assim, Pottier nos dá um exemplo da Análise Componential, que é uma das técnicas definitórias mais utilizadas para a realização de definições em dicionários.

2 A categorização segundo a visão da linguística cognitiva (teoria dos protótipos)

O processo de categorização se dá pelo agrupamento de indivíduos semelhantes em classes específicas e tem caráter essencial em relação à linguagem, pois,

para falarmos do mundo, agrupamos um conjunto de objetos, atividades ou qualidades em classes específicas. Assim, a um conjunto de objetos semelhantes (mas não necessariamente idênticos) atribuímos o nome *árvore*; fazemos referência a um conjunto de atividades com características julgadas similares usando expressões como *trabalhar*, *brincar*, e assim por diante (FERRARI, 2011, p. 31).

Tal processo também está relacionado à nossa capacidade de memória, já que categorizamos um objeto para falarmos, mas não poderíamos criar um infinito de categorias, pois não

conseguiríamos nos lembrar de todas elas, além de acarretar a sobrecarga do armazenamento de informações (FERRARI, 2011).

A categorização clássica, baseada no pensamento lógico aristotélico, tem como pressuposto que uma categoria deve ser definida por um conjunto de condições necessárias – compartilhadas por todos os elementos – e suficientes – as que bastam para se caracterizar um membro da categoria (FRANCO; VIOTTI, 2013). O indivíduo/objeto que apresentar essas condições pode ser considerado, então, pertencente a essa categoria.

Todavia, essas categorias apresentam limites rígidos, como por exemplo: se para ser uma ave é necessário “ter bico”, “ter duas asas”, “ter dois pés”, “ter penas”, “colocar ovos” e “poder voar”, o animal que não apresentar *todas* as condições necessárias e *exatamente* as condições suficientes para essa categoria teria que ser excluído, como seria o caso do pinguim, que não tem penas, e cujas asas são atrofiadas e com outra função que não a de voar, no caso, a função de nadadeiras (FERRARI, 2011).

O filósofo alemão Ludwig Wittgenstein, em seu livro póstumo “Investigações filosóficas” (aqui citado em tradução de 2022, mas publicado originalmente em 1953), já apontava a dificuldade desse tipo de categorização, propondo a discussão da categoria de “jogo”. Para categorizar um jogo segundo a categoria clássica, dever-se-ia ter condições necessárias e suficientes; todavia, nem todos os jogos têm as mesmas características que os demais. Wittgenstein (2022) nos dirige a pensar sobre os jogos de tabuleiros, jogos de cartas, de bola e brincadeiras de roda. Se comparados, nem todos têm a condição de competitividade entre dois jogadores (o jogo paciência é para apenas um jogador), ou há neles a condição de ganhar ou perder (se uma criança brincar com a bola arremessando e pegando, não se tem essa condição), assim como nem todos têm o elemento de diversão ou são específicos para crianças. Para Wittgenstein (2022), as semelhanças que se têm entre os jogos se sobrepõem, se cruzam. Para caracterizá-las, diz:

Eu não poderia caracterizar melhor estas semelhanças do que pela expressão “semelhanças de famílias”, pois assim se sobrepõem e se cruzam as distintas semelhanças que têm lugar

entre os membros de uma família: altura, traços faciais, cor dos olhos, andar, temperamento etc. etc. - E eu direi: os “jogos” conformam uma família (WITTGENSTEIN, 2022, p. 68).

Um jogo, portanto, permanece na categoria de jogo, mesmo não tendo todas as características de outros jogos. O mesmo acontece em uma família: os filhos, ainda que não apresentem *todas* as características do pai, ainda assim, são considerados filhos, por compartilharem *algumas* dessas características. Assim, embora tais características não sejam as mesmas, o que, inclusive, os diferencia como irmãos, elas indicam que se trata de pessoas pertencentes à mesma família, mesmo que sejam diferentes. Geeraerts (2006) também exemplifica essa questão por meio do lexema *fruit*¹, quando discorre sobre os problemas de demarcação das categorias. Em *fruit*, têm-se condições que não são aplicadas a todas as frutas, como: ser doce (não se aplica ao limão); ter partes instantaneamente reconhecidas como sementes (não se aplica à banana); ser suave (não se aplica ao abacate). Sendo assim, Geeraerts (2006, p. 349-350) aponta que “a fronteira das categorias nem sempre é claramente delimitada”².

Essas observações, então, estão “de acordo com um dos princípios de categorização da teoria dos protótipos proposta por Rosch, sobre o qual se assentam as discussões sobre a categorização feitas no âmbito da linguística cognitiva” (FRANCO; VIOTTI, 2013, p. 199).

Assim, o protótipo é o membro mais representativo de uma categoria, tendo um maior número de características em comum a outros membros dela.

(...) os membros de uma categoria que exibem um menor número de atributos em comum com outros membros são naturalmente menos prototípicos. Mesmo assim, eles exibem semelhança suficiente para que possam ser

¹ *Fruit*, em inglês, é uma palavra polissêmica, e Geeraerts (2006), em seu texto, discorre também sobre essa problemática. Todavia, neste contexto, trata-se, apenas, do significado de *fruit* como ao que corresponderia a *fruta* em português.

² “The borderline of categories is not always clearly delineated” (GEERAERTS, 2006, p. 349-350).

considerados membros da categoria, exatamente como sugere Wittgenstein em suas considerações a propósito da categoria *jogo* (FRANCO; VIOTTI, 2013, p. 199).

Esses membros com menor número de atributos em comum são considerados *periféricos*, uma vez que os que têm maior número são os centrais. Sendo assim, na teoria dos protótipos, não são delimitadas barreiras entre as categorias, de forma que um elemento pode ou não ser parte dela, mas membros centrais, intermediários e periféricos numa escala de prototipicidade (FERRARI, 2011). Portanto, os traços não são entendidos como componentes que precisam estar presentes ou ausentes, mas de maior ou menor grau (FARIAS, 2013).

Ferrari (2011) nos dá um exemplo do que seria o protótipo como membros centrais ou periféricos, ao analisar a categoria *ave* e exemplificar com membros como: sabiá, avestruz e pinguim. O sabiá é considerado o núcleo prototípico/membro central, já que tem muitas das características de uma ave (“tem bico”; “tem dois pés”; “põe ovos”; “têm duas asas”; “tem penas”; “pode voar”). Já o avestruz apresenta os mesmos traços que o sabiá, com exceção de “poder voar”, sendo, então, considerado um membro mais afastado do protótipo. Por fim, o pinguim é considerado um membro mais periférico, ou seja, mais próximo à fronteira categorial, já que tem apenas três características em comum com as outras duas aves, sendo elas “tem bico”, “tem dois pés”, “põe ovos”.

Vemos, então, que a teoria prototípica, ao contrário da categorização clássica, não exclui elementos que não têm todas as condições necessárias e suficientes de uma categoria.

Tais pensamentos interferem diretamente na prática lexicográfica: Geeraerts (2006) comenta que devemos esperar que os dicionários tenham como referência para a descrição definitiva o protótipo ou uma instância prototípica, não uma definição mais geral. Além disso, acrescenta que precisamos de dicionários que levem em conta as problemáticas de demarcação de um lema e de sua imprecisão em categorizar. Geeraerts (2006) aponta, então, algumas definições que consideram esses pensamentos anteriores e comenta:

Em cada uma dessas definições, palavras como *especialmente*, por exemplo, *tipicamente*, *geralmente* e *muitas vezes* introduzem características descritivas que não são gerais, mas que, em vez disso, identificam características ou instâncias típicas (prototípicas, se preferir) da categoria³ (GEERAERTS, 2006, p. 356).

Sendo assim, a utilização desse tipo de vocabulário em uma definição não restringe o lexema que está sendo definido apenas ao que está descrito, mas aponta que *geralmente* pode ser descrito desta maneira, com essas características específicas; portanto, tal vocabulário aponta que pode conter exceções, ou seja, elementos mais periféricos ou intermediários em relação ao protótipo descrito.

3 Análise dos verbetes *carúncula*, *cauda* e *crista*

Para a realização da análise, foram escolhidos dois dicionários, com vistas a buscar os verbetes: “Dicionário Houaiss Online” e “*Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural extrahidos das Obras de Linnéo, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos. E a Memoria sobre a Utilidade dos Jardins Botanicos que offerece a Raynha D. Maria I. Nossa Senhora Domingos Vandelli*”, de Domingos Vandelli (1788). Trata-se de dois dicionários muito distintos, tanto no tempo (o primeiro, do início do século XX, o segundo, final do século XVIII) quanto em seus objetivos (o primeiro, um dicionário geral, o segundo, um dicionário terminológico). Os lexemas selecionados referem-se à categoria das aves, sendo eles *carúncula*, *cauda* e *crista*.

O *Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural...* de Vandelli (1788) é especificamente voltado para as ciências naturais e seu interior é composto por uma divisão de oito partes: 1. “Mammaes”; 2. “Aves”; 3. “Peixes”; 4. “Amphibios”; 5. “Insectos”; 6. “Vermes”; 7. “Botanica”; e 8. “Mineralogia”. Os lexemas analisados encontram-se na sessão de “Aves”, tendo como entrada suas formas em latim.

³ “In each of these definitions, words such as *especially*, e.g., *typically*, *usually* and *often* introduce descriptive features that are not general but that rather identify typical (prototypical, if one likes) characteristics or instances of the category” (GEERAERTS, 2006, p. 256).

Já quanto aos verbetes encontrados no Dicionário Houaiss *On-line*, tendo em mente que não se trata de um dicionário com função específica, como o dicionário de Vandelli (1788), foram selecionadas, de cada verbete, apenas as acepções que continham referência à categoria *ave*, já que os verbetes apresentavam muitos outros significados para o mesmo lexema; sendo assim, foram escolhidas apenas as acepções que apresentavam uma marcação indicativa de que tal sentido era referente à anatomia do animal/zoológica (apresentada nos verbetes como ANAT.ZOO), exceto as que, mesmo contendo essa marcação, fossem referentes a outras classes de animais.

Durante a análise de cada um dos verbetes, primeiramente, pode-se perceber que Vandelli (1788) não define somente as características comuns a todos os elementos ao termo em foco (o que poderia ser indicado como protótipo), mas define também as várias características específicas que podem ser encontradas, já que, por se tratar de um dicionário técnico, busca abranger o maior número de informações possíveis.

A seguir, apresentamos as análises dos verbetes dos lexemas *carúncula*, *cauda* e *crista* em ambos os dicionários.

Tabela 1: Verbetes para *carúncula*

Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural... Domingos Vandelli (1788)
<p><i>CARUNCULA</i>. He huma substancia carnosa, nua, molle, que cobre, ou a cabeça, ou collo de algumas Aves, ou as sobrancehas no <i>Tretrao</i>, <i>Meleagris</i>, <i>Parra</i>, e tambem no Gallo se observa a mesma caruncula, a que o povo erradamente dá o nome de Crista, quando não he se não pennacea. <i>Phasianus Gallus</i>.</p> <p>- <i>Compressa</i>. Comprimida nos lados <i>Phasianus Gallus</i>.</p> <p>- <i>Lobata</i>. Com abas. <i>Parra</i>.</p> <p>- <i>Membranacea</i>. De substancia, que parece membranoza. <i>Meleagris</i>.</p> <p>- <i>In naribus</i>. <i>Ideo naribus carunculatis</i>, nos narizes. <i>Vultur Papa</i>.</p> <p>- <i>Spongiosa</i>. Esponjoza. <i>Meleagris</i>.</p> <p>- <i>Verticalis</i>. No vertex, ou apice da cabeça. <i>Vultur gryphus</i></p> <p>(VANDELLI, 1788, p. 15)</p>
Grande Dicionário Houaiss On-line
<p>3 ANAT. ZOO excrescência carnosa, ger. pendente e colorida, da cabeça de certas aves</p>

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em Vandelli (1788) e Houaiss *On-line* (2022).

Nos verbetes do termo *carúncula*, percebemos que ambos os dicionários a caracterizam como sendo algo “carnoso que cobre/é da cabeça de *algumas/certas aves*”, com a diferença de que Vandelli (1788), como já dito anteriormente, adiciona outras informações bem mais aprofundadas sobre tal termo. Ambos os dicionários utilizam lexemas que indicam que não são todas as aves que apresentam *carúncula*, como “*algumas/certas aves*”. Vandelli (1788) também utiliza o *ou* para mostrar que a *carúncula* não cobre/cresce somente na cabeça, mas também pode crescer no colo e nas sobrançelas. Após isso, traz o nome de cada tipo de *carúncula* e suas características.

No Dicionário Houaiss On-line, para descrever o lexema *carúncula*, é utilizado o “geralmente” [ger.], ao caracterizá-la como pendente e colorida. Isso se deve ao fato de que nem todas as *carúnculas* são grandes o suficiente para penderem (como no galo ou peru) ou apresentam cores diferentes.

Tabela 2: Verbetes para *cauda*

<i>O Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural...</i> Domingos Vandelli (1788)
<p>CAUDA. Este termo he improprio nas Aves pela falta da continuacão das vertebbras, a cujo defeito suprem as penas, que estaõ postas no uropigio, as quaes lhe servem de leme, porem esta he diversa, a saber. <i>Tab.II.fig.2.1.</i></p> <p>- <i>Aequalis</i>. O mesmo que <i>integra</i>.</p> <p>- <i>Brachiura</i>. He aquella cauda, que he mais breve, que os pés da Ave. <i>Anas</i>.</p> <p>- <i>Cuneata</i>. He aquella cauda, cujas pennas lateraes vaõ diminuindo pouco, a pouco a sua grandeza, ficando assim menores, que as do meio. <i>Anas</i>.</p> <p>- <i>Forficata</i>. Sendo as pennas lateraes mais compridas, que as do meio. <i>Falco Milvus</i>.</p> <p>- <i>Integra</i>. <i>Pela sua figura</i>. Sendo as pennas todas iguaes.</p> <p>- <i>Macroura</i>. He mais comprida, que os pés da Ave. <i>Pavo</i>.</p> <p>- <i>Mediocris</i>. Do comprimento dos pés.</p> <p style="text-align: center;">(VANDELLI, 1788, p. 15-16)</p>
Grande Dicionário Houaiss On-line
<p>1 ANAT.ZOO apêndice pós-anal dos vertebrados, ger. muito mais delgado que o corpo, e que encerra a porção terminal da coluna vertebral; rabo</p> <p>2 ANAT.ZOO conjunto de penas que se inserem no uropígio das aves; rabo</p>

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em Vandelli (1788) e Houaiss *On-line* (2022).

Nos verbetes do lexema *cauda*, podemos encontrar um exemplo nítido de um protótipo: no Dicionário Houaiss On-line, a *cauda* é descrita como um apêndice *geralmente* [ger.] mais delgado que o corpo e que encerra a porção terminal da coluna vertebral; ao utilizar o *geralmente*, assume-se que essa definição não abrange todas as *caudas*. Em confirmação, temos a existência de outra acepção para o mesmo lexema: a de cauda como o conjunto de penas que se inserem no uropígio das aves. Ou seja, *cauda* é o nome dado tanto para a cauda dos animais vertebrados quanto para o conjunto de penas traseiro das aves, dois elementos diferentes anatomicamente, mas que têm características em comum – nesse caso, podemos supor que seja, em especial, a posição que ambas as caudas ocupam em relação ao corpo do animal. Também é possível caracterizá-los como o protótipo (caudas dos animais vertebrados) e um elemento menos prototípico, respectivamente. Vandelli (1788) já tinha esse discernimento sobre as diferenças de caudas de animais; porém, para explicitá-lo, comenta que o termo *cauda* seria impróprio para a “cauda” das aves, no sentido de que ela não deveria pertencer à mesma categoria da cauda dos mamíferos, além de descrever os diversos tipos de caudas. Já a solução encontrada pelo Dicionário Houaiss é criar duas acepções para cada tipo de cauda.

Tabela 3: Verbetes para *crista*

<i>O Dictionario dos Termos Technicos de Historia Natural... Domingos Vandelli (1788)</i>
<p><i>CRISTA</i>. He a prolongação, que formão as pennas na cabeça da Aves, a qual tem varias figuras e direcção.</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Erecta</i>. Levantada para sima. - <i>Deflexa</i>. Inclinação algum tanto para os lados. - <i>Frontalis</i>. Sendo posta na frente, ou testa. - <i>Occipitalis</i>. Na nuca. - <i>Plicatilis</i>. He aquella, que se abre, e fecha á maneira de leque. - <i>Recurvata</i>. He aquella, que sendo algum tanto curva, levanta a sua ponta para sima. - <i>Verticalis</i>. No meio da cabeça. - <i>Compressa</i>. Comprimida lateralmente. - <i>Fasciculata</i>. Em feixe, ou a maneira de pincel. - <i>Globosa</i>. Em forma de globo, como se vê em algumas galinhas. &c. <p>(VANDELLI, 1788, p. 17)</p>

Grande Dicionário Houaiss On-line
1 ANAT.ZOO excrescência carnosa localizada no alto da cabeça de certas aves <a c. do galo>
3 p. ana.; ANAT.ZOO ornato plumário da cabeça de certas aves; penacho, poupa, topete

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em Vandelli (1788) e Houaiss *On-line* (2022).

Nos verbetes do lexema *crista*, podemos ver que ambos os dicionários reconhecem que há uma confusão entre *crista* e *carúncula*. O Dicionário Houaiss apresenta, como primeira acepção para *crista*, um significado quase idêntico à definição de *carúncula* e, a seguir, a *crista*, composta por penas. Vandelli (1788), por sua vez, define a *crista* como sendo a formação de penas na cabeça da ave e, no verbete *carúncula*, coloca que o galo, na verdade, tem uma *carúncula* e que as pessoas a chamam, erroneamente, de *crista*. Supõe-se que essa confusão aconteça porque tanto a *carúncula* quanto a *crista* se localizam no topo da cabeça. Ambos os dicionários utilizam a expressão “certas aves” para indicar que não são todas as aves que apresentam *crista*.

Em suma, podemos supor que as definições contidas em todos os verbetes escolhidos tendem a estar mais ligadas à definição prototípica do que a uma Análise Componential. Em Vandelli (1788), vemos o cuidado em incluir as características divergentes de cada tipo de *carúncula*, *cauda* e *crista*, principalmente por se tratar de um dicionário técnico. Contudo, por meio dessa característica, aproxima-se da teoria dos protótipos justamente por não colocar limites rígidos em suas definições. As definições no Dicionário Houaiss On-line, apesar de não descreverem todos os tipos de *carúncula*, *cauda* e *crista*, indicam que se referem ao protótipo, pois, por meio das expressões *certas [aves]*, *geralmente*, implicam que existem elementos dessa mesma categoria com características que podem divergir das que foram apresentadas.

Considerações finais

Como vimos, as teorias definitórias têm como base o pensamento aristotélico, que pode ser chamado de categorização clássica, e a Análise Componential pode ser considerada uma

formalização desse pensamento (PÖLL, 2002, p. 59 *apud* FARIAS, 2013, p. 166). Todavia, com as reflexões advindas da Linguística Cognitiva, vieram à luz discussões sobre alguns problemas da categorização clássica e, conseqüentemente, da Análise Componential.

Tais discussões levaram a estudos sobre a Teoria dos Protótipos, que traz a definição de que o protótipo é o membro mais representativo de uma categoria e, levando em conta que alguns membros possam ser menos representativos que outros, mas ainda assim pertencer a essa categoria, teríamos uma escala de prototipicidade (FERRARI, 2011).

A partir da teoria já discutida e alguns apontamentos de Geeraerts (2006), ao analisar os verbetes *carúncula*, *cauda* e *cris-ta*, pode-se perceber que os dicionários tendem a não delimitar totalmente suas categorias ao utilizarem expressões definitórias que deixam em aberto os limites; afinal, em algumas categorias, os elementos que nela se encaixam podem não ter muitas das características do membro prototípico.

Referências

BUGUEÑO MIRANDA, F.; FARIAS, V. S. Princípios para o desenvolvimento de uma teoria da definição lexicográfica. **Alfa – Revista de Linguística**, Marília, v. 55, n. 1, p. 31-61, 2011.

FARIAS, V. S. **Sobre a definição lexicográfica e seus problemas**: fundamentos para uma teoria geral dos mecanismos explanatórios em dicionários semasiológicos. 2013. Tese (Doutorado no Curso de Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FERRARI, L. **Introdução à linguística cognitiva**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FRANCO, J. B.; VIOTTI, E. A linguística cognitiva e a filosofia de Wittgenstein. **Veredas**, v. 17, n. 2, p. 198-210, 2013.

GEERAERTS, D. The definitional practice of dictionaries and the cognitive semantic conception of polysemy. *In*: _____. **Words and other wonders**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006, p. 345-363.

HARTMAN, R. R. K. **Teaching and Researching Lexicography**. London: Pearson Education Limited, 2001.

HEGENBERG, L. **Definições: termos teóricos e significado**. São Paulo: Cultrix, 1974.

POTTIER, B. A definição semântica nos dicionários. *In*: LOBATO, L. M. P. (org.). **A semântica na linguística moderna: o léxico**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

VANDELLI, D. **Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural extrahidos das Obras de Linnéo, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos. E a Memoria sobre a Utilidade dos Jardins Botanicos que offerece a Raynha D. Maria I. Nossa Senhora Domingos Vandelli**. Coimbra: Na Real Officina da Universidade, 1788.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Curitiba: Horle Books, 2022.

“Pegou o bonde andando e quer sentar na janelinha!”: como ensinar expressões idiomáticas na perspectiva da semântica cultural?

Jeander Cristian da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais

Geraldo José Rodrigues Liska
Universidade Federal de Alfenas

Introdução

Além de fazermos uma breve análise do sentido atribuído à expressão “pegar o bonde andando”, e uma das suas recorrentes variantes “pegar o bonde andando e querer sentar na janelinha”¹, objetivamos neste capítulo mostrar um pouco sobre a importância das expressões idiomáticas no estudo da relação entre língua e cultura.

De acordo com Brezolin (2006), “pegar o bonde andando e querer sentar na janelinha” parece se enquadrar na categoria das frases feitas jocosas. Essas frases são entendidas como fórmulas situacionais típicas da oralidade, de efeito cômico, que parecem funcionar, sincronicamente, como uma espécie de comentário avaliativo do falante em relação a determinado comportamento do interlocutor.

Pensando nessas questões situacionais, sobretudo no que concerne à utilização da expressão como resultado da avaliação de um comportamento, pretendemos analisar qual a relação

¹ Fazendo referência à situação em que uma pessoa participa de uma conversa já em andamento e, por não compreendê-la, acaba lançando comentários desconexos do assunto central ou que pouco acrescentam à discussão. Disponível em: <https://definicao.net/bonde/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

entre o sentido atual e aquele utilizado no contexto sócio-histórico-cultural, em que os bondes eram um dos meios de transporte público.

Para isso, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, que traz uma breve discussão sobre o surgimento desse meio de transporte no Brasil e sobre a entrada da unidade lexical “bonde” no português brasileiro. De modo complementar, discorremos sobre a origem desta unidade lexical no português brasileiro e sobre novas acepções que lhe são atribuídas.

Em seguida, discorremos, brevemente, com base em Lima (2011), sobre a prática antiga de pegar o bonde em movimento, que parece estar associada a uma brincadeira ou a um ritual de afirmação da masculinidade entre jovens e adolescentes da época.

Por último, analisando o sentido atual atribuído à expressão “pegar o bonde andando”, verificamos como ele se perpetua em algumas das expressões que dela são derivadas. Assim, tecemos algumas contribuições que essas análises trazem para o ensino e a aprendizagem de línguas, sobretudo quando temos em mente que a cultura intermedeia, de certa forma, o pensamento, e essa intermediação se reflete na língua.

1 Para não pegar o bonde andando: prolegômenos de semântica cultural e expressões idiomáticas

Para Monteiro (2008), é impossível conceber a existência da língua dissociada de fatores sociais e culturais, uma vez que a sua finalidade básica é servir como meio de comunicação, ou seja, como produto e expressão da cultura da qual faz parte. O termo “cultura” deve ser compreendido, aqui, como o conjunto de valores, costumes, crenças e práticas que constitui a maneira de viver de um grupo específico de determinada sociedade (EAGLETON, 2005, p. 54).

Duranti (1997) propõe o estudo da língua como um recurso cultural, e o da fala, como uma prática cultural, e isso evidencia o caráter indissociável entre uma língua e seu uso social, ou seja, entre a língua e a cultura que ela expressa ou veicula.

No âmbito do léxico, isso se torna ainda mais evidente, considerando que a língua não representa um mundo preestabelecido. Pelo contrário, a língua nos proporciona modos de estar neste mundo. Nessa relação entre léxico e cultura, Biderman (1996), ao explicar as diferenças entre Português Brasileiro (PB) e Português Europeu (PE), já defendia que, em vários domínios culturais, como a culinária e a música, por exemplo, encontraremos vocabulário ligeiramente diferenciado, em virtude das especificidades de cada uma das duas culturas de língua portuguesa.

Batoréo (2015) apresenta o caso concreto de um aviso frequente que podemos ouvir numa estação de “comboios”, em Portugal, ou “metrô”, como no Brasil. Observem-se os seguintes exemplos: Ex. 1. Atenção para o intervalo entre o cais e o comboio. (PE – Lisboa) Ex. 2. Atenção à distância entre as portas e a plataforma. (PE – Porto) Ex. 3. Cuidado com o vão entre o trem e a plataforma. (PB – São Paulo).

Ao adentrarmos nessas particularidades léxicas e em suas relações com o mundo, Ferraz (2006, p. 219-220) defende o léxico como o “elemento da língua de maior efeito extralinguístico, por se reportar, em grande parte do seu conjunto, a um mundo referencial, físico, cultural, social e psicológico, em que se situa o homem”. Para o autor, todas as manifestações sociais (crise política, crise econômica, revolução social ou cultural etc.) se repercutem no léxico, ensejando-o em direção à renovação. Pode-se assim dizer que o léxico é a marca histórica das diferentes fases da vida social de dada comunidade linguística.

Pensando nessas questões entre cultura e léxico, embasamos-nos nas ideias de Ferrarezi Júnior (2013), que apresenta uma vertente semântica preocupada com o estudo da relação entre os sentidos atribuídos às palavras e demais expressões de uma língua e a cultura em que essa mesma língua está inserida. Essa vertente é chamada de “Semântica Cultural” (SC). Dentre vários objetivos, a SC pretende investigar o que leva uma mesma palavra ou expressão de determinada língua a ter sentidos dissemelhantes ou variados nessa mesma língua.

Ferrarezi Júnior (2013) lembra que, ao longo do século XX, vários estudos têm defendido a relação entre língua e cultura, tendo sido Humboldt, provavelmente, o primeiro grande autor

a fazer essa investigação. Além dele, Vossler já mostrava como as grandes mudanças culturais repercutiam nas línguas naturais. O “Círculo de Bakhtin”, na década de 1930, já ressaltava a importância da cultura na construção e na utilização das línguas naturais. Os pesquisadores Franz Boas e Benjamim L. Whorf, embora não fossem exatamente linguistas de formação, mostravam a importância dessa relação entre língua e cultura em suas obras.

O que diferencia esses estudos da SC é o fato de não apresentarem uma metodologia linguística muito bem definida sendo uma “mistura” da Linguística com outras áreas científicas, tais como Filosofia, Antropologia, Sociologia, Psicologia, História etc. Além disso, a SC entende que a língua e a cultura sofrem um processo de interinfluência, ou seja, a língua, ao mesmo tempo que faz parte de uma cultura, ajuda a construí-la.

Com esse entendimento, o objetivo da SC é estudar o complexo processo de interinfluência entre língua e cultura e como ele interfere na construção dos sentidos que atribuímos às palavras e demais construções da língua em nosso dia a dia (FERRAREZI JÚNIOR, 2013, p. 75).

Como tratamos, neste capítulo, da análise de unidades fraseológicas do português brasileiro, concordamos com Lemos (2014), ao dizer que elas são formadas por duas ou mais palavras, e que essa formação apresenta graus de fixação e de idiomaticidade. Isto é, além da recorrência da forma (fixação/fixidez), o sentido comum de cada palavra se perde parcial ou totalmente, e passa a constituir uma unidade “indestrutível” de sentidos (idiomaticidade). Lemos (2014) defende que, nas unidades fraseológicas, a coesão é absoluta, não sendo possível a decomposição em partes nem a permuta de seus elementos por sinônimos.

Por outro lado, ao dizermos que existem graus de fixação/fixidez e de idiomaticidade, defender a impossibilidade de sua composição seria contraditório. O importante, então, é verificar até que ponto as permutas de ordem lexical ou sintática podem interferir no sentido da unidade fraseológica e o quanto elas são produtivas, em termos de ocorrência nas realizações linguísticas. No início deste capítulo, discutimos sobre a expressão “pegar o bonde andando” e suas variações, ou seja, a partir do momento em que tratamos de variação, não temos espaço para formas totalmente absolutas.

Dentro das unidades fraseológicas, estão as expressões idiomáticas, bem como as colocações, os provérbios, as gírias e a fraseologia técnico-científica (voltada para as expressões terminológicas). Biderman (2005) defende que os idiomatismos são frutos da cultura. Para Xatara (1995/2004), eles apresentam uma grande fixidez por definição, e há dois estágios por quais passam: (1) o processo de cristalização que as torna estáveis em significação e (2) a frequência de seu emprego, ou seja, características bem similares das unidades fraseológicas como um todo, tal qual Lemos (2014) apresenta.

Apresentamos, na próxima seção, a metodologia utilizada para a análise da expressão em questão.

2 Pegue o bonde e sente-se para entender a nossa análise

Esta pesquisa parte de uma curiosidade intuitiva de analisar o sentido da expressão “pegar o bonde andando” e se demonstra como uma análise qualitativa. Sua relevância tem em vista o fato, apontado por Brezolin (2006, p. 129), de as frases feitas jocosas sempre ficarem à margem dos estudos linguísticos, sobretudo aqueles de língua portuguesa.

O Grande Dicionário Houaiss online² define essa unidade fraseológica da seguinte maneira: “entrar no meio de uma conversação ou situação, sem estar inteirado dos precedentes” e ainda apresenta outras locuções formadas pela unidade lexical “bonde”:

- (1) *comprar bonde*: fazer um mau negócio; ser ludibriado.
- (2) *tocar o bonde*: seguir adiante; prosseguir.
- (3) *tomar o bonde errado*: tomar uma coisa por outra, equivocar-se quanto ao objeto de sua ação ou intenção.

Adiante, discutiremos, brevemente, sobre o surgimento dos bondes e motivo desse nome, no português brasileiro, além

² Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#3. Acesso em: 10 fev. 2021.

de apresentarmos algumas variações associadas a essa unidade lexical e à unidade fraseológica em questão.

Considerado o primeiro meio de transporte público no Brasil, o bonde começou a circular pelas ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro no final do século XIX. Segundo Ilari e Basso (2009, p. 136), o nome é um empréstimo derivado da palavra *bond*, do inglês, e está relacionado ao fato de os bilhetes terem sido produzidos nos Estados Unidos pela empresa americana *Botanical Garden*. Na época, as moedas no valor da passagem eram raras, e a empresa instituiu um bloco de cinco bilhetes para facilitar o troco.

Os autores explicam que esses bilhetes traziam estampada a imagem do veículo e uma mensagem em que tinha destaque a palavra *bond*. Na mensagem, companhias comprometiam-se a honrar o compromisso de transportar o portador do bilhete de passagem. *Bond*, em inglês, significa “compromisso”, “ligação”, “laço”, ou seja, era o vínculo que a empresa tinha com o seu cliente, de uma maneira metafórica e metonímica, estendida ao impresso. Os passageiros logo ligavam a imagem do bonde no bilhete de passagem à palavra *bond*, e isso levou as pessoas a pensarem que a palavra era o nome da coisa (ILARI; BASSO, 2009, p. 136).

O nome oficial do meio de transporte era *Tramways*, podendo ser traduzido como a linha férrea elétrica. Ao que tudo indica, o termo *bonde* surgiu de uma analogia entre a imagem do carro elétrico, estampada nos bilhetes de passagem, e a palavra *bond*, escrita nesses bilhetes, parecendo uma espécie de propaganda da empresa americana, que indicava o seu comprometimento em resolver o problema das vendas de bilhetes no Brasil.

Pelo fato de os carris serem abertos e andarem em baixa velocidade, era comum, à época, a prática de pegar ou descer do bonde em movimento. Lima (2011)³ explica que esse costume era visto como uma brincadeira, sobretudo entre os jovens do sexo masculino. Rosaldo (1979, p. 45) *apud* Lima (2011, p. 297) considera esse comportamento uma espécie de ritual de afirmação, no qual, para provar a masculinidade, o jovem lançava-se aos/dos estribos do bonde ainda em movimento. Os periódicos da

³ Apesar desse autor fazer referência, especificamente, a fatos sobre a cidade de Belém, no Pará, acreditamos que tenham sido comuns a todas as cidades que tiveram os bondes como meio de transporte.

cidade de Belém (Pará), datados da década de 1920 e 1930, estão repletos de notícias de jovens que caíam dos bondes ou que eram atropelados por conta dessas brincadeiras.

Tendo em vista essas considerações, podemos dizer que o sentido atribuído à expressão em análise relaciona-se, estreitamente, a fatores culturais.

Figura 1 - Pessoas embarcando e desembarcando de um bonde em movimento



Fonte: Itaquera entre pedras e rios⁴.

⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/itaqueraentrepedraserios/photos/origem-da-express%C3%A3o-pegar-o-bonde-andando/3407469575972591/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

O aumento de acidentes fez com que surgissem modelos de veículos fechados. Os bondes deixaram de circular no cenário urbano brasileiro por volta da década de 1960, dando lugar aos ônibus e aos veículos automotores mais modernizados. Não obstante, essa mudança social não impediu a cristalização da expressão idiomática *pegar o bonde andando* no léxico do português brasileiro.

Conforme Brezolin (2006, p. 157), as expressões fixas, assim como os outros tipos de unidades lexicais, também acompanham as mudanças culturais e sociais pelas quais determinada comunidade linguística perpassa. Mesmo em se tratando de expressões fixas e consagradas, elas sofrem alterações ao longo do tempo, acompanhando, de certa maneira, uma das características mais marcantes das línguas: o dinamismo, portanto, estão em constante mutação, ainda que os itens lexicais e sua ordem na frase se mantenham.

Não é possível mensurar, com exatidão, quando a expressão *pegar o bonde andando e sentar na janelinha* ou, simplesmente, *pegar o bonde andando*, passou a ser utilizada, para se fazer referência à situação em que uma pessoa se coloca em uma conversa já em andamento e não consegue compreendê-la em todos os seus detalhes; entretanto, esse uso atual guarda algumas propriedades semânticas da forma anterior dessa expressão.

Segundo Brezolin (2006, p. 132), essa expressão pode ser considerada uma frase feita jocosa, entendida como uma fórmula situacional⁵ de efeito cômico, ou ligeiramente engraçada, empregada durante uma conversação para divertir ou criticar alguém. Mais especificamente, ela parece funcionar como um comentário avaliativo do falante em relação ao comportamento do interlocutor de entrar “atrasado” em um evento comunicativo e acabar fazendo comentários desconexos com o assunto central ou que pouco acrescentam à discussão:⁶ “o comentário avaliativo refere-se a situações em que o falante informa que não aprova

⁵ O autor considera as fórmulas situacionais como uma categoria específica de expressões idiomáticas. Em outras palavras, no vasto universo das expressões idiomáticas, é possível encontrar uma classe de itens lexicais denominada *fórmula situacional* e, dentro desta, uma subclasse, denominada *frase feita jocosa* (BREZONLIN, 2006, p. 129).

⁶ Disponível em: <https://definicao.net/bonde/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

o comportamento de seu interlocutor. Embora as expressões façam uso de ironia, fica claro que tais atitudes não são bem-vindas” (BREZOLIN, 2006, p. 140).

Outras frases feitas jocosas dadas pelo autor como exemplo são: *O gato comeu sua língua? Pergunta se (o) macaco quer banana! Que bicho te mordeu? Tá com formiga na bunda? Vai ter baile hoje? Vai tirar o pai da força? Você não é amendoim, mas torra!* Elas são chamadas assim porque a “sua estrutura é praticamente fixa (há casos de pequenas variações) e são ligeiramente cômicas” (BREZOLIN, 2006, p. 132).

A expressão *pegar o bonde (e quer sentar na janelinha)* cristalizou-se no português brasileiro e perpetuou-se, acompanhando o dinamismo natural da língua e da sociedade. Ela funciona como marca histórica, como um registro das aquisições culturais acumuladas pela sociedade brasileira, uma vez que o seu uso atual, referente à situação de engajar-se em uma conversa já iniciada, traz, subjacentemente, a experiência cultural, vivenciada no passado, de pegar um bonde em movimento. Assim sendo, acreditamos que o sentido atual dessa expressão seja decorrente de um processo metafórico funcional, ou seja:

Uma construção figurativa na qual a palavra metaforicamente construída apresenta uma clara função de depósito cultural, uma função de registro de algum tipo de conhecimento resultante das experiências vivenciais dessa mesma comunidade que atribui esse nome metafórico a um referente (FERRAREZI JÚNIOR, 2010, p. 69).

Consequentemente, é possível dizer que a unidade léxica *bonde* pode ser considerada uma “forma de expressão da organização cultural das experiências vividas pela comunidade de falantes” (FERRAREZI JÚNIOR, 2012, p. 69) e, por isso, outros processos metafóricos associados a ela não deixam de trazer um registro da visão do mundo dos falantes. Mesmo tendo os bondes saído de circulação no final da década de 1960, como apontam Ilari e Basso (2009), a expressão se cristalizou e passou por algumas variações no decorrer dos anos, o que comprova, mais uma vez, o dinamismo da cultura e da língua.

3 Passeio por outros meios de transporte às letras de músicas

Ao fazermos uma busca por essa expressão no *Google*, foi possível perceber algumas variações na forma relacionada a essa expressão.

- (1) “Evite *pegar o trem andando*, faça sua matrícula logo no começo do ano.”⁷
- (2) “Não era fácil ‘*pegar o trem andando*’. Um jovem, como eu, vindo do interior, acompanhar o ritmo da cidade grande, as maneiras de falar, de se vestir, de interagir e ser visto como igual em meio às diferenças.”⁸
- (3) “- O momento hoje é diferente. É difícil *pegar o ônibus andando*. Entrar nele parado fica mais fácil. Não sei o time que vai ser escalado, mas é claro que tenho essa expectativa - disse o jogador.”⁹
- (4) “O objetivo principal [...] é tirar o PT do governo, coligar é preciso, e PMDB-PSDB e PSB, caminham a passos largos para um acerto em torno de um nome que viabilize uma candidatura capaz de vencer a eleição. Conversei com lideranças desses três partidos, sobre possíveis nomes, mas uma coisa é certa, ninguém vai *pegar o ônibus andando e sentar na janela*.”¹⁰
- (5) “Lula deixou claro que Dilma dará continuidade à política cambial em vigor. Em conversa com jornalistas, ao lado de Dilma, ele chegou a dizer que a presidente eleita vai governar o país com uma confortável situação econô-

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/UniversitariodeAlvorada/posts/1416493271855585/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

⁸ Disponível em: <http://www.ciee-pe.org.br/noticias/noticia.aspx?cod=75170412>. Acesso em: 28 jan. 2021.

⁹ Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/Esportes/Noticias/Times/Gremio/0,,MUL949825-9868,00-SOUZA+O+JOGADOR+MULTIUSO+ACREDITA+QUE+ESTA+MAIS+PERTO+DE+SER+TITULAR.html>. Acesso em: 28 jan. 2021.

¹⁰ Disponível em: <http://joaoamaroborges.blogspot.com/2016/04/eleicao-confirmacao-da-nao-candidatura.html>. Acesso em: 28 jan. 2021.

mica. ‘Dilma vai *pegar o carro andando* a 120 km por hora. Só terá que dirigir ou frear’, notou.”¹¹

- (6) “Todos temos que olhar a Prefeitura como uma empresa, cujo cliente é o cidadão. Temos que ter metas, objetivos. *Pegar o carro andando* é complicado, é tudo novo tanto pra gente quanto para o servidor efetivo.”¹²

Esses são alguns exemplos de uso dessas expressões em textos autênticos do português brasileiro que permitem evidenciar a perpetuação do sentido atribuído à expressão *pegar o bonde andando*, apesar das variações perceptíveis nos itens lexicais que a compõem.

Além disso, constatamos que a unidade léxica “bonde” passou a ser utilizada para designar algumas bandas musicais como *Bonde do Tigrão*, *Bonde do Forró*, *Bonde das Maravilhas*, *Bonde da Stronda*. A mesma acepção parece apresentar: “turma”, “amigos”, fazendo referência a um coletivo de pessoas. Acreditamos que, por um processo metafórico, o traço semântico de coletividade mantém o registro da visão de mundo dos falantes, da memória associada à lotação de pessoas no meio de transporte público.

Inclusive, no Dicionário Aulete¹³, encontramos, entre as acepções para “coletivo”: “veículo coletivo (2) de transporte, p. ex., o ônibus”. Portanto, vemos, aos poucos, essa transposição metafórica e metonímica do agrupamento de pessoas em um meio de transporte para passar a significar o próprio veículo.

O uso da unidade lexical *bonde* nos nomes desses grupos musicais parece remeter à ideia de que a banda deseja manter certa abertura ou afinidade com seus fãs¹⁴.

4 Aplicações didáticas

Em diversos gêneros de textos, vemos o quanto é importante o conhecimento e a compreensão dos sentidos das palavras;

¹¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/economia-e-negociosLINK; https://definicao.net/bonde/; https://definicao.net/bonde/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

¹² Disponível em: <http://www.novaodessa.sp.gov.br/NoticiasImprimir.aspx?IDNoticia=19948>. Acesso em: 28 jan. 2021.

¹³ Disponível em: <https://www.aulete.com.br/coletivo>. Acesso em: 9 mar. 2021.

¹⁴ Disponível em: <https://definicao.net/bonde/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

logo, conhecê-los é o caminho para a competência linguística, levando ao sucesso escolar. Quando nos dirigimos ao estudo das palavras, não se trata apenas da ampliação vocabular. Ou seja, não tratamos aqui de ensino de vocabulário, mas sim de ensino do léxico.

Conhecer as palavras é mais do que lançar mão do dicionário de língua toda vez que se depara com um termo diferente, e não resta dúvidas de que se trata de uma ferramenta valiosa para isso. Para Krieger (2007), o uso de dicionários de língua portuguesa auxilia o desenvolvimento cognitivo do aluno, constituindo lições sobre a língua. Porém a leitura exige do estudante estratégias e habilidades para inferir o sentido das palavras, seja por pistas entre os sentidos dos itens lexicais que se relacionam em textos modais (nesse caso, também da relação das palavras com a(s) imagem(s)) ou não, seja por pistas características do discurso, da relação do texto com o que está fora dele, com outros textos.

Conforme Richards (1976), quando uma criança chega por volta dos doze anos, é de se esperar que tenha adquirido conhecimento sobre a sintaxe da sua língua, que tem pequenas alterações ao longo da fase adulta de acordo com o papel social e o modo do discurso, para atender às necessidades de comunicação e expressão do dia a dia. Já com a aquisição lexical é diferente, pois, como o léxico de uma língua é vasto, constantemente, palavras e sentidos serão adicionados ao vocabulário do falante, por meio da sua interação com outros falantes e com os textos. Todas as atividades que envolvem estudo do léxico têm como consequência a expansão.

Em relação aos textos de fins humorísticos, como a leitura desses textos exige a percepção do uso de recursos estilísticos de expressão, é esperado que as capacidades a serem desenvolvidas com o contato com esses textos tendam a ser mais complexas e demoradas. No entanto, como cada texto pede uma leitura diferente, o grau de facilidade ou dificuldade de uma atividade vai depender do texto proposto. Assim, inferir o sentido de palavras ou informações, por exemplo, constitui uma capacidade a ser trabalhada em todos os níveis de ensino, o que vai diferenciar é a exigência de conhecimento léxico-sistêmico, textual e de mundo durante a inferência.

Para descobrirmos o sentido de palavras e expressões usadas no texto, a partir de conhecimentos prévios no diálogo com outros textos e com o mundo, sugerimos a seguinte atividade.

1) Leia esta tirinha.

Texto I



Fonte: Itaú Cultural (2014).

Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/wp-content/uploads-storage/2014/08/ve%C3%ADculos-195.jpg>. Acesso em: 23 set. 2022.

- Observe que, na tirinha, o fragmento “...só a van filosofia” remete a outro texto. Para você, que texto é esse?
- Trata-se da fala do personagem Hamlet, na obra de mesmo nome, do escritor William Shakespeare, 1600. Na obra, Hamlet diz a Horácio, seu amigo de escola: “Há mais coisas entre o céu e na terra do que sonha a nossa vã filosofia”. A obra pode ser encontrada em várias versões no site <http://www.dominiopublico.gov.br/>.
- Pensando nessa relação da obra de Shakespeare com a tirinha, há uma brincadeira entre os meios de transporte apresentados na figura. Quais são esses meios?

Nessa atividade, sugerimos também ao(à) professor(a) o ensino da homofonia presente, apontando a diferença gráfica e semântica entre “van” e “vã”? Não é necessário utilizar o termo “homofonia” em sala de aula, apenas mostrar essa diferença gráfica que está, de certa forma, correlacionada à diferença semântica.

- 2) Depois da reflexão na primeira atividade, leia a tirinha (texto II) e um trecho da coluna de Jack London, publicada na Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios (texto III).

Texto II



Fonte: Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios (2014).

Disponível em: <http://www.juniao.com.br/bonde-da-dona-isaura/>. Acesso em: 23 set. 2022.

Texto III

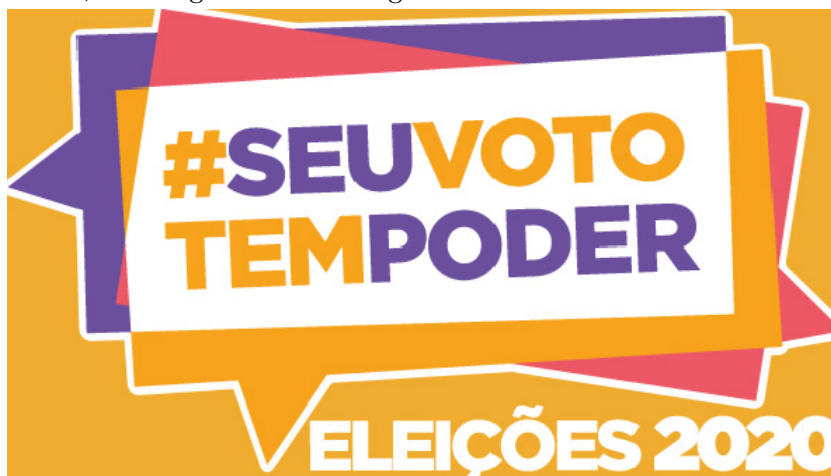
Até os anos 1960 do século XX, muitas cidades brasileiras utilizavam os bondes elétricos como meio de transporte popular, e a maioria destes, adaptados ao nosso clima tropical, eram inteiramente abertos, permitindo acesso a cada banco ou assento, diretamente. Quem não conseguia (ou não queria) pegar o bonde em suas paradas formais, tinha que pegar o bonde andando.

Disponível em <http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,EMI133186-17141,0-PEGAR+O+BONDE+ANDANDO.html>. Acesso em: 9 mar. 2021 (Adaptado).

- a) Na tirinha (texto II), temos a personagem, Dona Isaura, dizendo que adorava pegar o bonde andando. De acordo com a coluna de Jack London, como Dona Isaura se refere

a essa prática de infância? O relato dela é parecido com o descrito no do texto III?

b) Leia, agora, o texto seguinte.



Fonte: Justiça Eleitoral.

Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/dicas-ao-eleitor/assets/img/seu-voto-tem-poder.png>. Acesso em: 22 set. 2022.

- c) Pensando na fala “Mas sempre tomei cuidado para não pegar o bonde errado” e na hashtag “seu voto tem poder”, do Superior Tribunal Eleitoral, referente às eleições municipais de 2020, a que cuidado Dona Isaura se refere?
- d) Pensando nos textos I, II e III, a expressão “pegar o bonde” foi utilizada de maneiras distintas. Descreve-as.
- e) Você conseguiria lembrar-se de algumas situações em que utilizou ou poderia utilizar a expressão “pegar o bonde”? Cite pelo menos duas.
- f) Você conseguiria lembrar-se de algumas situações em que, em vez de utilizar a expressão “pegar o bonde”, poderia ter utilizado expressões com o emprego de outros meios, como “pegar o trem”, “pegar o ônibus” ou “pegar o carro?”. Cite pelo menos uma.

As expressões idiomáticas têm importância vital na língua, logo, devem ser valorizadas como partes integrantes do léxico.

Isso pode levar à cristalização de estruturas, tornando-as fixas, as quais se unirão ao léxico mental: a subjetividade, a emoção, as atitudes e os comportamentos, reforçando a expressividade da língua.

A BNCC (BRASIL, 2017) não tem habilidades específicas com o trabalho de expressões idiomáticas, mas sugere o trabalho com os implícitos e os efeitos de sentido decorrentes de determinados usos expressivos da linguagem, da escolha de determinadas palavras ou expressões e identificar efeitos de ironia ou humor. A BNCC sugere, inclusive, trabalhar com a inferência ou a dedução, pelo contexto semântico ou linguístico, do sentido de palavras ou expressões desconhecidas.

Nas atividades propostas, não trabalhamos com classificações ou nomeação de conceitos, como “idiomatismos” ou “metáforas”. Isso não significa que repudiamos o ensino dos nomes dos fenômenos linguísticos e de seus conceitos, no entanto, devemos também privilegiar o que realmente deve ser significativo para o aluno, de maneira que o estudo das palavras seja realizado para abordar as funções que elas exercem e os sentidos que recebem em determinados contextos e cenários. Como já existem várias orientações sobre a identificação e a classificação desses fenômenos, inclusive reproduzidas nos livros didáticos na forma de exercícios, entendemos que propor atividades dessa natureza não condiria com a originalidade deste capítulo.

Considerações finais

Por meio deste trabalho, conseguimos fazer uma breve análise dos sentidos atribuídos à expressão *Pegar o bonde andando*, surgida do antigo costume de pegar o bonde em movimento, em razão do fato de os seus carris serem abertos e andarem em baixa velocidade. Essa prática cultural também pode ser considerada uma espécie de ritual de afirmação masculina.

Não é possível mensurar, com exatidão, quando a expressão ganhou uma nova acepção no português brasileiro, porém, seus usos atuais guardam consigo a experiência de fazer parte de uma ação que já está em processo, inclusive no que diz respeito

àquelas expressões encontradas a partir de uma busca no *Google* que apresentam variações nas formas, a saber: *pegar o trem andando*, *pegar o ônibus andando (e sentar na janela)*, *pegar o carro andando*. Essas expressões foram encontradas em textos autênticos e todas elas guardam a mesma acepção, mostrando, claramente, como a língua interage com a cultura e a cognição humana.

Observamos que a unidade lexical *bonde* também passou por mudanças semânticas no português brasileiro, designando um “grupo de pessoas amigas” (HOUAISS ON-LINE). Entendemos que o termo resguarda o traço semântico de coletividade correspondendo, de certa forma, à memória que se tem sobre o aspecto da lotação de pessoas no meio de transporte. Com essa nova acepção, esse item lexical passou a fazer parte do nome de algumas bandas musicais brasileiras como *Bonde do Tigrão*, *Bonde do Forró*, *Bonde da Stronda*.

Este estudo não se esgota por aqui. Acreditamos que, dentre outros aspectos, ele abre margem para uma investigação a respeito da motivação semântica de expressões já dicionarizadas como *comprar bonde*, *tocar o bonde*, *tomar o bonde errado*, bem como de outras expressões encontradas em textos autênticos. Além disso, pesquisas de caráter mais quantitativo poderiam trazer uma ampla contribuição a respeito das acepções de unidades fraseológicas formadas pela unidade léxica *bonde*.

Quanto ao estudo das palavras, mesmo com afirmações de que o léxico é a base funcional em que se estrutura a língua, de que o conhecimento das palavras tem laços estreitos com a compreensão dos textos e de que a expansão lexical é para toda a vida, diferente das poucas mudanças no conhecimento da sintaxe da língua depois da fase adulta, percebemos a importância da multisignificação das palavras, principalmente, com suas várias possibilidades de uso, como recurso estilístico da criação de textos.

Acreditamos na utilização de textos de variados tipos e gêneros para o desenvolvimento da competência lexical e leitora, ao observar fenômenos estritamente linguísticos, como o jogo de formas e sentidos na relação entre as palavras e com o mundo, resultado da intencionalidade específica de criação de textos, como em qualquer discurso, que cria o encadeamento polissêmico nas palavras utilizadas.

Esperamos que este capítulo contribua para a reflexão da importância do léxico, em especial no que diz respeito à seleção lexical e ao uso de expressões idiomáticas para a construção do sentido dos textos.

Referências

ALMEIDA, N. R. de; FOSSILE, D. K. Semântica cultural: um estudo acerca da atribuição de sentidos às palavras e expressões da língua. **Raido**, Dourados, v. 10, n. 24, p. 203-220, mar. 2017. ISSN 1984- 4018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/4836/3250>. Acesso em: 25 jan. 2021.

BATORÉO, H. J. Linguística Cultural e o Estudo do Léxico da Língua Portuguesa (PE e PB). *In*: Simões, Darcília, Paulo Osório e Cecília Molicca (org.). **Contribuição à Linguística no Brasil: um projecto de vida. Miscelânea em Homenagem a Cláudia Roncarati**. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Dialogarts, 2015, p. 98-143.

BIDERMAN, M. T. C. Unidades complexas do léxico. *In*: RIO-TORTO, G.; FIGUEIREDO, O. M.; SILVA, F. (org.). **Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela**. 1. ed. Porto, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, v. II, p. 747-757.

BIDERMAN, M. T. C.. Léxico e vocabulário fundamental. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 40, 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BREZOLIN, A. Pergunta se macaco quer banana! Breve análise de frases feitas jocosas: estudo da língua em uso com o auxílio da Linguística de Corpus. **Tradterm**, [S. l.], v. 12, p. 127-157, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/46725>. Acesso em: 28 jan. 2021.

CUNHA, A. L.; FERRAZ, A. P. Expressões idiomáticas na sala de aula de língua materna: o tratamento dessas unidades lexicais no livro didático. *In*: ALVES, I. M.; JESUS, A. M. R. de; OLIVEIRA, L. P. de; PEREIRA, E. S (org.). **Estudos lexicais em diferentes perspectivas**. São Paulo: FFLCH/USP, 2010, v. II, p. 70-78.

DELL'ISOLA, R. L. P. **O sentido das palavras na interação leitor ↔ texto**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

DURANTI, A.. **Linguistic anthropology**. Cambridge: Textbooks in Linguistics, 1997.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

FERRAREZI JÚNIOR, C. Metáfora e função de registro: a visão de mundo do falante e sua interferência nas línguas naturais. **Revista Linha d'Água**, v. 25, n. 1, p. 67-86, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linha-dagua/article/view/37368>. Acesso em: 28 jan. 2021.

FERRAREZI JÚNIOR, C. Semântica Cultural. *In*: FERRAREZI JÚNIOR, C.; BASSO, R. (orgs.). **Semântica, semânticas**: uma introdução. São Paulo: Contexto, p. 71-87, 2013.

FERRAZ, A. P. A inovação lexical e a dimensão social da língua. *In*: SEABRA, M. C. T. C. de. (org.). **O Léxico em estudo**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 217-234.

HOUAISS ON-LINE. **Grande Dicionário Houaiss**. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#0. Acesso em: 3 out. 2020.

ILARI, R.; BASSO, R. **Português da gente**: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2009.

LE MOS, A. M. Fraseologismo em língua de sinais e tradução: uma discussão necessária. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, 2014, v. 14, n. 4, p. 1.173-1.196. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982014000400017&lng=pt&tlnq=pt. Acesso em: 11 fev. 2021.

LIMA, A. M. **Pelos trilhos dos bondes**: cidade, modernidade e tensões sociais em Belém de 1869 a 1947. 2011. 425 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/2890>. Acesso em: 28 jan. 2021.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender**: Labov. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 168.

RICHARDS, J. The role of vocabulary teaching. **TESOL Quarterly**, v. 10, n. 1, p. 77-89, 1976.

XATARA, C. M. As unidades fraseológicas e terminológicas em dicionários bilíngues gerais. *In*: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2004, v. 2, p. 267-273.

XATARA, C. M.. O resgate das expressões idiomáticas. **Alfa**, São Paulo, 1995, v. 39, p. 195-210. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3980>. Acesso em: 11 fev. 2021.

KRIEGER, M. G. O dicionário de língua como potencial instrumento didático. *In*: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia, v. III, São Paulo: Humanitas, 2007, p. 295-309.

Filologia, ciências do léxico e línguas em contato: o cadastro de ensinada e o resgate pautado da onomástica galega

Guillermo Vidal Fonseca
Universidad de Extremadura

1 Introdução e contextualização

1.1 A onomástica galega

A Galiza é uma nação reconhecida pela Sociedade de Nações no ano 1933 e, oficialmente, comunidade autónoma do Estado espanhol. Um dos signos identitários e culturais mais importantes dela é a língua, o galego, do tronco romance e com status de cooficial na Galiza, juntamente com o castelhano, idioma oficial do Estado espanhol (ESPAÑA (1978); GALICIA (1981))¹. O galego gozou, durante a Baixa Idade Média, de um período de esplendor, em paralelo com o protagonismo do Reino da Galiza medieval, período durante o qual foi língua literária, deixando para os nossos dias um rico patrimônio, a *Lírica galega medieval*, que é conhecida pelos estudos linguísticos e literários tradicionais como *Lírica medieval galego-portuguesa*².

Por razões relacionadas, principalmente, com a forma de hábitat e a história dos povos que habitaram e se assentaram na Galiza (BARREIRO FERNÁNDEZ, 1976, p. 95-148), e até com o clima, a onomástica galega compõe-se de um rico elenco

¹ Embora com caráter “oficial”, as duas línguas não gozam de igualdade jurídica. Veja, como exemplo, as diferenças no que diz respeito ao dever e ao direito de conhecer uma e outra (ESPAÑA, art. 3).

² Sobre a pertinência do primeiro termo e a necessidade de superar o segundo, veja Bagno (2011, p. 34-39).

de nomes de lugar, tanto de acidentes físicos (rios, lagos, mares, relevos) quanto de assentamentos humanos, que na realidade demográfica galega constitui-se, principalmente, de lugares, freguesias³ e *concellos* (municípios). Um dado muito ilustrativo desse fato é que a Galiza concentra 35% dos topônimos do Estado espanhol enquanto engloba só 6% da sua área (BOULLÓN AGRELO, 2010, p. 31). No que diz respeito aos nomes de pessoa, obras como o *Diccionario dos nomes galegos* (FERRO RUIBAL, 1992) testemunham também a riqueza e a variedade existentes na língua galega. Como veremos, essa riqueza influi nas pesquisas realizadas sobre a toponímia galega em chave histórica, ligando-a com a filologia e a lexicografia.

1.2 O contato linguístico na Galiza

Ainda que o galego, na Idade Média, fosse uma língua normalizada e que cumprisse com todas as funções dentro da sociedade, a situação começou a mudar nos fins da etapa medieval e começos da Idade Moderna. Como explica Mariño Paz (1998), fatos chave, como a perda do poder político próprio sofrido pela nobreza galega, a ascensão de Castela como reino hegemônico da península Ibérica (e com ela a sua língua, o castelhano) ou a posição da Igreja Católica a respeito da língua da liturgia em Galiza desde o século XVI, provocaram o início de um processo de substituição linguística, que criou a diglossia na Galiza entre a língua própria, o galego e a de fora, o castelhano. Este conflito é permeado por desigualdade e por preconceitos que reverberam até hoje. Essa configuração do castelhano como língua de prestígio fez com que o galego fosse ficando afastado dos usos escritos, muito particularmente daqueles mais formais e oficiais (MONTEAGUDO, 2020, p. 75-116), e esse fato conduziu, por sua vez, à castelhanização da onomástica galega, tanto dos topônimos⁴ como dos nomes e sobrenomes⁵.

³ Com diferentes propriedades a respeito das freguesias portuguesas, principalmente no tocante ao status jurídico. Para ampliar, veja García Pazos (coord.) (2009).

⁴ Veja-se Santamarina (1988, p. 87-96; 2002, p. 253-262).

⁵ Veja-se Lema Suárez (1991, p. 111-133) ou Boullón Agrelo (1997, p. 195-219).

Essa deturpação histórica, iniciada na Idade Moderna, constitui um dos motivos pelos quais é cobrada uma atenção fundamental, nos estudos de linguística galega atual, a *lexicalização da onomástica*, quer dizer, o processo de seleção e fixação das formas onomásticas genuínas restauradas.

1.3 O Cadastro de Ensenada

Até agora, foi repassada a onomástica galega sob perspectiva histórica e as suas peculiaridades, fundamentalmente no que tange ao contato linguístico. O outro ramo da equação que apresentamos e que o liga com o volume, a filologia, é proporcionado nesse trabalho a partir de uma fonte documental do século XVIII: o Cadastro de Ensenada.

Conservado em diversos arquivos do Estado⁶, este documento consiste em um inventário de bens, realizado pela Coroa de Castela, a partir de 1749, com a finalidade principal de modificar o sistema de impostos que existia naquela altura. Diferentes comissões visitavam as cidades e outras entidades habitacionais e inqueriam os moradores sobre propriedades, cultivos, meio de subsistência etc. Embora o projeto não tenha cumprido com o seu cometido inicial, ele resulta numa importante fonte documental para os estudos de distintas áreas das ciências sociais e humanas, como a história, a geografia, a sociologia ou a linguística⁷.

O cadastro apresenta muitos nomes de pessoa, tanto leigos como eclesiásticos, pois tratava de ser exaustivo na contabilidade de vizinhos, propriedades e profissões. Do mesmo jeito e pelo mesmo motivo, contém numerosos nomes de lugares, de rios, parcelas agrícolas, montes etc. Por conseguinte, o cadastro, visto com os olhos atuais da ciência linguística, serviu para preservar, até os nossos dias, uma grande quantidade de topônimos e antropônimos, úteis sob diferentes pontos de vista⁸. Este trabalho

⁶ Presente também na Internet, no site PARES, onde pode ser localizado o corpus fotografado completo que abordamos neste trabalho.

⁷ Para informação adicional sobre as características gerais da obra, veja-se Camarero Bullón (2002, p. 61-88), e Saavedra (2007, p. 771-844) para os seus traços em território galego.

⁸ A tese de doutorado *O Val de Barcala e as súas bases lingüísticas no Catastro de Ensenada (século XVIII)* (Vidal Fonseca, no prelo) oferece várias possibilidades de estudo dessa onomástica.

pretende mostrar a nossa proposta de contribuição para três áreas interrelacionadas: a onomástica, a filologia e a lexicografia. O estudo consistiu em editar vários documentos do Cadastro de Ensenada, a partir dos quais puderam ser recuperadas todas as formas onomásticas (topônimos e antropônimos, tanto nomes de pessoa quanto sobrenomes) e, finalmente, juntá-los em diferentes índices, cuja finalidade é garantir um ponto de convergência entre o trabalho filológico e a pesquisa onomástica de diferente natureza, que possa ser feita por meio desse estágio prévio. No que diz respeito à filologia, é salientável que ela exige a realização do trabalho de edição e de seleção das formas, bem como – e sobretudo – de sua indexação e lematização. Isso ocorre porque o cadastro, muitas vezes, deturpa as formas galegas, devido ao contato de línguas na Galiza, que relega o galego, quanto ao uso fora de contextos formais. Por sua vez, finalmente, a lexicografia e a onomástica, como áreas das ciências do léxico, também são beneficiadas pelo estudo aqui exposto, a primeira pela complexidade de formas linguísticas textuais que precisam ser estruturadas e uniformizadas seguindo uns critérios rigorosos, e a segunda pela riqueza linguística, cultural e etnográfica que se consegue salvar e recuperar após o trabalho conjunto acima explicado.

A proposta não é isolada, pois, até agora, destacam-se outros projetos dentro dos estudos de linguística galega que também relacionaram filologia e lexicografia. Além dos corpora genéricos que manejam diferentes classes de palavras (TILG, TMILG, CODOLGA, GONDOMAR) e que permitem a procura por lemas, no referente aos que trabalham com onomástica, talvez o mais relevante seja o ITGM (Inventario Toponímico da Galicia Medieval), impulsionado pelo Instituto da Lingua Galega. Fora as ferramentas informáticas, também é muito salientável o trabalho de pesquisadores como Paulo Martínez Lema (2008), que inventariou a toponímia presente no tombo de Toxos Outos (Lousame, Galiza), e, em parceria com Pichel Gotérrez (PICHEL GOTÉRREZ; MARTÍNEZ LEMA, 2014, p. 95-132), a de documentos posteriores a ele. O nosso trabalho implica uma metodologia semelhante: edição textual > seleção da onomástica > lematização e indexação da onomástica.

A peculiaridade, porém, é que o documento que editamos está escrito em castelhano. Isso pode parecer contraditório à natureza do trabalho, mas convém não esquecer que a onomástica presente na obra, e muito particularmente a toponímia, é galega e não castelhana. Como foi indicado, os motivos políticos e sociais relacionados com a língua fizeram com que a língua galega sumisse, praticamente, dos textos escritos durante a Idade Moderna. Sem deixar de considerar, também, que o cadastro foi elaborado pela Coroa, e isso conferia uma formalidade que lhe impediria ser escrito em galego – além de ser o castelhano a língua *de facto* da coroa castelhana. O resultado é um texto escrito em castelhano e com esforços para limitar o máximo possível formas linguísticas galegas, inclusive as onomásticas, que foram, muitas vezes, deturpadas. Desse jeito, o nosso trabalho, quanto à filologia e à lematização onomástica, ganha especial relevância e torna-se mais complexo, porque se toma em consideração a presença de línguas em contato, o que se traduz em indexar em galego material, podendo comparecer em castelhano, em galego ou hibridado.

1.3.1 *Corpus selecionado*

Os documentos selecionados do cadastro no termo deste trabalho são seis: três livros de *interrogatórios*, nos quais a vizinhança respondia a diferentes perguntas dos comissionados –tipos de terrenos, atividades comerciais ou industriais etc.–: *Interrogatorio del coto feligresía de San Pedro de Bugallido* (abreviatura nesse trabalho, IB), *Interrogatorio de San Cristóval de Corneira y otras en él comprendidas* (abreviatura, IC) e *Interrogatorio de las feligresías de Santa Eulalia de Logrosa y San Julián de Negreira* (abreviatura, IL). Além desses, três livros mais breves: o *Real de Eclesiásticos de Corneira* – propriedades dos eclesiásticos – (abreviatura, REcl), o *Personal de Eclesiásticos de Corneira* – número de eclesiásticos residentes na localidade – (abreviatura, PEcl) e o *Personal de Legos de Corneira* – contagem dos vizinhos da localidade – (abreviatura, PLeg).

2 Trabalho filológico: edição da fonte

Os critérios de edição seguidos neste trabalho têm o objetivo de procurar uma fácil leitura não somente por parte do público especializado, mas também do público mais geral, respeitando, porém, o máximo possível, o documento original e o rigor na hora de interpretá-lo. Não difere muito, pois, dos critérios usados habitualmente por outros filólogos nos seus manejos com textos medievais e modernos⁹. Desse jeito, as intervenções sobre o original foram limitadas aos casos nos quais se procura a agilidade na leitura: acentuamos o texto segundo as normas do castelhano padrão atual (utilizando como parâmetro as diretrizes da RAE) e o pontuamos e o estruturamos para uma leitura mais confortável, limitando também o uso de maiúsculas aos nomes próprios e após ponto.

O desenvolvimento das abreviaturas consta em itálico, para deixar clara a forma original, desfazendo também os sobrescritos, em caso de existirem: por exemplo, um *que* que se abrevia mediante a supressão do <u> e a elevação do <e> para sobrescrito transcrevemos como <que>.

Quando é preciso trocar de posição um sintagma para conseguir melhor interpretação, fica alertado mediante colchetes angulares <>, tanto no lugar do original quanto rodeando a estrutura no lugar em que a estabelecemos. Portanto, <Todos del término> indica que a frase foi mudada do local original onde ficam os colchetes angulares sem conteúdo: <>.

Em outros casos, foi preciso introduzir uma palavra ou letra que não aparecia no original para dar senso completo à estrutura (tanto no nível sintático como no interior de palavra), e nesses casos indica-se mediante colchetes []: em “que lo es de la [de] Santa María de Ordoeste” o *de* é introduzido para dar sentido à estrutura.

No caso de porções de texto ilegíveis, em razão de manchas de tinta que impeçam a sua representação, assinalamos o trecho mediante pontos suspensivos entre chaves: “tres cerdos de t{...}”.

⁹ Veja-se, por exemplo, Lorenzo (1988, p. 76-85), Pichel Gotérrez (2012, p. 87-106; 2013), Mariño Paz (2008) ou Mariño Paz; Sánchez Yáñez; Suárez Vázquez (2010), todos eles tomados em boa consideração na nossa proposta.

Além do mais, as grafias foram respeitadas para manter, ao máximo, a fidelidade ao original: *h* ou a sua ausência em qualquer contexto (incluído no dígrafo *ch* como representação da oclusiva velar surda): *huno*, *párracho*; *b/v* (*percive*, *beinte*); *qu* diante de <a>, <o> e <u> (*quanto*); *x/g/j* (*hixo*, *jiestales*); *ph* ou *fh* como representação da fricativa labiodental surda (*Phélix*); *z/c* diante de <e> e <i> (*zenteno*, *ciento*); *m* em coda silábica (*respon-dem*), *ll* e outros dígrafos como *tt*, *cc*, *rr*, *ss* (*cassas*, *ttodo*), etc., assim como os vocálicos (*fee*). Só representam uma exceção três casos: a regularização de *v/u* (a primeira como consoante e a segunda como vogal)¹⁰, a de *y/i* segundo as normas do castelhano atual (RAE)¹¹ e a da estandardização da grafia arcaizante <xp> mediante <cr> (*Xpistoval* > *Cristóval*). De qualquer forma, são três decisões editoriais arbitrárias que procuraram maior facilidade de leitura, principalmente para um público menos especializado, mas mesmo assim prescindíveis em transcrições posteriores. Para o restante de questões gráficas específicas e não sistemáticas, fornecemos a explicação pertinente no próprio texto em nota a rodapé¹².

3 Trabalho léxico: lematização da onomástica

Após ficar completa a edição textual e a seleção de todas as formas onomásticas do texto, a última etapa consiste em fazer inventário rigoroso da onomástica encontrada. Como indicado, a onomástica da fonte primária foi deturpada, até o ponto de aparecer o mesmo item em diferentes trechos transliterados de diversas formas ou com diferentes grafias. Por esse motivo, a lematização dela significa quase um resgate de matéria linguística, muitas vezes inédita, e a salvaguarda de toponímia e antroponímia galegas.

¹⁰ Passamos, portanto, *vno* para *uno* ou *ueinte* para *veinte*.

¹¹ O que implica passar *ynterrogatorio* para *interrogatorio*.

¹² As 40 perguntas dos interrogatórios tampouco aparecem nos originais. Incorporamo-las, mais uma vez, para facilitar a leitura e a compreensão do texto.

3.1 Antroponímia

A compilação de todos os nomes pessoais oferece um variado elenco de nomes e sobrenomes, assim como as possibilidades de estudá-los sob o ponto de vista estatístico, sociolinguístico ou histórico, por exemplo¹³. A seguir, apresentaremos os critérios usados para a elaboração dos índices de nomes e de sobrenomes, bem como a metodologia seguida para a lematização deles.

No índice, têm primazia as formas onomásticas, não as identidades, o que quer dizer que duas ou mais formas onomásticas podem corresponder ao mesmo indivíduo (por exemplo, *Manuel Arán*, *Manuel de Arán* e *Manuel de Areán*). De qualquer forma, se isso acontecer, em cada uma das ocorrências, estabelecemos a igualdade entre parênteses entre cada uma das ocorrências que saem, indicando, assim, que o indivíduo é o mesmo¹⁴.

O índice apresenta-se ordenado alfabeticamente, indicando no centro da página a letra correspondente antes da primeira ocorrência. Dentro do espaço de cada letra aparecem todos os sobrenomes ou nomes que começam por ela, em forma de entrada, em letra minúscula e em negrito: **Ignacio**.

No caso de sobrenomes/nomes castelhanizados, a entrada aparece em itálico, indicando a forma galega genuína, escrita em letra redonda, mas, no lugar em que lhe corresponda, alfabeticamente, aparece como entrada em letra redonda e em negrito. Assim, na entrada em itálico *Cayetano*, indica Caetano (em letra redonda) como forma genuína e remete, no índice de antropônimos, à entrada **Caetano** (em negrito).

Em paralelo, no caso de sobrenomes/nomes não castelhanizados, mas sim afetados por grafias alheias à forma do galego padrão¹⁵, a entrada aparece em letra reta e redonda, e também remete à forma galega padrão: **Salvador**, remetendo a **Salvador**, e **Barvasán**, a **Barbazán**.

¹³ Podem ser vistos exemplos de estudos com todo esse material onomástico em Vidal Fonseca (2016, p. 99-117; 2018, p. 253-263 ou 2019, p. 84-208).

¹⁴ Como no seguinte exemplo: Manuel Arán (perito) (= Manuel de Arán; Manuel de Areán): **IB**: 118v.

¹⁵ Para os nomes e sobrenomes, tomamos como referência de autoridade normativa a obra da Real Academia Galega *Os apelidos en galego. Orientacións para a súa normalización* (RAG, 2016) no caso dos sobrenomes, e o Dicionario dos nomes galegos (FERRO RUIBAL (coord.), 1992) no caso dos nomes.

Em casos como *del Castillo*, não é possível determinar se estamos enfrentando o resultado da castelhanização de um sobrenome galego *do Castelo*, realizada pelo escrivão, ou se a pessoa mencionada portava realmente esse sobrenome castelhano. Como não temos certeza de que tivesse realmente como base um sobrenome galego *do Castelo*, abstermo-nos de fazer a reconstrução e de colocá-la entre colchetes, mas escrevemos ***del Castillo*** em negrito, por constituir uma entrada, e também em itálico. Fosse criada in situ pelo escrivão ou fosse realmente o sobrenome do indivíduo mencionado, é evidentemente um registro castelhano¹⁶.

Como antes indicado, no caso de formas galegas que não chegam a ter presença nos textos, porque só aparecem as formas deturpadas ou castelhanizadas, a entrada aparece entre colchetes, em negrito e redonda. Dentro da entrada figurarão, todas as variantes gráficas apresentadas nos textos dessa forma galega: a entrada **[Liñares, de]** aparece entre colchetes porque nunca tem presença literal nos textos, mas sim duas variantes que, portanto, aparecem dentro da entrada: Linares, Juan | Liñárez, Manuel de.

Dentro de cada entrada podem aparecer uma ou duas epígrafes, que especificam se as ocorrências correspondem ao primeiro sobrenome, ao segundo ou só a esse último, aparecendo cada ocorrência sob a epígrafe que lhe corresponda (*1º apelido / 2º apelido*)¹⁷; quando não se especifica nada dentro de cada entrada, entende-se, indiretamente, que as ocorrências correspondem todas aos primeiros sobrenomes: <Alborés, Manuel de> aparece após a entrada **Alborés, de** sem subepígrafe que o preceda, o que significa que só figura como primeiro sobrenome.

Sob cada entrada saem todas as ocorrências desse sobrenome ou nome, também ordenados alfabeticamente; no caso de um sobrenome não aparecer no original, mas ser possível deduzi-lo por relações de parentesco que especifica o próprio texto, aparecerá entre colchetes: <Phelipe [Fins]> na entrada **[Filipe]**

¹⁶ O caso particular desse sobrenome vai entre colchetes, mas não por ser a reconstrução de uma forma galega, mas por reconstruir-se a contração desde a forma textual *de el Castillo*.

¹⁷ Verbete galego equivalente a *sobrenome*. É preciso lembrar, nesse ponto, que o sistema espanhol de atribuição de sobrenomes aos filhos confere dois sobrenomes a cada pessoa, o primeiro do pai e o primeiro da mãe (até há pouco tempo, necessariamente nessa ordem).

do índice de nomes e <[Fins], Phelipe> na entrada **Fins** do índice de sobrenomes. Depois de cada nome completo no índice de sobrenomes, fornecemos, entre parênteses, informações adicionais (profissão, vizinhança, relação de parentesco etc.), que o(s) documento(s) onde se encontram proporciona(m):

(1) (*cardador, veciño de Santa María de Covas*).

Em algum caso, essa informação não é oferecida, porque não aparece nos textos e; em outras situações, em caso de fornecer somente um dado idêntico ao de outro nome e que possa conduzir a confusão, como se estivesse duplicada uma entrada, adicionamos, entre colchetes, informação extra:

(2) (*labrego [San Xoán de Barcala]*).

Por último, após o nome completo e a profissão, aparece o documento ou os documentos onde o nome aparece, seguidos, finalmente, do fólho ou fólhos. Por exemplo:

(3) **IC**: 497r, 500v; **REcl**: 12v.

Não é possível, por razões de espaço, reproduzir nesse trabalho os índices completos, tanto os de antropônimos como o de topônimos. Mesmo assim, expomos a página inicial, a modo de exemplo, para deixar claros os critérios até agora detalhados, e para que possa ser comprovada a metodologia com suficientes casos explicados. Eis o começo do índice de nomes pessoais e o de sobrenomes:

NOMES

A

[Agostiña]

Agustina Landeira (tendeira de por menor, muller de Martín Varela): **IC**: 500v.

[Agostiño]

Agustín (criado, labrego): **PLeg**: 5v.

Agustín

→ Agostiño

Agustina

→ Agostiña

[Afonso]

Alfonso López Galfarro (propietario): **IB**: 126v.

Alonso Azevedo (don) (cura de Santa María de Ordoeste, San Vicenzo da Baña e San Salvador da Baña): **IC**: 476r, 486v, 487r, 504v.

Alonso de Andrade (don) (presbítero): **IC**: 504v.

Alonso de Busto (perito): **IB**: 118v.

Alonso López (labrego): **REcl**: 8v; **PLeg**: 2r.

Alfonso

→ Afonso

Alonso

→ Afonso

[Alberte]

Alberto de Antequeira (arrendatario de taberna): **IC**: 498v.

Alverte Raxó (perito): **IL**: 490r.

Alverte Riego (perito): **IL**: 484r.

Alverte Ruso (perito): **IL**: 484r.

Alverto Antonio de Rial (labrego): **IB**: 136v.

Alverto Currais (labrego): **PLeg**: 2v.

Alverto de Andrade (don) (presbítero, propietario): **IB**: 130v.

Alverto Pensado (sobriño de Pedro Pensado, labrego): **PLeg**: 10r.

Alverto Riveiro (propietario, labrego): **IB**: 127v, 128r, 130r, 136v.

Alberto

→ Alberte

SOBRENOMES

A

a

→ Cruz, da

→ Gándara, da

→ Igrexa, da

[Azevedo]

Azevedo, Alonso (don) (cura de Santa María de Ordoeste, San Vicenzo da Baña e San Salvador da Baña): **IC**: 476r, 486v, 487r, 504v.

Agra, de

Agra, Cayetano de (labrego): **IB**: 137r.

Agra, Domingo de (propietario, labrego): **IB**: 127v, 137r.

Agra, Juan de (propietario): **IB**: 127r, 130r.

Agra, Pedro de (labrego): **IB**: 137r.

Agra, Silvestre de (propietario, miliciano): **IB**: 127r, 130r, 130v, 134r, 136v.

Álvarez

→ Álvarez

Albite

→ Alvite (, de)

Alborés

Alborés, Manuel (propietario, labrego): **REcl**: 25r; **PLeg**: 9r.

[Aldrei, de]

Aldrey, Mauro de (don) (cura de San Xián de Negreira e Santa Baia de Logrosa): **IC**: 476v, 487v; **IL**: 469r.

Aldrey

→ Aldrei, de

Alegre

Alegre, Domingo (perito): **IL**: 487v.

Álvarez

Álvarez, Juan (don) (presbítero): **REcl**: 24r, 96r.

Álvarez, Rosa (propietaria, veciña de San Pedro de Tállara): **IC**: 491r; **REcl**: 29r.

[Alvite (, de)]

Albite, Antonio de (don) (propietario): **IC**: 493r.

Amarelle, de

Amarelle, Rosa de (taberneira): **IB**: 135v.

Ameigeiras

→ Ameixeiras, de

[Ameixeiras, de]

Ameigeiras, Froilán de (arrendatario de taberna): **IC**: 499r.

3.2 Toponímia

Para o caso de índice toponímico, os critérios são praticamente os mesmos. As poucas diferenças consistem, principalmente, no fato de que a tipologia do topônimo acompanha entre parênteses o próprio lema:

(4) Longráns, de (*corredoira*).

Se um mesmo topônimo fizer referência a vários topônimos de diferentes tipos, então, cada tipologia passa a ser integrada como epígrafe, sob o lema; por sua vez, dentro de cada epígrafe aparecem as ocorrências:

(5) Negreira (, de)

- *Muíño*

de Negreira: **IL**: 477v.

- *Río*

Negreira: **IC**: 494r.

Por último, a novidade principal da lematização toponímica é que apresentamos duas classes de índices: um que é ordenado por ordem alfabética de topônimos, primeiro; e outro, que é ordenado por tipologias referenciais depois, para facilitar tanto a busca direta de nomes quanto a procura por entidades galegas que designam: vilas, freguesias, *agros*, *corredoiras*, etc. Além disso, se um topônimo figura através de uma menção indireta faz-se constar entre parênteses¹⁸:

(6) Portomarín (*encomenda*) (*mención indirecta*).

A seguir, a primeira página do índice de topônimos, tanto da versão por ordem alfabética de topônimos quanto da versão por tipos de topônimos:

*ÍNDICE ALFABÉTICO***A**

[Abeanca] (muíño)

Aveanca: **IL**: 477r.

Agra, da (I) (peza de terra)

da Agra: **REcl**: 33v.

¹⁸ Isso acontece quando, por exemplo, o nome de um negócio particular, de uma igreja etc. testemunha um topônimo que não aparece citado diretamente como tal nos textos.

- Agra, da (II)** (peza de terra)
da Agra: **REcl**: 33v.
- Agra, da (III)** (peza de terra)
da Agra: **REcl**: 33v.
- Agra de Agro Maior** (peza de terra)
Agra de Agro Maior: **REcl**: 17r.
- Agra de Fundes (I)** (peza de terra)
Agra de Fundes: **REcl**: 4v.
- Agra de Fundes (II)** (peza de terra)
Agra de Fundes: **REcl**: 14r.
- Agra de Fundes (III)** (peza de terra)
Agra de Fundes: **REcl**: 14v.
- Agra de Fundes (IV)** (peza de terra)
Agra de Fundes: **REcl**: 14v.
- Agra de Fundes (V)** (peza de terra)
Agra de Fundes: **REcl**: 14v.
- Agra de Fundes (VI)** (peza de terra)
Agra de Fundes: **REcl**: 15r.
- Agra de Mirón (I)** (peza de terra)
Agra de Mirón (I): **REcl**: 12r.
- Agra de Mirón (II)** (peza de terra)
Agra de Mirón: **REcl**: 12r.
- Agra Mirón (I)** (peza de terra)
Agra Mirón: **REcl**: 12r.
- Agra Mirón (II)** (peza de terra)
Agra Mirón: **REcl**: 12v.

ÍNDICE TIPOLÓGICO

AGROS

- Cecián, de**
de Cecián: **IC**: 480v.
- [Cova de Muíño, de]**
de Cova de Molino: **IL**: 477v.
(**CABIDOS**) (mención indirecta)
- Santiago (, de)**
cavildo de Santiago: **IL**: 475r; **IB**: 125v.
(**CHANCELARÍAS**) (mención indirecta)

Granada

Real Chancillería de Granada: 118r.

*CIDADES***Santiago (, de)**

cavildo de Santiago (mención indirecta): **IL**: 475r; **IB**: 125v.
 Santiago: **IC**: 477v, 480r, 481v, 486r, 486v, 487v, 488r, 501r;
REcl: 21v, 36r, 36v, 37r, 38v, 96r; **IL**: 477r, 488r; **IB**: 119r, 124v,
 125r, 132r.

Granada (chancelaría) (mención indirecta)

Real Chancillería de Granada: 118r.

(**CONVENTOS**) (mención indirecta)

Belvís

Convento de Belvís: **REcl**: 96r.

Convento de Velvís: **REcl**: 37r.

*CORREDOIRAS***Longráns, de**

de Longráns: **IC**: 481v.

Mosteiros, de

de Mosteiros: **IC**: 479v.

Conclusões

O estudo que oferecemos até aqui une, em um mesmo espaço, o trabalho filológico em textos não contemporâneos com as ciências do léxico, particularmente a onomástica e a lexicografia, em paralelo com questões sociolinguísticas relacionadas com o contato entre línguas. Assim, fica claro que o trabalho filológico, por meio do trabalho editorial de textos, é indispensável para o estudo da língua com perspectiva histórica. Essa pesquisa, contudo, não fica limitada apenas ao estudo da evolução fonética, morfossintática etc., uma vez que, nessas páginas, visamos focalizar no aproveitamento que esses textos têm para os estudos onomásticos.

A onomástica, mais concretamente, é processada somente após o trabalho filológico, sendo o seu manejo fundamental para

o seu posterior estudo, que pode cobrir uma ampla variedade de campos. Por isso, a combinação da filologia com a lexicografia permite a lematização das formas onomásticas que aparecem nos documentos de modo não regularizado. No caso dos textos que aqui examinamos, essa aparência encerra um fenômeno de tipo sociolinguístico que valoriza ainda mais o trabalho de resgate toponímico e antroponímico: o histórico contato de línguas em Galiza e a minorização do galego como língua indígena do território, no plano escrito, no transcurso da Idade Moderna. O fato de ter sido alterada a onomástica própria para a sua fixação escrita nos textos do Cadastro de Ensenada, a partir da castelhanização, demonstra com clareza a necessidade de lematizar, ou seja, de realizar trabalho lexicográfico com os nomes próprios para a sua posterior análise e para a preservação do patrimônio lexical próprio, em concorrência com outras propostas ou projetos dos últimos anos, como tem sido o Inventário Toponímico da Galiza Medieval ou contributos como os de Martínez Lema (2008).

Em definitivo, o fim último da proposta é resgatar a onomástica histórica galega e evitar o seu desaparecimento, assim como ajudar os estudos onomásticos a realizar uma multiplicidade de pesquisas úteis para as ciências humanas, por exemplo, nos campos da etimologia, da demografia, da antropologia cultural ou da sociolinguística, no que tem relação com a colonização linguística e os fenômenos derivados dela. Nesse sentido, achamos o Cadastro de Ensenada um bom documento, conferindo muito trabalho a ser realizado a respeito da onomástica e que faz coincidir, com muita força, a relação entre os labores da filologia e as ciências do léxico.

Referências

- BAGNO, M. O português não procede do latim. Uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego. **Grial**, nº 191, p. 34-39, 2011.
- BARREIRO FERNÁNDEZ, X. R. Historia política. *In*: BARREIRO FERNÁNDEZ, X. R. *F et al. Los Gallegos*. Madrid: Istmo, 1976. p. 95-148.
- BOULLÓN AGRELO, A. I. Procesos de castelanzación nos apelidos galegos. *In*: FERNÁNDEZ SALGADO, Benigno (ed.). **Actas do IV Congreso Internacional de estudios galegos**, vol. 1. Oxford: Centro de Estudios Gallegos, 1997. p. 195-219.

- BOULLÓN AGRELO, A. I. Toponimia galega. Estado da cuestión. *In*: GORDÓN PERAL, M. D. **Toponimia de España**. Estado actual y perspectivas de la investigación. Berlín: De Gruyter, 2010. p. 31-57.
- CAMARERO BULLÓN, Concepción. El Catastro de Ensenada, 1749-1759: diez años de intenso trabajo y 80.000 volúmenes manuscritos. **CT Catastro**, nº 46, p. 61-88, 2002.
- DÍAZ DE BUSTAMANTE, J. M. de B. (dir.). Codolga – Corpus Documentale Latinum Gallaeciae, 2021. Disponível em: <http://corpus.cirp.gal/codolga>. Acesso em: 5 jan. 2021.
- ESPAÑA. Constitución Española, 29 dez. 1978. España: **Boletín Oficial del Estado**, 1978. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1978-31229>. Acesso em: 4 jan. 2021.
- FERRO RUIBAL, X. (coord.). **Diccionario dos nomes galegos**. Vigo: Ir Indo, 1992.
- GALICIA. **Estatuto de Autonomía de Galicia**. 6 abr. 1981. Disponível em: <https://www.xunta.gal/estatuto/titulo-preliminar>. Acesso em: 4 jan. 2021.
- GARCÍA PAZOS, F (coord). **A parroquia en Galicia**: pasado, presente e futuro. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2009.
- ÁLVAREZ, R.; GONZÁLEZ SEOANE, E (eds.). Gondomar – Corpus dixital de textos galegos da Idade Moderna. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. Disponível em: <http://ilg.usc.gal/gondomar/>. Acesso em: 5 jan. 2021.
- VARELA BARREIRO, X (dir.). ITGM – Inventario Toponímico da Galicia Medieval. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. Disponível em: <http://ilg.usc.es/itgm>. Acesso em: 5 jan. 2021.
- LEMA SUÁREZ, X. M. Interferencias lingüísticas do galego no castelán de Galicia nos Séculos Escuros. Algunhas calas nunha comarca rural: a Terra de Soneira. **Cadernos de Lingua**, n. 3, p. 111-133, 1991.
- LORENZO, R. Normas para a edición de textos medievais galegos. *In*: KREMER, D. (ed.). **Actes du XVIIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes**, v. 6. Tübingen: Max Niemeyer, 1988. p. 76-85.
- MARIÑO PAZ, R. **Historia da lingua galega**. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 1998.
- MARIÑO PAZ, R. (ed.). **Papés d' emprenta condenada: a escrita galega entre 1797 e 1846**. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2008.
- MARIÑO PAZ, R.; SÁNCHEZ YÁÑEZ, M. S.; SUÁREZ VÁZQUEZ, D. S. **O Romance da Urca de Santo Antón (1777)**. Poesía en galego no Ferrol do século XVIII. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2010.
- MARTÍNEZ LEMA, P. **Inventario toponímico do Tombo de Toxos Outos**. Noia: Toxosoutos, 2008.

ESPAÑA. Ministerio de Cultura y Deporte. PARES – Portal de Archivos Españoles. Disponível em: <http://pares.culturaydeporte.gob.es/inicio.html>. Acesso em: 5 jan. 2021.

PICHEL GOTÉRREZ, R. A representación gráfica da nasalidade vocálica e do trazo palatal no galego antigo e o seu tratamento editorial. **Estudios de Lingüística Galega**, n. 4, p. 87-106, 2012.

PICHEL GOTÉRREZ, R. P. **A Historia Troiana (BMP ms. 558)**. Edición e estudo histórico-filolóxico. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de Santiago de Compostela, Santiago, 2013.

PICHEL GOTÉRREZ, R; MARTÍNEZ LEMA, P. M. Documentação posterior à confecção do tombo de Toxos Outos (séc. XIII-XIV). Edição e inventário toponímico. **Scriptum Digital**, v. 3, p. 95-132, 2014.

MONTEAGUDO, H. Panorama sociolingüístico de Galicia na Idade Moderna. O idioma galego durante os séculos XVI, XVII e XVIII. *In*: ÁLVAREZ, R; GONZÁLEZ SEOANE, E. G. (eds.). **Calen barbas, falen cartas**. A escrita en galego na Idade Moderna. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2020, p. 75-115.

OS APELIDOS en galego. Orientacións para a súa normalización. A Coruña: Real Academia Galega, 2016.

SAAVEDRA, P.. Reforma fiscal y control del territorio: El Catastro de Ensenada –o «la confusión de Babel»– en Galicia. **Anuario de Historia del Derecho Español**, Tomo 77. Madrid: Ministerio de Justicia, 2007. p. 771-844.

SANTAMARINA, A. Efectos do contacto lingüístico na toponimia galega. *In*: KREMER, D. **Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversário**. Tübingen: Max Niemeyer, 1988. p. 87-96.

SANTAMARINA, A. A recuperación e salvagarda da toponimia galega. *In*: **Actas do IV Encontros para a normalización lingüística**. 9 e 10 de novembro de 2000. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2002. p. 253-262.

SANTAMARINA, A. (dir.); GONZÁLEZ SEOANE, E. G.; ÁLVAREZ DE LA GRANJA, M. A. **Tesouro informatizado da lingua galega**. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega – TILG. Disponível em: <http://ilg.usc.gal/TILG/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

VARELA BARREIRO, X. B. (dir.). **Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega**. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega – TMILG. Disponível em: <http://ilg.usc.es/tmilg>. Acesso em: 5 jan. 2021.

VIDAL FONSECA, G. La antroponimia de la comarca de Barcala (Galicia): evolución histórica moderna y causas implicadas. **Estudios Interlingüísticos**, n. 4, p. 99-117, 2016.

VIDAL FONSECA, G. Os apelidos na comarca de Barcala (Galicia). Un estudo lingüístico diacrónico a través da edición do Catastro de Ensenada. *In*: DÍAZ FERRO, M. *et al.* **Novas perspectivas na lingüística aplicada**. Lugo: Axac, 2018. p. 253-263.

VIDAL FONSECA, G. **O Val de Barcala e as súas bases lingüísticas galegas no Catastro de Ensenada (século XVIII)**. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade de Santiago de Compostela, Santiago, 2020.

VIDAL FONSECA, G. Toponímia galega e brasileira. Similitudes e diferenzas históricas à luz do conflito lingüístico. **LaborHistórico**, v. 5, n. 1, p. 84-108, 2019.

Onomástica antropológica: o ato de nomear a partir de uma perspectiva intercultural

Lorenza Lourenço

Universidade Federal de Minas Gerais

Evandro L. T. P. Cunha

Universidade Federal de Minas Gerais

1 A onomástica sob um olhar antropológico

Uma parte importante do léxico de uma língua é composta por nomes próprios. De acordo com Chanda (2017) e Hough (2016), todos os povos e línguas atualmente conhecidos utilizam nomes próprios para designar pessoas, lugares e, eventualmente, outras entidades – sendo este, portanto, um universal linguístico e humano¹ (BRAMWELL, 2016). Enquanto para os nomes comuns que compõem o léxico existe, de maneira geral, uma relação de arbitrariedade entre o nome em si (o significante) e o referente (o significado, isto é, a entidade extralinguística identificada pelo nome)², para os nomes próprios o que prevalece é a *motivação* linguística – afinal, o nome próprio é *dado, atribuído, outorgado* à entidade nomeada. Seabra (2008) demonstra como a relação entre referência e sentido se apresenta de maneira

¹ “Nomes são considerados por antropólogos como um universal humano [ou universal cultural]: algo que faz parte da condição humana global, em vez de um fenômeno desenvolvido apenas dentro de estruturas culturais específicas” (no original: “*Names are considered by anthropologists to be a human universal: something which is part of the global human condition, rather than a phenomenon developed only within particular cultural frameworks*”) (BRAMWELL, 2016, p. 264, tradução nossa).

² Conforme a visão defendida, entre outros, por Saussure (1916) – ainda que, como indica Almeida (2013, p. 167), “o próprio Saussure concluirá, que apesar do signo ser arbitrário, existem palavras que apresentam graus relativos de arbitrariedade, portanto existem signos que possuem motivação linguística”.

diversa para nomes próprios e nomes comuns: no caso dos nomes próprios, existe uma relação direta entre o nome e o referente – isto é, o nome liga-se, diretamente, à entidade nomeada; no caso dos nomes comuns, porém, a relação entre o nome e o referente é necessariamente mediada pelo sentido. Seabra, citando Oliveira (1996), acrescenta que “o nome próprio é um ‘designador rígido’, pois designa um indivíduo de uma maneira única e direta” e que os nomes desta classe “representam ou são os próprios referentes em uma situação de comunicação, podendo-lhes atribuir, por isso, no âmbito dos estudos linguísticos, certa singularidade” (SEABRA, 2008, p. 1956).

No entanto, apesar de sua universalidade, o ato de nomear não se dá da mesma forma em todos os tempos e lugares. Como não poderia deixar de ser, diferentes povos e culturas estabeleceram práticas e costumes diversos no que diz respeito à atribuição de nomes próprios, seja a entidades animadas (como pessoas e animais), seja a entidades inanimadas (como lugares³ e instituições). Por esse motivo, os estudos onomásticos – isto é, os estudos que se dedicam aos nomes próprios – devem possuir, também, um componente antropológico. Chanda (2017) concorda com essa visão e considera que a onomástica não é apenas um ramo da linguística, mas um campo de estudos multidisciplinar, pois envolve, também, disciplinas como a literatura, a antropologia, a filosofia, a geografia, a psicologia e a sociologia. Particularmente, com relação ao vínculo entre a antropologia social e os estudos onomásticos, o autor destaca as subdisciplinas *anthropological onomastics* (“onomástica antropológica”) e *anthropology of proper names* (“antropologia dos nomes próprios”) como exemplos da natureza multidisciplinar da onomástica. Bramwell (2016, p. 268) acrescenta que, “embora os pesquisadores da onomástica e os antropólogos tradicionalmente pareçam fazer parte de mundos acadêmicos diferentes, [...] seus métodos nem sempre são

³O próprio ato de considerar lugares como entidades inanimadas é reflexo de uma determinada visão de mundo – já que, de acordo com certas visões, dados lugares (como rios, lagos, montanhas) se configuram como entidades animadas, vivas.

tão distintos”⁴: em ambas as áreas, são empreendidos, por exemplo, estudos etnográficos nos quais os pesquisadores realizam trabalhos de campo junto a informantes locais para a obtenção da perspectiva interna (*insider’s perspective*) sobre certo elemento da cultura daquela comunidade, eventualmente empregando métodos como a entrevista e/ou a observação participante. Nesse tipo de estudo etnográfico, os objetivos principais podem ser a identificação dos tipos de nomes em uso, como e por quem eles são utilizados, além dos significados atribuídos a eles pela comunidade (BRAMWELL, 2016).

González Faraco e Murphy (1997) mencionam três categorias de estudos onomásticos: *antropológicos*, *geográficos* e *históricos*. O interesse mais específico da onomástica antropológica está na forma em que a estrutura social e as relações interpessoais se correlacionam com os costumes e as práticas de nomeação em determinada sociedade. Segundo os autores, os trabalhos realizados dentro dessa concepção indicam que, independentemente do significado dos nomes adotados, os sistemas de nomenclatura e as formas como se dão os processos de nomeação exercem uma importante função social – tornando possível, assim, relacionar o ato de nomear à rede de relações estabelecidas entre os indivíduos dos grupos estudados.

2 Formas de nomear humanos

Apesar de todos os povos, culturas e línguas do mundo fazerem uso do costume de conferir nomes a seres humanos⁵, as for-

⁴ Tradução nossa. No original: “While onomasticians and anthropologists have traditionally seemed part of different academic worlds, [...] their methods are not always so dissimilar”.

⁵ Um exercício interessante pode ser tentar imaginar o funcionamento de uma sociedade que não utilize nenhum sistema para nomear seus membros. Parece possível: indivíduos poderiam ser identificados por algumas características físicas (“aquele dos olhos castanhos e cabelos longos”), por frequentarem determinado local (“aquele que mora perto do rio”), por realizarem algo (“aquele que caça com um arpão longo”), e assim por diante. A utilização de nomes, porém, é uma tecnologia poderosa, pois permite uma identificação mais direta, clara, precisa e objetiva, facilitando inclusive a referência a indivíduos que se encontram fora do *hic et nunc* (“aqui e agora”). O poder da atribuição de nomes é comprovado não apenas pela sua universalidade entre sociedades humanas, mas também por sua

mas como esses nomes são elaborados e os modos como eles são atribuídos podem variar bastante (LAWSON, 2016). Conforme indica Bramwell (2016, p. 265), “nomes são dados a pessoas em diferentes fases da vida; eles mudam ou permanecem constantes; eles contêm elementos diferentes; eles se conectam, ou não, a parentes ou tribos; eles são usados livremente ou são mantidos em segredo”⁶. Ilustramos cada uma dessas situações a seguir.

2.1 Nomes são dados a pessoas em diferentes fases da vida

Na maior parte das culturas conhecidas como ocidentais, os bebês têm nomes atribuídos a si no momento do nascimento ou até mesmo antes de nascerem⁷. No entanto, existem culturas em que o nome é atribuído muito depois desse momento. Além disso, há situações em que indivíduos recebem (ou escolhem) designativos adicionais ao longo da vida: casos comuns são a adoção de apelidos ou de nomes diferentes quando há algum tipo de interação intercultural, como é o caso do uso de nomes ocidentais (geralmente em inglês) por orientais – prática que tem crescido com o aumento do número de aprendizes de inglês (EDWARDS, 2006) e do contato, inclusive comercial (DUTHIE, 2007), entre diferentes culturas.

Integrantes de comunidades kabeo, que vivem às margens do rio Uaupés, possuem, ao longo da vida, pelo menos três nomes: de espírito (*pupui amiya*), apelido e estrangeiro – conforme a prática onomástica no alto rio Negro. O nome de espírito, que corresponde ao “nome de benzimento” e é atribuído pelo avô paterno,

utilização até mesmo entre grupos de animais (consulte King e Janik (2013) sobre o uso de rótulos vocais entre golfinhos).

⁶ Tradução nossa. No original: “Names are given to people at different stages of life; they change or remain constant; they contain different elements; they connect with relatives or tribes or they do not; they are used freely or they are kept secret”.

⁷ Pensemos na corriqueira situação em que um nome é atribuído ao bebê ainda durante a gravidez. Nesses casos, as pessoas se referem ao nascituro já por aquele nome, como em “o nascimento da Otília está previsto para daqui a quatro meses”. Mais interessante ainda é quando um nome é conferido a um “possível futuro bebê”, que não deixa de ser uma entidade fictícia, um ser humano (ainda) existente apenas no mundo da imaginação (geralmente dos pais). Essa situação pode ser exemplificada por um enunciado como “quando o Brás nascer, vamos diminuir nossas cargas de trabalho” (enunciado proferido por pais ao planejarem o futuro, ainda antes da própria concepção do bebê).

pode ser recebido pela criança dias, meses ou até alguns anos após o nascimento – mas não no momento imediato do nascimento (PEDROSO, 2020). Pedroso (2020, p. 88) cita Reichel-Dolmatoff (1971) ao informar que “[t]ambém os Desana [...] não atribuem nome imediatamente ao nascimento. [...] [A] atribuição se dá quando a criança chega aos 3 anos de idade”. Entre os guarani, “nos tempos antigos, a revelação do nome dava-se por volta dos 2 anos de idade, mas hoje em dia ‘tem alguns que não querem esperar mais e dão nome bem antes’” (BORGES, 2002, p. 55).

2.2 Nomes mudam ou permanecem constantes

Para boa parte da população mundial, a atribuição de um nome revela o designativo pelo qual o indivíduo será conhecido por toda a sua vida – e até mesmo após a sua morte. No entanto, em diversas sociedades, a troca de nomes ao longo da vida é uma prática frequente. Os sistemas de registro civil de vários países têm se adaptado à necessidade de alteração de nomes próprios por pessoas que não se sentem identificadas pelo nome registrado, quando este, por exemplo, não condiz com sua identidade de gênero (BRAZ, 2018). Outra situação recorrente de alteração de nomes em muitas tradições é a adoção e/ou substituição de sobrenomes ao se casar. Cantarelli, Levandowski e Marin (2013) analisam esse fenômeno no Brasil à luz da alteração do Código Civil de 2002, que passou a permitir que “qualquer dos cônjuges [pudesse] escolher conservar o nome de solteiro ou adotar o sobrenome do outro” (CANTARELLI; LEVANDOWSKI; MARIN, 2013, p. 5) – diferentemente da legislação anterior, que, assimétrica (pois apenas as mulheres adotavam o sobrenome do marido), “significava uma afirmação do poder marital, da supremacia do varão, [...] em que a mulher ingressava *loco filiae* (como se fosse filha) na família do esposo” (p. 4).

Há, também, grupos humanos que alteram seus nomes em situações específicas, como os paresi, do grupo aruak, e os apocuva-guarani, que trocam de nome quando a saúde está em grave risco, pois, ao realizar essa troca, a doença permanece com o antigo nome e deixa o corpo do indivíduo⁸ (GONÇALVES,

⁸ “O doente, ao receber o novo nome, torna-se um novo ser” (GONÇALVES, 1992, p. 54). Esse costume é analisado em uma perspectiva intercultural por Fielding (2020).

1992). Já os tapirapé possuem pelo menos dois nomes durante suas vidas, sendo um deles o nome de infância, dado pela mãe quando nasce o filho – que é trocado pelo nome de adulto quando, no caso dos homens, começam a utilizar o estojo peniano (protetor do órgão sexual masculino) e, no caso das mulheres, após a primeira menstruação (GONÇALVES, 1992, p. 54).

Comunidades indígenas brasileiras que possuem contato com não indígenas normalmente realizam registros oficiais, como a emissão de documento de identidade. Segundo Borges (2002), comunidades guarani costumam dar pouca importância aos nomes em português, que, por essa razão, podem ser alterados sem muitas perturbações em caso de necessidade⁹. Isso se deve ao fato de não considerarem esse nome como o seu próprio: o verdadeiro nome é aquele revelado pelo rezador da comunidade e este só é alterado em situações de doença grave, como nos casos relatados anteriormente. O autor acrescenta que

[n]ão é raro encontrarmos guarani que, ao saudá-lo pelo nome, ele finja não ouvir e faça questão de não atender. De imediato, outros nos avisam que o seu nome foi mudado, ele agora possui um novo e se voltará apenas a este. No antigo nome todas as doenças e os eventuais feitiços ficam aprisionados; é urgente esquecê-lo o mais breve possível, a fim de que estes malefícios também desapareçam (BORGES, 2002, p. 56).

2.3 Nomes contêm elementos diferentes

Em um âmbito global, a diversidade de antropônimos existentes e suas combinações pode ser considerada infinita. Teoricamente, poderia-se utilizar quantos e quaisquer termos da língua, própria ou estrangeira, para atribuir um nome a alguém (ou a si próprio), como crianças ou novos integrantes do

⁹ “Os guarani de Itariri relatam uma divertida história sobre este assunto, segundo contam: quando o cacique foi retirar a segunda via do documento de identidade de parte da comunidade, ele simplesmente esqueceu do sobrenome de várias famílias do grupo, e rebatizou-os todos como ‘da Silva’ sem muita hesitação. E ainda hoje isso é motivo de troça entre os guarani de Itariri, não havendo qualquer tipo de represália em relação ao cacique, que também dá boas risadas quando esta história é relembrada” (BORGES, 2002, p. 56).

grupo. No entanto, os termos utilizados com tal finalidade variam de acordo com regras sociais e, ocasionalmente, são regulados por legislações. Bramwell (2016) aponta que 40% das sessenta sociedades analisadas por Alford (1988) usam apenas um nome (isto é, não empregam nenhum item adicional, como sobrenomes); 33% utilizam, também, nomes de família/sobrenomes e/ou patronímicos; 15% usam o nome do clã ou tribo; 12% usam, ainda, nomes sagrados. No sistema de nomeação mongol, por exemplo, é necessário ter apenas um nome, que deve ser diferente do nome de qualquer pessoa conhecida do nomeador (BRAMWELL, 2016). Bramwell cita Geertz (2008) para informar que, entre os balineses, os nomes são definidos a partir da junção arbitrária de sílabas, o que faz com que eles não carreguem significado algum e permite, assim, que haja infinitas possibilidades de designativos. Segundo o autor, essa é uma prática com função individualizadora, pois dá condições para que nomes raramente se repitam.

Os exemplos dos mongóis e dos balineses ilustram os inúmeros casos do que podemos chamar de *monomialidade* – isto é, a presença de apenas um termo como designativo dos indivíduos¹⁰. Casos em que os nomes incluem elementos adicionais que, de alguma forma, fazem referência a parentes, antepassados ou aos grupos aos quais os indivíduos pertencem são tratados a seguir.

¹⁰ “[Na tradição balinesa] os nomes pessoais são monômios e não indicam, portanto, as ligações familiares ou o fato de serem membros de qualquer tipo de grupo” (GEERTZ, 2008, p. 155). Quando há ausência de sensibilidade intercultural, a monomialidade pode gerar contratemplos – como na anedota a seguir, protagonizada por um pesquisador camaronês que tivemos a oportunidade de conhecer em Leiden. Conforme a tradição de seu grupo, seu nome contém apenas um item (suponhamos que fosse “João”). Para fins de registro civil, o nome de seu pai (digamos, “José”) teve de ser agregado ao seu, resultando em algo como “João José”. Em sua terra natal, ninguém o conhece por “José” (isto é, pelo nome do pai). No entanto, quando ele se mudou para os Países Baixos – onde é prática frequente se referir às pessoas, especialmente em contextos formais (como na universidade), apenas pelos seus sobrenomes –, João passou a ser chamado regularmente pelo nome do pai (via de regra antecedido por *meneer* ou *mister*, ou seja, “senhor”). Por já estar acostumado, “João” acha graça de ser conhecido como “Sr. José”, mas provavelmente nem todas as pessoas que passam por isso aceitam bem a situação.

2.4 Nomes se conectam, ou não, a parentes ou tribos

Segundo diversas tradições, o nome designado a alguém pode, de certa forma, conectá-lo a outros indivíduos. Frequentemente, observa-se em práticas de nomeação a transmissão de nomes próprios que fazem referência à ascendência do indivíduo – seja por meio do prenome, seja mediante o uso de sobrenomes. Um exemplo é o caso dos patronímicos e matronímicos, isto é, do uso dos prenomes do pai ou da mãe (ou, ainda, de outros antepassados) como base para a composição dos sobrenomes dos filhos. Os patronímicos e os matronímicos se diferenciam dos nomes de família por não serem passados continuamente de geração em geração, mas apenas de pai (ou mãe) para o/a filho/a, tendo como essência o prenome do/a genitor/a.

É possível observar o uso de patronímicos na Baixa Idade Média portuguesa¹¹: os filhos de um certo *Fernando Álvares*, por exemplo, receberam nomes como Rui *Fernandes*, Lourenço *Fernandes*, Álvaro *Fernandes* e Beringela *Fernandes*; os filhos de *Estevão Peres* se chamavam Gonçalo *Esteves*, Lourenço *Esteves* e Pero *Esteves* (GONÇALVES, 1999). Os próprios Fernando Álvares e Estevão Peres eram, provavelmente, filhos de pais com os prenomes Álvaro e Pero, respectivamente. Assim, a tradição baseava-se na adoção de um prenome e de um patronímico, sem o uso de um mesmo nome de família passado de geração em geração. Não é difícil constatar que essa tradição se alterou e que, na língua portuguesa, muitos patronímicos passaram a ser empregados como nomes de família¹², como é o caso dos sobrenomes portugueses “Álvares”, “Fernandes”, “Gonçalves”, “Rodrigues” e outros. O mesmo fenômeno ocorreu em outras línguas europeias, como no inglês: segundo Carvalhinhos (2007, p. 9), “[n]o caso do inglês houve o esvaziamento semântico como nos patronímicos em língua portuguesa, e encontramos formas como Peterson, Edson, Wilson (filho de *Peter*, *Ed* e *William*, respectivamente), entre outras” (itálicos no original).

¹¹ “[D]urante os tempos medievais, a avassaladora maioria dos portugueses usava, como identificativo pessoal, um patronímico” (GONÇALVES, 1999, p. 349).

¹² Gonçalves (1999) demonstra que o uso do patronímico na sua função própria (isto é, na função de identificar o nome do pai) começou a ser lentamente abandonado a partir de princípios do século XIV, como uma inovação vinda da população urbana.

Por outro lado, o uso de patronímicos se mantém vivo em inúmeras tradições, como na Islândia, onde o uso de nomes de família transmitidos de geração em geração é incomum. O nome de um certo Björn Björnsson, por exemplo, significa “Björn filho de (‘son’) Björn”; e o nome completo da famosa cantora e compositora Björk Guðmundsdóttir (conhecida internacionalmente apenas como Björk) significa “Björk filha de (‘dóttir’) Guðmundur”. Nessa tradição, existem também os matronímicos – e, em alguns casos, o nome pode ser composto por um patronímico e um matronímico juntos: é o caso do político Dagur Bergþóruson Eggertsson, isto é, “Dagur filho de Bergþóra (mãe) e Eggert (pai)”.

Em outras sociedades, dentre as quais na maioria daquelas ditas ocidentais, existe a figura do nome de família. Apesar de essa ser uma prática comum ao redor do globo, há, ainda, variações interessantes na composição dos nomes atribuídos aos filhos. No Brasil, o padrão mais comum (embora não absoluto) é a atribuição de um a quatro sobrenomes (geralmente dois) a um bebê, organizados de maneira que o(s) sobrenome(s) da mãe se posicione(m) logo após o prenome e o(s) do pai em seguida, aparecendo por último na ordenação (SILVA, 2019). Em algumas tradições, apenas o nome de família por parte do pai é transmitido, sendo abandonada a referência à família da mãe. Em outras tradições, ocorre o inverso. Isso influencia no comprimento dos nomes. Nós, autores deste artigo, somos exemplos de duas formas de composição ligeiramente diferentes: Lorenza Lourenço Carvalho (prenome + nome de família materno + nome de família paterno) e Evandro Landulfo Teixeira Paradela Cunha (prenome + nome de família materno 1 [mãe da mãe] + nome de família materno 2 [pai da mãe] + nome de família paterno 1 [mãe do pai] + nome de família paterno 2 [pai do pai]).

Outras formas de conexão com membros das comunidades são possíveis. Em comunidades kubo, o nome de espírito recebido normalmente provém de um integrante do grupo já falecido (PEDROSO, 2020). Além disso, os nomes definem relações hierárquicas nos grupos e podem ser atribuídos de acordo com interesses relacionados à demonstração de respeito a outros integrantes da comunidade.

2.5 Nomes são usados livremente ou são mantidos em segredo

Em muitas sociedades, o nome possui um grande poder e está atrelado ao indivíduo como uma parte de si, não sendo um simples designativo. É nesse sentido que maldizer o nome ou proferir feitiços por meio dele são atos que prejudicam seu portador. Entre os apapocuva-guarani, o nome possui um significado profundo e deve ser guardado em segredo para que não lhes seja feito mal. Por isso, é comum que parentes e padrinhos atribuam apelidos aos bebês para protegê-los, escondendo seus verdadeiros nomes (GONÇALVES, 1992).

No sistema sanumá-yanomami, uma criança pode ser chamada pelo seu nome pessoal até a puberdade. Quando atinge esse período da vida, o nome não mais pode ser proferido e é mantido em segredo (GONÇALVES, 1992). É a partir daí que se faz uso da tecnonímia, isto é, da prática de designar os pais usando como referência os nomes dos filhos¹³. Entre os sanumá, essa é uma prática comum quando os pais possuem filhos que ainda não atingiram a puberdade – afinal, os nomes deles ainda podem ser proferidos¹⁴. Interessantemente, prática idêntica (e pelos mesmos motivos) pode ser observada em grupos completamente não relacionados aos sanumá, como os balineses¹⁵ (GEERTZ, 2008).

Existem outros contextos em que o nome de uma pessoa é escondido apenas durante determinado período ou mantido em segredo em situações específicas. Durante guerras, é comum que agentes não divulguem seus nomes, adotando falsos designativos com o objetivo de ocultação da real identidade, desligando-os de suas origens (DIAMENT, 1986). A adoção de pseudônimos

¹³ A tecnonímia é uma prática relativamente comum em diversas sociedades e nem sempre está vinculada à manutenção dos nomes dos adultos em segredo. Sobre essa prática na cultura coreana, por exemplo, consulte Lee e Harvey (1973).

¹⁴ Além disso, entre os yanomami não se pode pronunciar o nome de uma pessoa em sua presença, pois ela passa a correr o risco de morrer (GONÇALVES, 1992).

¹⁵ “Se os nomes pessoais são tratados como se fossem segredos militares, os nomes da ordem de nascimento se aplicam principalmente às crianças e aos jovens adolescentes, e os termos de parentesco são invocados, quando muito, esporadicamente e apenas para fins de especificação secundária, então de que maneira a maioria dos balineses se dirige ou se refere uns aos outros? Para a grande massa do campesinato a resposta é: através de tecnônimos” (GEERTZ, 2008, p. 159).

também é uma prática comum em diversas culturas ao redor do mundo: amplamente utilizados em contextos artísticos, eles são nomes fictícios adotados como alternativa aos nomes reais, sendo inclusive amparados juridicamente em alguns países – sobretudo quando há a necessidade de se proteger uma vítima ou testemunha¹⁶ ou, em tribunais, um indivíduo que, ao ser julgado por seus crimes, corre risco de agressão (LUCOCK; YEO, 2006).

2.6 Mais considerações sobre formas de nomear humanos

Além dos aspectos descritos anteriormente, existem muitas outras características que podem ser levadas em consideração no universo antroponímico. Os estudos sobre a mudança de práticas nominativas ao longo do tempo, por exemplo, podem evidenciar importantes aspectos de variação cultural.

De acordo com Lusekelo e Muro (2018), os prenomes atribuídos a crianças nascidas nos últimos anos na cultura machame-chagga podem ser tradicionais (isto é, nomes típicos machame-chagga), em que as circunstâncias do nascimento influenciam na escolha do designativo; em kiswahili, língua franca na África Oriental; ou de orientação religiosa referente ao cristianismo ou ao islamismo. Os autores apontam que, atualmente, a terceira categoria é a mais frequente, o que demonstra uma mudança na preferência de escolha dos prenomes – afinal, antes do aumento do contato com povos cristãos e islâmicos e do estabelecimento de escolas formais, os nomes típicos machame-chagga eram os mais comuns. Esse processo de mudança exemplifica como o contato com outros costumes influencia as práticas nominativas e, segundo Lusekelo e Muro (2018), testemunha a dominação cultural sobre a comunidade machame-chagga. No entanto, os autores acrescentam que, mesmo havendo influências cristãs e islâmicas refletidas na atribuição dos prenomes, os machame-chagga mantêm a adoção dos sobrenomes nativos se referindo aos seus clãs.

¹⁶ No Brasil, a mudança de nome de testemunhas protegidas (e a conseqüente ocultação do nome previamente adotado, pelo menos em certos contextos) é regulamentada pela Lei Federal 9.807/99 e aplicada por meio do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (ROSATO, 2013).

Outro exemplo de mudança nas práticas de nomeação é descrito por Suzman (1994). A autora relata como essas práticas entre os zulu se alteraram com o passar dos anos em virtude de mudanças socioculturais nos grupos locais. Segundo a autora, os nomes próprios eram, tradicionalmente, reflexos de valores e atitudes de contextos sociais específicos e quem os escolhia possuía grande liberdade para isso. A nomeação era, inclusive, uma maneira de se expressar, comunicando sem provocar conflitos diretos na população. No entanto, com o passar do tempo, essas práticas foram sofrendo alterações, inclusive em relação ao personagem familiar que possuía o papel de nomeador. A cada geração, o aumento do contato com meios de comunicação de massa, educação formal e centros urbanos tem provocado mudanças de perspectiva e de interpretação do mundo, gerando, assim, alterações nas práticas de nomeação das comunidades, principalmente em regiões não rurais.

É importante compreender, também, que culturas são dinâmicas e passam constantemente por mudanças que não necessariamente ocorrem apenas por pressões externas:

qualquer sistema cultural está num contínuo processo de modificação. Assim sendo, a mudança que é inculcada pelo contato não representa um salto de um estado estático para um dinâmico mas, antes, a passagem de uma espécie de mudança para outra. O contato, muitas vezes, estimula a mudança mais brusca, geral e rápida do que as forças internas (LARAIA, 1986, p. 95-96).

Em diferentes países, além das tradições de atribuição de nomes, podem existir normas e leis que regem esse processo. Em Portugal, por exemplo, a legislação limita os nomes de bebês possíveis àqueles presentes em uma lista de nomes permitidos¹⁷. Em outros países, como na Alemanha, os nomes atribuídos devem deixar claro o sexo do indivíduo a ser registrado. No Brasil, assim como em muitos outros países, o ato de nomear é mais livre, com mínima interferência de normas oficiais – ainda assim,

¹⁷ Para mais detalhes sobre as práticas de atribuição de nomes em Portugal, consulte Santos e Santos (2017).

porém, os nomes não podem conter termos considerados ofensivos ou que possam levar constrangimentos futuros à pessoa. Essas regras definidas pelos Estados normalmente estão atreladas às tradições ou, por vezes, são impostas para que uma nova tradição seja criada. A dominação espanhola sobre as Filipinas alterou, em 1863, as práticas nominativas naquela colônia por meio de um decreto, o qual definia que todos os filipinos deveriam adotar sobrenomes de origem espanhola – assim, a metrópole obteria maior controle sobre os cidadãos da colônia (ELIZALDE, 2019). Hoje, de acordo com a autora, a grande maioria dos filipinos possuem sobrenomes espanhóis em função disso.

Por fim, vale a pena mencionar algumas das práticas de nomeação do povo akan, da África Ocidental. As crianças recebem um nome baseado no dia da semana em que nasceram. O nome “Kofi” (do diplomata ganês Kofi Annan, ex-secretário-geral da ONU), por exemplo, é atribuído a todos os bebês akan do sexo masculino nascidos em uma sexta-feira. Outra prática interessante é a adoção de nomes adicionais específicos para o primeiro (ou segundo, terceiro etc.) filho, para gêmeos, para o filho seguinte aos gêmeos, para o filho nascido após uma gestação longa, entre diversas outras situações (AGYEKUM, 2006). Uma situação curiosa é a atribuição de nomes “estranhos” a crianças cujas mães têm um histórico de perda de bebês anteriores: para evitar que o espírito da criança seja “chamado de volta para o outro mundo”, o bebê pode receber nomes considerados desagradáveis, como “lixo”, “escravo”, “bode”, “sem-terra”¹⁸, entre outros. Para mais particularidades sobre o notável uso de nomes de prevenção da morte entre os akan, consulte Obeng (1998).

Considerações finais

Diferentes perspectivas podem ser adotadas em um estudo onomástico. Ao se analisar os topônimos (isto é, nomes de

¹⁸ “O conceito de falta de terra implica que se esta criança agora escolhesse morrer, não haveria terra para seu enterro e, portanto, ela seria deixada a canibais” (no original: “*The concept of lack of land is to imply that if this child now chooses to die, there would be no land for its burial and it would therefore be left to the prey of cannibals*”) (AGYEKUM, 2006, p. 221, tradução nossa).

lugares) de determinada região, por exemplo, é possível evidenciar as características geográficas que permitem, de alguma forma, explicar a adoção desses topônimos pela população local; ou, ainda, os fatores históricos que desvendam a motivação por trás dos nomes atribuídos. Neste artigo, mostramos que uma perspectiva antropológica também é relevante para que o pesquisador possa relacionar as práticas de nomeação com a estrutura social e as relações interpessoais observadas na comunidade, dentro de uma concepção que pode ser chamada de “onomástica antropológica” ou “antropologia dos nomes próprios”¹⁹ (CHANDA, 2017). Conforme sugerem Suzman (1994) e Bramwell (2016), os estudos que se debruçam sobre aspectos culturais e sociais vinculados ao ato de nomear podem contribuir para o reconhecimento de diferenças culturais específicas entre grupos humanos e até mesmo para o entendimento de questões relacionadas a identidade.

É desnecessário dizer que, nestas poucas páginas, nosso objetivo não é esgotar o assunto. Em primeiro lugar, porque levamos em conta apenas um dos diversos âmbitos de estudo da onomástica: a antroponomástica. Não abordamos, por exemplo, a toponomástica, que, apesar de menos estudada sob uma perspectiva antropológica (GONZÁLEZ FARACO; MURPHY, 1997), também expõe tradições e outras características culturais das sociedades, já que a adoção de nomes de lugares raramente é arbitrária²⁰. Deixa-

¹⁹ Entendemos que o termo “onomástica antropológica” se refere a uma abordagem mais vinculada à tradição dos estudos onomásticos, ao passo que a designação “antropologia dos nomes próprios” se aproxima mais do pensamento antropológico em si.

²⁰ A título de exemplo, mencionamos duas situações interessantes relacionadas à toponomástica: (1) os araweté seguem regras variadas de nomeação das aldeias: segundo um vegetal ou árvore; utilizando uma frase que descreve uma ação; com base em uma descrição histórica ou geográfica do local; ou a partir do nome de uma pessoa, normalmente um integrante do grupo que veio a falecer no local (VIVEIROS DE CASTRO, 1986). A relação com os mortos, inclusive, muitas vezes define a mobilidade do grupo. Quando integrantes morrem, os araweté podem se deslocar para uma nova aldeia e atribuir à antiga o nome do último falecido. Viveiros de Castro (1986, p. 173) aponta que “[v]ê-se, assim, que o espaço geográfico é integralmente investido pela memória coletiva, e notadamente pela memória da morte de membros da tribo”; (2) um fenômeno relativamente comum em diversas sociedades é o da toponímia transplantada, isto é, a utilização de topônimos já existentes, por vezes ligeiramente modificados, para nomear outros locais. Nascentes (1960, p. 102) atribui esse fenômeno à “saudade da terra natal”. Muitas vezes, topônimos transplantados recebem o modificador “novo” para

mos de considerar, além disso, a atribuição de nomes comerciais e institucionais, de nomes de animais, de nomes de personagens fictícios, entre tantos outros que também podem ser estudados a partir de uma perspectiva intercultural (HOUGH, 2016). Em segundo lugar, porque nosso propósito, ao apresentar considerações sobre alguns casos ilustrativos, é introdutório. Nossa intenção é contribuir, de maneira geral, para a promoção de um pensamento que leve em consideração diferenças entre práticas, processos e estruturas sociais nos estudos onomásticos no Brasil, trazendo para o público de estudiosos do léxico algumas das discussões que interessam tanto à onomástica quanto à antropologia – mas, sobretudo, à interseção entre essas duas áreas.

Referências

- AGYEKUM, K. The sociolinguistic of Akan personal names. **Nordic Journal of African Studies**, v. 15, n. 2, p. 206-235, 2006. Disponível em: <https://njas.fi/njas/article/download/24/16>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- ALFORD, R. D. **Naming and identity: a cross-cultural study of personal naming practices**. New Haven: HRAF, 1988.
- ALMEIDA, L. C. S. de. Contribuições da Semiótica aos estudos toponímicos: estudo de caso dos topônimos das comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus. **Domínios de Linguagem**, v. 7, n. 1, p. 160-184, 2013. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL13-v7n1a2013-9>
- BORGES, P. H. P. Sonhos e nomes: as crianças Guarani. **Cadernos CEDES**, v. 22, n. 56, p. 53-62, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622002000100004>
- BRAMWELL, E. S. Personal names and anthropology. In: HOUGH, C. (ed.). **The Oxford handbook of names and naming**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 263-279. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199656431.013.29>
- BRAZ, C. “Eu já tenho nome” – itinerários de homens trans em busca de respeito. **Revista Habitus - Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 16, n. 1, p. 162-176, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v16i1.6367>

deixar clara essa referência: Nascentes (1960, p. 102) informa que “[e]xistiu uma Nova-Espanha, o México atual, uma Nova-Inglaterra, a New-England, uma Nova-França, o Canadá, uma Nova-Holanda, a Austrália”, e Cordeiro, Lourenço e Cunha (2021) demonstram o uso desse modificador na toponímia transplantada de origem italiana no Brasil.

CANTARELLI, A. L. C.; LEVANDOWSKI, D. C.; MARIN, A. H. “Eu não alterei o meu nome”: o que dizem as mulheres sobre o não acréscimo do sobrenome do marido/parceiro no casamento ou união estável. **Pensando Famílias**, v. 17, n. 1, p. 13-16, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v17n1/v17n1a02.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021.

CARVALHINHOS, P de J. As origens dos nomes de pessoas. **Domínios de Linguagem**, v. 1, n. 1, 2007. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL1-v-1n1a2007-9>

CHANDA, V. M. Issues in the linguistics of onomastics. **Journal of Lexicography and Terminology**, v. 1, n. 2, p. 67-106, 2017. Disponível em: <https://journals.unza.zm/index.php/jlt/article/view/60>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CORDEIRO, M. J.; LOURENÇO, L.; CUNHA, E. L. T. P. Toponímia transplantada de origem italiana no Brasil: o caso do modificador “novo”. **Calígrama: Revista de Estudos Românicos**, v. 26, n. 1, p. 69-94, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2238-3824.26.1.69-94>

DIAMENT, H. Dangerous christenings: the case of code names of French secret agents in the Second World War. **Names: A Journal of Onomastics**, v. 34, n. 1, p. 30-47, 1986. DOI: <https://doi.org/10.1179/nam.1986.34.1.30>

DUTHIE, L. Western names for Chinese identities: the acquisition and use of Western personal names among Chinese business professionals in foreign-invested corporations. **Asian Anthropology**, v. 6, n. 1, p. 53-80, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/1683478X.2007.10552569>

EDWARDS, R. What’s in a name? Chinese learners and the practice of adopting ‘English’ names. **Language, Culture and Curriculum**, v. 19, n. 1, p. 90-103, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/07908310608668756>

ELIZALDE, M. D. Lengua y dominio colonial. In: SECO, M. M. (coord.). **Del siglo XIX al XXI**. Tendencias y debates: XIV Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2019. p. 1591-1604. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/96250/1/XIV-Congreso-Asociacion-Historia-Contemporanea_00-1591-1604.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

FIELDING, R. “A change of name during sickness”: surveying the widespread practice of renaming in response to physical illness. **Names: A Journal of Onomastics**, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/00277738.2020.1852067>

GEERTZ, C. Pessoa, tempo e conduta em Bali. In: GEERTZ, C. (ed.). **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 149-183. Original em inglês (de 1966) disponível em: http://hypergeertz.jku.at/Geertz-Texts/Person_Time_Conduct.htm. Acesso em: 28 fev. 2021.

GONÇALVES, I. Do uso do patronímico na Baixa Idade Média portuguesa. In: BARROCA, M. J. (coord.). **Carlos Alberto Ferreira de Almeida**: in

memoriam. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. v. 1, p. 347-363. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3190.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

GONÇALVES, M. A. Os nomes próprios nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, n. 33, p. 51-72, 1992. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-33/430-os-nomes-proprios-nas-sociedades-indigenas-das-terras-baixas-da-america-do-sul/file>. Acesso em: 22 fev. 2021.

GONZÁLEZ, F. J. Carlos; MURPHY, M. D. Street names and political regimes in an Andalusian town. **Ethnology**, v. 36, n. 2, p. 123-148, 1997. DOI: <https://doi.org/10.2307/3774079>

HOUGH, C. (ed.). **The Oxford handbook of names and naming**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

KING, S. L.; JANIK, V. M. Bottlenose dolphins can use learned vocal labels to address each other. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 110, n. 32, p. 13216-13221, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.1304459110>

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LAWSON, E. D. Personal naming systems. In: HOUGH, C. (ed.). **The Oxford handbook of names and naming**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 169-198. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199656431.013.31>

LEE, K.-K.; HARVEY, Y. K. Teknonymy and geonymy in Korean kinship terminology. **Ethnology**, v. 12, n. 1, p. 31-46, 1973. DOI: <https://doi.org/10.2307/3773095>

LUCOCK, C.; YEO, M.. Naming names: the pseudonym in the name of the law. **University of Ottawa Law & Technology Journal**, v. 3, n. 1, p. 53-108, 2006. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=999675>. Acesso em: 19 fev. 2021.

LUSEKELO, A.; MURO, L. P. Naming practices in contemporary Machame-Chagga culture. **International Journal of Modern Anthropology**, v. 2, n. 11, p. 64-83, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.4314/ijma.v2i11.3>

NASCENTES, A. A saudade portuguesa na toponímia brasileira. **Revista Letras**, v. 11, p. 102-107, 1960. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v11i0.19903>

OBENG, S. G. Akan death-prevention names: a pragmatic and structural analysis. **Names: A Journal of Onomastics**, v. 46, n. 3, p. 163-187, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1179/nam.1998.46.3.163>

OLIVEIRA, F. Semântica. In: FARIA, I. H.; PEDRO, E. R.; DUARTE, I.; GOUVEIA, C. A. M. (org.). **Introdução à linguística geral e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1996. p. 333-379.

PEDROSO, D. R. A potência do nome: política onomástica no rio Uaupés (AM). **Campos**, v. 1, n. 1, p. 85-112, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/cra.v21i1.70269>

REICHEL-DOLMATOFF, G. **Amazonian cosmos**: the sexual and religious symbolism of the Tukano indians. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

ROSATO, C. M. Subjetividades ameaçadas: mudança de nome de testemunhas protegidas. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 18, n. 2, p. 269-276, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2013000200012>

SANTOS, A. L.; SANTOS, A. C. O nome que não ousa dizer da intimidade – um estudo exploratório sobre nomeação. **Antropologia Portuguesa**, n. 34, p. 7-27, 2017. DOI: http://doi.org/10.14195/2182-7982_34_1

SAUSSURE, F. de. **Cours de linguistique générale**. Publicado por Charles Bally e Albert Sechchaye. Lausanne/Paris: Payot, 1916.

SEABRA, M. C. T. C. de. Referência e onomástica. In: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (org.). **Múltiplas perspectivas em lingüística**. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 1953-1960. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

SILVA, J. P. da. Os sobrenomes na antroponímia e na genealogia. **Revista Philologus**, n. 75, p. 2516-2537, 2019. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO25/75supl/181.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

SUZMAN, S. M. Names as pointers: Zulu personal naming practices. **Language in Society**, v. 23, n. 2, p. 253-272, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4168516>. Acesso em: 20 fev. 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Araweté**: os deuses canibais. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

O léxico toponímico da região de imigração alemã do Rio Grande do Sul: notas sobre a sua toponímia paralela

Fernando Hélio Tavares de Barros
Universidade do Estado de Mato Grosso

Lucas Löff Machado
Universidade Federal de Pelotas

Introdução

Este trabalho¹ tem como propósito apresentar reflexões sobre o léxico toponímico da Região Colonial de Imigração Alemã do Rio Grande do Sul (doravante RCIA) localizada entre os vales dos rios dos Sinos, Caí, Taquari, Pardo e Jacuí. Em específico, trataremos de nove topônimos (doravante top) em língua alemã utilizados na denominação de comunidades marcadas pelo contato do português regional gaúcho com o alemão, essa última como língua de imigração falada no Brasil em suas diversas variedades. Os referidos designativos geográficos são compostos por diferentes acidentes, já que é constante na toponímia de fala alemã do Rio Grande do Sul a presença do nome de significado básico e do nome específico, como p. ex. *Teewald*, (*Tee* ‘chá’/*Wald* ‘mato, floresta’), Santa Maria do Herval. No centro do nosso interesse está ainda o fenômeno da toponímia paralela. Por **toponímia paralela**, entende-se o fenômeno da coexistência de duas ou mais denominações para um mesmo lugar²

¹ Este estudo é fruto de um trabalho realizado dentro de uma rede de pesquisadores de universidades alemãs (Gabriel Schmitt, mestrando na Universidade Erlangen-Nürnberg) e brasileiras (UNEMAT; UFPel) que tem como objetivo a produção de um dicionário toponímico da língua alemã no Rio Grande do Sul.

² “Se dit de deux ou plusieurs choronymes différents qui désignent un même lieu.

(DORION e POIRIER, 1975), sendo no caso da toponímia de fala alemã, na maioria das vezes, um top de uso local interno ao grupo e presente na oralidade e um top oficial, esse último, geralmente, em português.

Para tanto, apresentamos, primeiramente, a região em estudo, seus aspectos históricos, linguísticos e geográficos. Posteriormente, apresentamos os procedimentos metodológicos e o *corpus* considerado neste estudo, seguido de exemplos de top em forma de fichas toponímicas, nas quais enfocamos dados linguísticos e extralinguísticos das formas em questão.

1 A região de imigração alemã do Rio Grande do Sul do Vale dos Sinos ao Rio Jacuí (RCIA)

Com fronteiras políticas que conferem ao local o formato de losango, o Rio Grande do Sul é o estado mais sulino do Brasil. Os dois principais sistemas fluviais dessa região são separados por uma cadeia de montanhas, deixando o rio Uruguai e seus afluentes de um lado e o rio Jacuí e a Lagoa dos Patos, de outro (ROCHE, 1969).

Em 1700, o Continente de Rio Grande de São Pedro, como anteriormente nomeado o atual Rio Grande do Sul, era um território de domínio espanhol e desejado pela coroa portuguesa. Posteriormente, em 1738, esse espaço “junto com Santa Catarina, passou a formar a capitania do Rio Grande de São Pedro” (DURÁN ROCCA, 2009, p. 86) sob controle lusitano. Três grupos indígenas já habitavam essa região: os guaranis, os gês e os guaicururus.³ A ocupação do lugar passou a ser uma necessidade para garantir as posses dessas terras em contraposição à ameaça vizinha,

Lorsque les choronymes parallèles ont un caractère officiel, on parle de noms alternatifs [...]. Mais, plus fréquemment, c'est l'usage qui consacre une ou plusieurs appellations vernaculaires qui sont différentes du choronyme officiel.” (DORION; POIRIER, 1975, p. 105).

³ “O território sul-rio-grandense estava habitado por três grupos indígenas: os guaranis (caagás, guaianás, aranchanes), os gês (botocudos, bugres, caingangues ou coroados) e os guaicururus (jarros, guérios, charruas, minuanos e tapes)” (DURÁN ROCCA, 2009, p. 88).

a coroa espanhola. A partir de então, implantou-se uma política de concessão de terras, em particular, as sesmarias, a abertura de vias de comunicação e o estabelecimento de aglomerados urbanos. A ocupação luso-brasileira intensificou-se nessa província com a chegada de elemento humano vindo do litoral de Santa Catarina e de São Paulo, sendo nesse período que ocorre a ocupação de grande parte dos campos de Viamão e Tramandaí (a partir de 1730). A partir de 1747, a vinda de casais imigrantes açorianos e portugueses de diversas regiões de Portugal continental contribui para, portanto, acelerar o surgimento de vários núcleos urbanos no litoral gaúcho e em seu interior, nas margens do rio Jacuí, Caí, Pardo e Taquari.⁴ Essa camada de ocupação deixa fortes marcas na toponímia regional.⁵

A partir de 1824, com a política imigratória incentivada pelo governo imperial brasileiro, desembarcam no Rio Grande do Sul as primeiras famílias de imigrantes de origem alemã. A imigração alemã prossegue até o século XX, quando é oficialmente interrompida durante a Segunda Guerra Mundial, e é responsável por ocupar toda a região que vai desde os vales ao pé da Serra Gaúcha até as margens do rio Sinos, Caí, Taquari, Jacuí, Pardo, Pardinho e seus afluentes (Roche 1969).

A partir de 1875, chegou ao local uma grande leva de imigrantes italianos (em particular da Itália setentrional), para ocupar as regiões montanhosas do nordeste do Rio Grande do Sul, constituindo colônias vizinhas às da região de imigração de fala alemã. Outros contingentes de imigrantes (poloneses, russos, espanhóis, japoneses, suecos, holandeses, entre outros), de menor expressão demográfica, também desembarcam nesse território, fazendo do Rio Grande do Sul um verdadeiro caldeirão linguístico-cultural.

⁴ Esse parágrafo é baseado em Durán Rocca (2009).

⁵ Eis o caso da capital Porto Alegre, cujo o antigo nome era *Porto dos Casais*, em homenagem aos casais de açorianos. Cabe também citar, a localidade de *Rincão dos Ilhéus*, atualmente, bairro de Estância Velha-RS, lugar onde se assentaram em 1822 nove casais de açorianos (ver IBGE Cidades) e por essa razão, Rincão dos Ilhéus. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/estancia-velha/historico>. Acesso em: 5 abr. 2021.

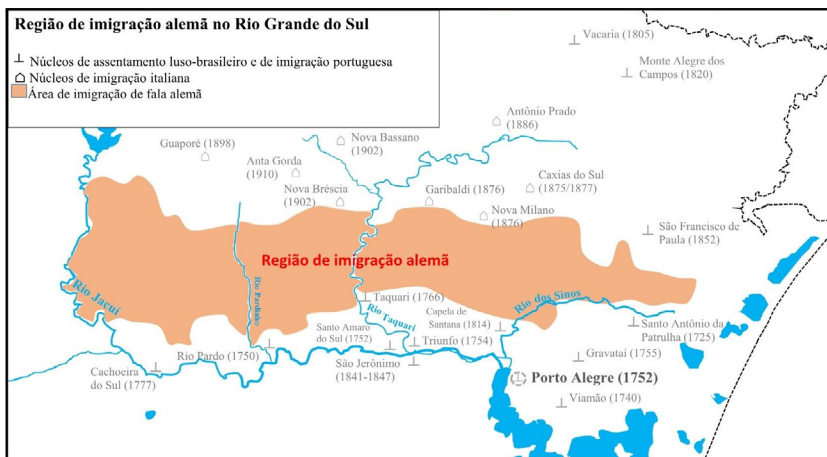
2 Papel do contato linguístico na toponímia sul-rio-grandense

A RCIA tem como característica principal a história de contato linguístico do português com variedades do alemão como língua de imigração. Esse português está tanto no lugar de prestígio de língua oficial como também no de língua regional, ou seja, o português gaúcho, pleno em suas particularidades e nuances dialetais. Notoriamente, para atentar à questão das línguas em contato, é necessário mencionar as variedades dialetais imbricadas.

O português falado nas margens dos rios Caí, Sinos, Taquari, Pardo e Jacuí tem suas raízes, primeiramente, no assentamento de luso-brasileiros (paulistas e catarinenses do litoral) e de portugueses do continente e ilhéus (dos Açores e da Madeira). Esses indivíduos chegaram a partir do século XVIII, quando toda essa região de vales era ocupada pelos povos kaingang e guarani, culturas que, por meio do contato com o elemento lusitano, deixaram importante legado na toponímia sul-rio-grandense (FURTADO, 1969). Esse português regional também é permeado pelo passado colonial escravocrata, com a presença de: quilombos, como remanescentes dessa cultura afro-brasileira; influências linguísticas vindas da fronteira, inseridas no contexto contatual do português com o espanhol; rotas do tropeirismo, interligando o Rio Grande do Sul com o Uruguai, São Paulo e as Minas Gerais; e, por último, diversas variedades de línguas vindas com contingentes de imigrantes não falantes do português (alemães, italianos, poloneses, austríacos, holandeses, japoneses, franceses entre outros), que agregaram imensa riqueza ao português falado no Rio Grande do Sul.

O mapa a seguir mostra, em específico, a região de imigração alemã, foco deste estudo, situada entre os vales do Sinos, Caí, Taquari, Pardo e Jacuí.

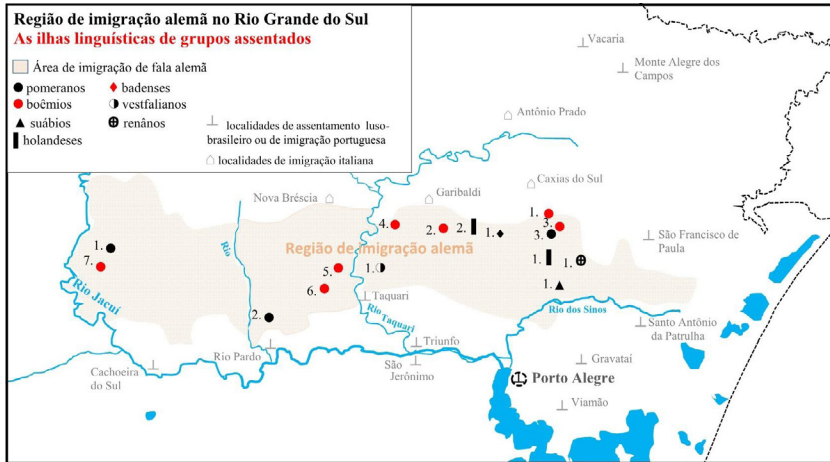
Figura 1: Mapa da região de imigração alemã no RS



Fonte: IBGE Cidades, 2010 (Adaptado).

O período oficial de imigração alemã no Rio Grande do Sul completará 200 anos em 2024. Dentro dessa larga região, a história da imigração é marcada pela chegada de imigrantes de diferentes territórios de fala alemã. Nesse contexto, vieram grupos diretamente do território da Prússia, estado no norte da atual Alemanha e parte da Polônia, existente até a primeira metade do século XX, como grupos de origem franco-moselana, franco-renana e pomerana. Já no fim do século XIX e início do século XX, ocorreram movimentos migratórios vindos de outros contextos, onde o alemão era falado como língua minoritária, é o caso de grupos alemães e menonitas vindos do Império russo. A transmissão dessas variedades manteve-se durante gerações, de modo que elas ainda são faladas na RCIA (ALTENHOFEN; MORELLO *et al.* 2018). O mapa abaixo ilustra uma parcela considerável desses grupos.

Figura 2: Grupos de fala germânica da RCIA (entre os vales do Sinos e Jacuí)



Fonte: Cunha (1978), Prediger (2019), Horst (2014), Rabuske (1980); Portal Luteranos (Adaptado).

● Pomeranos

- 01. – Localidade Linha dos Pomeranos – Agudo/RS
- 02. – Localidade de Sinimbu – Santa Cruz do Sul/RS
- 03. – Nova Petrópolis/RS

▲ Suábios

- 01. – Localidade Travessão, em ale. Local Schwabenschneis – Dois Irmãos/RS

● boêmios

- 01. – Localidade Linha Boêmios – Nova Milano, distrito de Farroupilha/RS
- 02. – Localidade Linha Brasil, em ale. Local Esstereich / Österreich – Paverama/RS
- 03. – Localidade Linha Brasil e Linha Imperial - Nova Petrópolis/RS
- 04. – Localidade Arroio da Seca, em ale. local Ober- e Unnersegge – Colinas e Imigrante/RS
- 05. – Localidade Vale do Sampaio, em ale. local Mato Leitão e Santa Clara/RS
- 06. – Localidade Linha Isabel – Venâncio Aires/RS
- 07. – Localidade Linha Nova Boêmia, em ale. local Böhmental – Agudo/RS

▬ Holandeses

- 01. – Localidade Picada Holanda – Picada Café/RS
- 02. – Localidade Linha Francesa – Barão/RS

SVestfalianos

- 01. – Localidades Berlin, Colinas, Teutônia

◆ Badenses

- 01. – Localidade Linha General Neto, em ale. local Badensertal, Tupandi/RS⁶

⊕ Renanos

- 01. – Nova Renânia, Santa Maria do Herval/RS

⁶Badenserberg – Em si, Morro dos Badênios ou Badenses. Passou, porém, ao nome

Sabe-se, ainda, que outros povos de fala alemã, como holandeses (LAROQUE; WEIZENMANN; SCHAEFFER, 2019), suíços, franceses, austríacos (HABEL, 2017)⁷ etc. também estavam presentes na onda imigratória que chegou a essa área, assim como italianos, povos eslavos e japoneses, que desembarcaram no Rio Grande do Sul após 1875 e que, por meio da migração direta ou interna, se estabeleceram nesse contexto.

No que tange às variedades de alemão faladas na RCIA, o Hunsrückisch (port. hunsriqueano) é a que tem maior número de falantes, ao lado do pomerano (ROSENBERG, 2018). Essa variedade tem suas raízes no Hunsrück, uma cadeia de montanhas situada no sudoeste da Alemanha na província da Renânia, sendo considerada uma variedade caracterizada como *koiné* dialetal, advinda do contato de dois grupos dialetais da língua alemã: o francônio-moselano e o francônio-renano com o português do Rio Grande do Sul (ALTENHOFEN, 1996), bem como do resultado de nivelamento linguístico entre diferentes grupos migratórios.

Em contato com o Hunsrückisch, encontram-se outras variedades: o Westfälisch ou o vestifaliano (HORST, 2014), o pomerano (BENDER, 2016; PREDIGER, 2019; DAMKE, 1997), o boêmio e o suábio, que coexistiram com a *koiné* hunsriqueana (HABEL, 2017; PREDIGER, 2019). Sabe-se que outros grupos de imigrantes se assentaram nessa região (holandeses, suíços, franceses, austríacos, eslavos, japoneses, entre outros). Os casos de toponímia paralela presentes nessa grande região se inserem, portanto, numa situação de contato multifacetada.

3 Aspectos teóricos: a onomástica e o estudo de nomes de lugares

Entendida como a ciência linguística que se ocupa do estudo dos nomes próprios, essa disciplina se divide, tradicionalmente,

de Linha General Neto. Existe também o *Badensertal*. Denotam estes nomes a procedência de colonos de Baden ou da Badênia alemã” (RABUSKE, 1980, p. 406).

⁷ É o caso do topônimo *Eesterreich* ‘Áustria’ (pt. top Linha Brasil) registrado por Habel na mesma localidade, para onde migraram grupos boêmios por volta de 1873 (cf. HABEL 2017, p. 27).

em algumas vertentes, sendo duas as principais: a primeira dos estudos dos nomes de pessoas (prenomes, nomes de família e pseudônimos), chamada Antroponomástica, e a segunda dos nomes de lugares, a chamada Toponomástica, conhecida, também, por Toponímia. Nosso objeto de pesquisa se inclui, no entanto, no segundo campo investigativo. No Brasil, nosso estudo alinha-se aos que relacionam o nome de lugar ao advento da imigração, em particular, aos que seguem os pressupostos metodológicos estabelecidos por Dick (1990). Neste trabalho, seguimos seu sistema de nomenclatura, o qual guia-se pela motivação toponímica das formas. Por motivação, compreende Dick (1990) não apenas o estímulo etimológico, ou seja, as características internas, senão o seu valor semântico, ou seja, características externas (DICK, 1990, p. 17). Assim, Dick (1990) categoriza as motivações toponímicas (semântica) em dois grandes grupos: motivações antropoculturais e geográficas. Não obstante, encontram-se diversas propostas, de acordo com a tradição científica de cada contexto e pesquisa (NÜBLING *et al.*, 2015).

Boa parte da região dos vales do Sinos até o Jacuí tem como principal característica o bilinguismo societal, sobremaneira o alemão com o português regional. Esse caráter bilíngue se reflete na constituição dos nomes de lugares, sendo um dos fatores que condiciona o surgimento de um fenômeno conhecido na literatura por **toponímia paralela**, definida como situação em que um mesmo lugar é denominado por dois ou vários nomes, simultaneamente (DORION; POIRIER, 1975). Os autores Dorion e Poirier (1975) dizem que a expressão toponímia paralela é utilizada, geralmente, para caracterizar a situação de regiões em que acidentes geográficos são, de maneira frequente, designados de duas ou mais formas denominativas, conforme a língua dos habitantes.⁸

A existência de múltiplas denominações para o mesmo referente geográfico pode ser observada na oralidade. Em nossos dados, porém, encontramos relatos históricos ou descrições que atestam uma mudança em tempo aparente. Esse é o caso de

⁸ “On utilise l’expression ‘choronymie parallèle’ pour caractériser la situation de régions dont les accidents géographiques sont souvent désignés de deux ou plusieurs manières différentes, selon la langue des habitants” (DORION; POIRIER, 1975, p. 105).

Jammertal (*Jammer*“lamento”/*Tal*“vale”), o qual, segundo Müller (1999), é antiga denominação da atual comunidade de Cerro do Baú. Pesquisas futuras podem, portanto, constatar se, entre os membros da comunidade, a forma em alemão ainda é usada.

Até o presente estudo, temos seguido os princípios teóricos estabelecidos por Dick (1990). Seu trabalho contribui de modo amplo para a descrição tanto de aspectos estruturais quanto socioculturais dos topônimos (p. ex. “categorias motivadoras”). Seu aporte toponomástico contribui, ainda, para a investigação de “estratos lexicais presentes no português do Brasil” (DICK, 2007, p. 154). Nesse quadro, seu trabalho permite uma compreensão holística da construção do espaço geossocial brasileiro por meio da língua. Em seus estudos, a autora trata além da toponímia autóctone e da sua relação com o português, da influência das línguas de imigração no português. Para além de Dick, cabe salientar a inserção deste tema na área de toponomástica colonial (STOLZ; WARNKE, 2018), cujo trabalho analisa formas toponímicas em contextos de contato entre línguas europeias e elementos locais em diferentes continentes.

No presente estudo, serão exemplificadas, sobretudo, taxonomias de motivação antropocultural como etnotopônimos (*Portugieser*“português(es)”, *Hamburger* “hamburguês(es)”), hierotopônimos (*Teufel*, “Diabo”) e animotopônimos (*Jammer*, “Lamento”). Todavia, encontram-se também taxonomias de natureza física como fitotopônimos (*Tee*“chá”) e zootopônimos (*Tiger*“tigre”). O segundo termo costuma ser um acidente.

4 Análise: a toponímia em língua alemã

A toponímia em língua alemã apresenta uma particularidade em sua forma. Grande parte dos top já documentados e da seleção ora apresentada caracteriza-se por um composto, cuja estrutura apresenta a justaposição de duas raízes. Enquanto o primeiro constituinte pode ter motivações semânticas variadas, o segundo configura-se como um acidente e carrega na maioria das vezes uma motivação geográfica. Essa particularidade parece ser recorrente no patrimônio toponímico em língua alemã também fora da

Alemanha. Nesse sentido, a estrutura dos presentes dados se assemelha à toponímia colonial alemã descrita por Stolz e Warnke (2018) com base em topônimos encontrados nas colônias africanas (leste da África, Camarões, Togo) bem como no Oceano Pacífico.

Acidentes (geográficos) em língua alemã, sejam produzidos pela ação humana como nas aberturas de picadas (al. *Schneise*) ou de natureza física (*morro, rio* etc.) constituem uma quantidade considerável do repertório toponímico local. Uma forma emblemática é o acidente *Schneise* que, no seu sentido apelativo original, na Alemanha, denota “os caminhos que cortavam a floresta em áreas regulares no sentido de facilitar a derrubada e o transporte de árvores” (RELLY, 2019, p. 151), e que, no contexto de imigração, passou a denominar a via, ao longo da qual os imigrantes se estabeleceram e circulavam. Esse é o caso de *Baumschneis*⁹ “Picada da família Baum”, o qual é utilizado paralelamente ao denominativo oficial *Dois Irmãos-RS*, anteriormente *Linha Grande de São Miguel dos Dois Irmãos*. Na tabela abaixo, pode-se visualizar constituintes do alemão e do português encontrados nos dados até aqui¹⁰.

Quadro 01: Acidentes físicos e humanos recorrentes na RCIA em língua alemã e portuguesa

Acidentes					
ale.	port.	ale.	port.	integ. ale. ¹¹	port.
Schneise	Picada	Berg	Montanha	Pikad	Picada
Strasse	Rua	Loch	Buraco	Linie	Linha
Bach	Arroio	Wald	Mato		
Tal	Vale	Land	Terra		
Hof	Pátio	Winkel	Ângulo		
Eck	Canto, rincão, recanto, etc.	Viertel	Quadra		
Stadt	Cidade	Pick	Pique, picada		

Fonte: Elaborado pelos autores.

⁹ “cremos que a versão mais corrente seja ou deveria ser a de *Schneis*. Existem, porém, as variantes de *Schneis*, *Schneiß* (com *eszet* final), *Schneisse*, *Schneiße*, *Schneitz* (na pronúncia dialetal até *Schneetz*), *Schneize* e até *Schneids*. Nota-se que encontramos tudo isso impresso em textos alemães nossos, excetuando-se *Schneetz*” (RABUSKE, 1980, p. 398).

¹⁰ Os dados provêm dos estudos já realizados por historiadores e estudiosos da imigração alemã, entre eles Fischer (2005); Staub (1983); Rabuske (1980); Barsewisch (1908); Barsewisch (1905).

¹¹ Acidente do português integrado ao alemão local.

O material destes acidentes pode ser em língua alemã (*Schneise*) ou lusismos germanizados (*Pikade* “picada” ou *Pick* “pique”, *Linie* “linha”). Representando este último caso temos hibridismos com diferentes graus de integração do elemento luso expressos na grafia (*Rettungspikade* “picada da salvação” ou *Linie Schwerin* “linha Schwerin”, (STAUB, 1983, p. 186), ainda que no âmbito da competência linguística, possivelmente, os termos do português já sejam considerados pelos falantes locais palavras do alemão (*Linha* → *Linie*).

Os acidentes de motivação antro-po-cultural como *Schneise*, *Straße*, *Pikade* e *Linie* são os mais frequentes e designam inicialmente a “pequena comunidade colonial, povoado e distrito (ou parte dele)” (RABUSKE, 1980, p. 398). Inicialmente, a forma *picada* refere-se à espécie de caminho que era aberta nas colônias alemãs (DREHER, 2013) e, posteriormente, à comunidade mesma (p. ex. *Picada Café*, *Picada Verão* e *Picada Cará*). Segundo Staub (1983), *picada* e *linha* são as formas do português equivalentes ao alemão *Schneise*, a qual se encontram, sobretudo, na área em torno de São Leopoldo, porém em menor quantidade na área da Santa Cruz do Sul. Enquanto a primeira foi colonizada já a partir de 1824, a segunda área recebeu os primeiros imigrantes a partir de 1848 (STAUB, 1983, p. 186). O empréstimo de *picada* está registrado em cartas privadas escritas em alemão já no ano de 1858 (ALTENHOFEN; STEFFEN; THUN, 2018, p. 110). A atual equivalência entre *Schneise* e *Linie* ou *Pikade* é atestada por Tavares de Barros (2019), com base em comentários dos falantes de hunsriqueanos: 18 localidades de um universo de 41 consideram sinônimas as respectivas palavras.¹²

Com relação à distribuição diatópica desses acidentes, pode-se afirmar uma concentração da forma *Schneise* na região de São Leopoldo, ou seja, nos vales do Rio Caí, Cadeia e dos Sinos (STAUB, 1983, p. 186; RABUSKE, 1980, p. 398). Essa observação é corroborada por Tavares de Barros (2019), cuja análise revela o conhecimento da lexia *Schneise*, sobretudo, nos vales do Caí e Sinos, enquanto no restante dos pontos se sobrepõe a forma *picada*. Já o lexema *Straße* encontra-se, segundo Barsewisch (1905,

¹² Trata-se de uma pergunta de direção onomasiológica, a qual apresenta duas variantes conforme o inquiridor da respectiva entrevista: “como se chama o caminho que se abre na floresta?” ou “o que os primeiros imigrantes faziam para abrir o caminho na floresta?” (tradução nossa do alemão).

p. 140), significativamente, na região meridional da RCIA, onde estão estabelecidos de forma mais acentuada grupos pomeranos.

Uma série de acidentes denomina, hoje, objetos tanto de natureza física quanto humana (com exceção de *Fels* “Rocha” ou *Wasserfall*, “cascata”). Assim, o acidente *rio* passa a integrar o repertório lexical de imigrantes da antiga colônia Santa Cruz, atual município de Sinimbu, bem como seu patrimônio onomástico, à medida que o Rio Pardino passa a ser chamado *Kleiner Rio* “rio pequeno”. Hoje, temos o topônimo híbrido *Kleiner Rio* designando tanto o objeto fluvial quanto a comunidade de *Kleiner Rio* (pt. Rio Pequeno) (MÜLLER, 1999). Quando a tradução da forma toponímica ocorre (*Kaffeschneis* ->*Picada Café*, *Bayrer-Eck* ->*Canto Bayer*), geralmente, a denominação traduzida para o português é a oficializada, e a original do alemão permanece ativa na oralidade, e, por interesse folclórico ou turístico, aparece na paisagem linguística (placas, folders etc.).

5 Procedimentos metodológicos adotados

Os procedimentos metodológicos deste estudo seguiram as seguintes etapas: 1. coleta de materiais que representam fontes de diferentes naturezas; 2. seleção de exemplos de denominações geográficas por meio das referidas fontes; e 3. análise de cada caso de toponímia paralela, apoiada na literatura existente, considerando a etimologia de cada forma denominativa (estrutura interna), a sua motivação toponímica (estrutura externa) e os possíveis fenômenos linguísticos constituintes de cada designação toponímica.

No que diz respeito ao *corpus* recolhido, as fontes consultadas são de natureza escrita e oral. Como fontes escritas são considerados: a) objetos cartográficos (mapas municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010), mapas feitos pelos departamentos de turismo, educação etc. de prefeituras bem como mapas antigos); b) iconografias (dados da internet); e c) paisagem linguística (placas).

Como fontes orais, consideramos: a) dados orais do banco de dados do *Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs da*

Bacia do Prata (ALMA-H)¹³ e dos autores deste trabalho; e b) textos acadêmicos com base em recolhas de pesquisadores. Entre as fontes orais estão, portanto, registros escritos do uso oral de top dentro da própria comunidade (cartas e paisagem linguística). A variação com que os dados são convencionados por cada autor será tratada em trabalhos futuros (ver *Schneise* acima).

A literatura existente acerca do tema e que servem de base para o presente estudo pode ser visualizada na tabela abaixo.

Quadro 2: Literatura encontrada sobre o assunto

Literatura existente sobre toponímia alemã na RCIA	
Autor	Título da obra (natureza da obra)
Barsewisch (1908)	Die Namen der deutschen Siedelungen in Rio Grande do Sul (artigo)
Barsewisch (1905)	Deutsche Ortsnamen in Rio Grande do Sul (artigo)
Kadletz (1937)	Deutsche Ortsnamen in Brasilien (artigo)
Klassmann (2013)	Teufelsloch: A história de um topônimo
Etges/ Seer (1999)	Estudo da toponímia como expressão da organização espacial na região de Santa Cruz do Sul (artigo)
Engelmann (2004)	A saga dos alemães - do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo (livro)
Fischer (2005)	Toponímia alemã no Rio Grande do Sul (artigo)
Delhaes-Guenther (1980)	Die Ortsnamenbildung der europäischen Einwanderer in Südbrasilien (artigo)
Lacmann (1906)	Ritte und Rasttage in Südbrasilien: Reisebilder und Studien aus dem Leben der deutschen Siedlungen (relato de viagem)
Staub (1983)	O empréstimo linguístico: um estudo de caso. (estudo monográfico)
Müller (1999)	Dicionário Histórico e Geográfico da Região de Santa Cruz do Sul (dicionário)
Schierholt (2002)	Estrela Ontem e hoje (livro)
Arendt e Müller (1999)	Toponímia: nomes originais das localidades colonizadas por imigrantes alemães e descendentes. (artigo)
Spohr (1980)	Estudo sobre a origem do nome de Novo Hamburgo (artigo)
Grimm (1891)	Heimatkunde des Staates Rio Grande do Sul (livro)
Wolf (1964)	Deutsche Einwanderer in São Leopoldo 1824-1937 (livro)

Fonte: Elaborado pelos autores.

¹³ No que tange aos dados do ALMA-H, cabe salientar que esse atlas linguístico é constituído de 41 pontos de inquérito. Considerando que, em cada ponto de inquérito foram entrevistados, em sua maioria, quatro diferentes grupos de informantes. Dois deles de classe social baixa (Cb) e dois de classe social alta (Ca), diferenciadas pelo nível de escolaridade; outros dois distinguidos pela idade: informantes velhos (GII) e jovens (GI), representados em cada grupo por pelo menos um homem e uma mulher. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/projalma/>.

O *corpus* considerado neste estudo constitui-se de denominações em língua alemã de **9 localidades distintas** situadas dentro da referida região colonial, a RCIA. A maioria das designações em língua alemã apresenta uma ou mais denominações paralelas (em alemão ou em português). Essas denominações advêm da literatura consultada e foram, quando possível, comparadas com fontes primárias, isto é, com mapas oficiais. As referidas lexias toponímicas estão situadas mais abaixo, numa estrutura composta pelos seguintes elementos: a) etimologia (quando há registro na literatura consultada); b) localização geográfica; c) estrutura lexical; e d) motivações toponímicas.

6 Análise e fichas toponomásticas

A função da ficha lexicográfica, assim como afirma Seabra (2004), é servir como ferramenta para estruturar as informações de um topônimo. Assim, torna-se possível não só classificá-lo como também reunir, dentro de uma estrutura, aspectos que esclareçam a natureza do designativo. As fichas permitem, portanto, organizar o *corpus* de uma investigação e analisar os dados de diferentes naturezas de maneira mais precisa.

Os topônimos, para os quais apresentaremos fichas lexicográficas são os seguintes.

Quadro 3: Top em língua alemã e seus paralelos em português

Top em alemão	Top oficial do português	Outras formas paralelas
<i>Neu Hamburg</i>	<i>Novo Hamburgo</i>	<i>Nóia</i>
<i>Schuhschlapp-Eck</i>	<i>Canto Chuchu</i>	
<i>Portugieserschneis</i>	<i>São José do Hortêncio</i>	
<i>Teewald</i>	<i>Santa Maria do Herval</i>	<i>Theewalds-Pikade, Picada Herval, Linha Herval</i>
<i>Leonerhof</i>	<i>Sapiranga</i>	
<i>Bayrer-Eck</i>	<i>Canto Bávaro</i>	
<i>Tigerbach</i>	<i>Arroio do tigre</i>	
<i>Teufelsloch</i>	<i>Bairro Feitoria Nova</i>	<i>Buraco do Diabo</i>
<i>Jammertal</i>	<i>Quarta Linha Nova Baixa / Cerro do Baú / Seival</i>	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Passemos, agora, para a apresentação das fichas toponímicas.

Novo Hamburgo

O primeiro caso apresentado no quadro é o das denominações existentes para o município de Novo Hamburgo/RS. Novo Hamburgo é a denominação utilizada pelos órgãos oficiais e, ao mesmo tempo, corresponde à forma do português (traduzida de *Neu-Hamburg*) para denominar esse aglomerado urbano. Na classificação proposta por Dick (1990, p.32), Novo Hamburgo é um cronotopônimo, uma vez que faz referência à localidade de Hamburgo Velho.

<p>Localização: Município localizado no vale do rio dos Sinos.</p> <p>Classificação: cronotopônimo</p> <p>Motivação: $\{ \{ \text{Neuer} \}_{\text{MARCADOR}} \text{TEMPORAL} - \{ \text{Hamburg} \} \}_{\text{TOP}} / \text{Neuer} \text{“novo”} / \text{Hamburg} \text{“Hamburgo”}$. Segundo a literatura existente, o marcador “novo” faz referência ao “velho”, ou seja, ao Hamburgo velho, denominado em alemão de <i>Hamburger Berg</i> (pt. <i>Morro dos hamburgueses</i> ou <i>Morro do hamburguês</i>). Segundo Spohr (1980), foram os ingleses que denominaram a estação de trem chamada de Novo Hamburgo, construída na parte baixa da localidade de <i>Hamburger Berg</i>. A partir de aí, <i>Hamburger Berg</i> passa a ser chamada de Hamburgo velho (SCHÜTZ, 1976). <i>Hamburger Berg</i>, por sua vez, está explicada na literatura (SARLET, 1993; SCHÜTZ, 1976) por diferentes versões, a mais difundida é a de que “um comerciante alemão, Luís Kerting, também conhecido como Major Kersting, tinha se estabelecido no morro de <i>Hamburgo Velho</i>. Natural da cidade alemã de Hamburgo, dizia sempre aos seus fregueses: ‘não se esqueçam de voltar à casa do velho hamburguês’ (SCHÜTZ, 1976, p. 32). Hoje, ambas as localidades pertencem ao mesmo aglomerado urbano que constitui a cidade de Novo Hamburgo.</p> <p>Etimologia: <i>Hamburg</i>, outrora <i>Hammaburg</i> não apresenta origem conhecida. No entanto, Bahlow (1965) acredita nas supostas raízes com o nome do rio pantanoso chamado <i>Hamme</i>.</p>
--

Schuhschlapp-Eck (Canto Chuchu, variação gráfica Canto do Chuchu) é o segundo topônimo considerado. Trata-se da forma paralela da localidade Canto Chuchu, linha vicinal de Feliz-RS. Na classificação de Dick (1990), a forma é um fitotopônimo.

Localização: Distrito no interior do município de Feliz-RS no vale do rio Caí.

Classificação: fitotopônimo

Motivação: [*Schuhschlapp*]_{FITÔNIMO} “calçado de casa” [*Eck*]_{ACIDENTE} “canto, recanto”. *Schuhschlapp* (port. sapato de casa) é designação alemã no contexto brasileiro para a cucurbita, denominada, em português, *chuchu* (bot. *Sechium edule*), cuja existência era, provavelmente, desconhecida para os primeiros imigrantes de origem alemã. Segundo comentários de falantes, a cucurbita apresenta uma forma semelhante a um sapato. Essa acepção está documentada na matriz de origem: al. *Hausschuhe*, *Pantoffel* “sapato utilizado em casa ou pantufa” ou sapato velho, gasto. Também está documentada a alcunha para o sapateiro (SHW, v. 5, p. 798). Essa denominação pode, portanto, ser produto da ampliação semântica do lexema alemão (empréstimo por ressignificação). Além disso, a fonética similar pode ter favorecido a integração (TAVARES DE BARROS, 2019).

Etimologia: al. *Schuh*: segundo Pfeifer e Braun (1993, p. 1247), do antigo alto-alemão *scuoh*, pode ser aceita a raiz indogermânica (*s*)*ko(u)ko*, a qual, por sua vez, pode estar relacionada à raiz (*s*)*keu* “cobrir, envolver”; al. *Schlapp* (padrão *Schlappe*): documentado no médio baixo-alemão *slappe* “derrota, fracasso”, remonta, provavelmente, ao som de uma bofetada (PFEIFER; BRAUN, 1993, p. 1208; KLUGE, 1989, p. 1.208).

Leonerhof “Fazenda da família Leão” é o terceiro caso. É a denominação, em alemão, do município de Sapiranga/RS, localizada nos arredores de Novo Hamburgo/RS. Na classificação proposta por Dick (1990), *Leonerhof* é um antropotopônimo.

Localização: município localizado no vale do rio dos Sinos.

Classificação: antropotopônimo

Motivação: [*Leoner*]_{ANTROPÔNIMO} “Leão”, [*Hof*]_{ACIDENTE} “pátio, fazenda”. *Leoner* “Leão” parece ser um caso de tradução do nome de família do sesmeiro Manoel José Leão, dono original da fazenda na qual os imigrantes se assentaram (BARSEWISCH, 1905, p.140). O correspondente em alemão seria, portanto, *Leo* ou *Leoner*. Nos relatos de Lacmann (1906), encontra-se o paralelismo *Leoner Hof* e *Sapiranga*, marcado pela diferença que a primeira forma é utilizada pelos alemães, enquanto que a segunda pelos luso-brasileiros. No caso de *Sapiranga*, a literatura a classifica como forma do tupi-guarani: *essá-piranga* – port. “olho vermelho”, ou seja, [esapirana]: _[esa] olho + [pirana] vermelho (TIBIRIÇÁ, 1984, p. 170; CUNHA, 1978, p. 258). *Leonerhof* também é conhecida por ter abrigado o grupo de imigrantes alemães evangélicos denominado de *Muckers*, o qual foi desmantelado pelo exército imperial entre 1868 e 1874 (BARSEWISCH, 1905, p. 141).

Etimologia: *Leoner* é a germanização do nome de família *Leão*, este advindo de diferentes fontes conforme Machado (1984, p. 862-863). Já aparece como nome do bispo Leo (1584) e do papa Leo (1558) em documentos históricos (DWDS).

Imagem: Inscrição do top *Leonerhof* no cemitério de Forquetinha/RS



Hier
ruht in
Frieden.
Anton Müller
Geboren am
Leonerhof
dn 18 Juli
1838
gst. dn 9 Juli
1908

Fonte: Projeto ALMA-H.

Como quarta forma analisada, tem-se o top *Bayrer-Eck* (Canto Bayer), localidade pertencente aos domínios do município de Linha Nova – RS. Na classificação de Dick (1990), *Bayrer-Eck* é um etnotopônimo.

Localização: Distrito no interior do município de Linha Nova/RS, no vale do rio Caí.

Classificação: etnotopônimo

Motivação: [*Bayrer*]_{ETNONÍMIO} “Bávaro” [*Eck*]_{ACIDENTE} “canto, recanto, rincão” . O adjetivo *Bayrer* “bávaro” designa os habitantes da Bavieira, atualmente estado na Alemanha meridional. Segundo Barsewisch (1905, p. 140), os habitantes de *Canto Bayer* são de origem bávara. A equivalência dessa origem com o atual estado da Bavieira não pode, contudo, ser generalizada. A lápide do morador Johann Hessinger (1832-1916), nascido na localidade de Spesbach na “Bavaria-Renana”, indica que ao menos uma parcela dos imigrantes veio da atual região da Renânia-Palatinado. A mesma pertenceu, de 1816 até a Segunda Guerra Mundial, ao governo da Bavieira, o que, possivelmente, explica a identificação bávara na lápide de Johann Hessinger e não exclui a origem palatinada dos falantes de *Canto Bayer*.

Etimologia: *Bayern* “Bavieira” remete a um grupo de formas atribuídas ao termo *Baias*. Sem uma etimologia conclusiva, *Boier* parece integrar diferentes referências regionais (entre outros *Boiohaemum* “Boêmia”; *Boiodurum* “nome de castelo”). O constituinte final remonta à raiz germ. *warioz* e lat. *Varii* “defensor, habitante”(RÜBEKEIL, *on-line*).

Imagem: Lápide do morador Johann Hessinger (1832-1916)



Fonte: Löff Machado.

Tigerbach (Arroio do Tigre) é o quinto top analisado. Trata-se de um distrito localizado no município de Alto Feliz/RS. Na classificação proposta por Dick (1990), *Tigerbach* é um zootopônimo.

Localização: Distrito no interior do município de Alto Feliz, no vale do rio Caf.

Classificação: zootopônimo

Motivação: [*Tiger*]_{ZOOTÔNIMO} “tigre” [*Bach*]_{ACIDENTE} “arroio”/*Bach*. O constituinte *Tiger* em “arroio do tigre” ocorre em mais de uma composição, sendo também encontrada a forma *Tigertal* “morro do tigre”, em Alto Feliz (KADLETZ, 1933, p. 443). De acordo com Müller (1999, p. 13), o nome desta localidade, no município de Santa Cruz do Sul (ETGES; SEER, 1999, p. 98), deve-se ao evento em que uma onça foi abatida nas margens do arroio homônimo e, também, em razão da abundância desta espécie no local. Esta parece ser uma tradução livre, por empréstimo (ale. *Lehnübertragung*), já que a forma lexical correspondente, em português, seria *onça*.

Etimologia: *Tiger*: denominação de origem oriental para a espécie felina asiática, a qual passou por contração, no século XVII, do antigo alto-alemão *tigirtior* para *tigertier* no médio alto-alemão, o qual remetem ao latim *tigris*, e ao grego *tígris* (PFEIFER; BRAUN, 1993; PAUL, 2022).

Teufelsloch “Buraco do diabo” (Bairro Feitoria Nova) é o sexto top tratado nesse estudo. Trata-se de uma localidade do município de Ivoti/RS. Sua classificação, conforme Dick (1990), é um hierotopônimo.

Localização: Distrito no interior do município de Ivoti/RS no vale do rio Caf.

Classificação: hierotopônimo

Motivação: [*Teufels*]_{HERÔNIMO} “diabo” [*Loch*]_{ACIDENTE} “buraco”. Segundo Dhein (2012, p.99), a denominação refere-se às dificuldades enfrentadas pelos colonos alemães na localidade. Klassmann (2013) conclui, todavia, que um dos primeiros habitantes, Peter Adam Noschang, teria dado o nome em razão dos íngremes declives no caminho da localidade, e que a comunidade teria perpetuado o uso, posteriormente (KLASSMANN, 2013, p. 354). Embora exista o top oficial *Feitoria Nova*, o paralelo português também abriga, no âmbito popular, a forma *buraco do diabo* (DHEIN, 2012, p.99). Além do acidente *Loch* “buraco” em *Teufelsloch*, o constituinte *Teufel* também aparece junto ao acidente *Berg* “morro”: *Teufelsberg* no município de Estrela (KADLETZ, 1933, p. 443). *Teufelsloch* consta no levantamento de Barsewisch (1905) como morro na *Pikade Berghahner Schneiz* (Estrela) (BARSEWISCH, 1905, p.142).

Etimologia: antigo alto-alemão *tiuffalih*; possível empréstimo do latim vulgar *diabulus*, bem como do gótico *diabulus*, que, por sua vez, remonta ao gregodiábolos, com eventual influência do próprio latim e entrada no sul da atual Alemanha. Outra possível explicação considera a origem do lema do latim vulgar em Gália, o qual resultou no antigo francônio *diubul* que, por sua vez, se espalhou pelas variedades do germânico ocidental (PFEIFER; BRAUN, 1993, 1428; KLUGE, 1989, p.728).

Teewald é a seguinte forma considerada. Trata-se do top paralelo em língua alemã do município de Santa Maria do Herval/RS. *Teewald* é um fitotopônimo na classificação proposta por Dick (1990).

Localização: município localizado no vale do rio Caí.

Classificação: fitotopônimo

Motivação: [*Tee*]_{FTONIMO} “chá” [*Wald*]_{ACIDENTE} “mato, floresta”. *Teewald*, aparentemente, é uma tradução livre por empréstimo (alemão *Lehnübertragung*) a partir de *Picada Herval* (*Theewalds-Pikade*). Conduto, não temos dados para apontar a direção do calque. Essa interpretação é reforçada pelo relato de Lacmann (1906) em seu diário de viagem ao passar pela região: “a Picada Herval, a qual deriva seu nome do extenso herval (*Mate-Wälder*) existente antigamente, é chamada pelos colonos de *Teewald*. Como se sabe *Tee* é palavra para chimarrão entre os descendentes de alemães na região” (LACMANN, 1906, p. 160). O termo hagiotoponímico *Santa Maria* foi acrescentado posteriormente, em alusão à padroeira da cidade e à primeira igreja católica da cidade. Com isso, tem-se um topônimo híbrido em português: [*N*]_{HAGIO}-[*N*]_{FTO}]_{TOP} (BARSEWISCH, 1908, p. 24). Fischer (2005, p. 179) registra *Teewald* também para o atual município de Erveiras (Herveiras), no Rio Grande do Sul.

Etimologia: *Tee*: denominação desde o século XVII, provavelmente, sob influência do holandês (*thee*), para as folhas secas dos arbustos asiáticos e para a bebida aromática, na variedade linguística da China meridional *te*. (PFEIFER; BRAUN, 1993, p. 1.420-1.421).

Jammertal (Quarta Linha Nova Baixa/Cerro do Baú/Seival) é o oitavo topônimo considerado. Trata-se de uma localidade do município de Santa Cruz do Sul/RS. Sua classificação na taxonomia de Dick (1990) é animotopônimo.

Localização: lugar em Santa Cruz do Sul, no vale do rio Pardo, próximo à Linha Nova e à divisa com o município de Venâncio Aires (MÜLLER, 1999, p. 27).

Classificação: animotopônimo

Estrutura lexical: [Jammer]_{TOP}, “lamento” [Tal]_{ACIDENTE} “Vale”

Motivação: Segundo Müller (1999), o respectivo top é antiga denominação do atual Cerro do Baú, Santa Cruz do Sul. De acordo com Etges e Seer (1999), trata-se de um “lugar de poucos recursos e dificuldades” (FISCHER, 2005, p. 171; KADLETZ, 1937, p. 434).

Etimologia: *Jammer*: estado de miséria, lamento, desespero. Formação deadjetival a partir do antigo alto-alemão *jamar* (século IX), *amar* (séc.X), o qual significa *triste*. A forma *Jammertal* encontra-se no médio alto-alemão, com referência à existência terrena. Do latim *vallis lacrimarum* (PFEIFER; BRAUN, 1993, p. 595).

Portugieserschneis (São José do Hortêncio) é o nono top levado em consideração. Trata-se da forma paralela do município de São José do Hortêncio/RS. A forma é classificada como um etnotopônimo na taxonomia de Dick (1990).

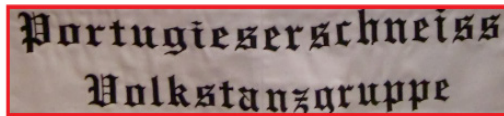
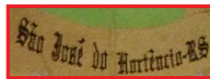
Localização: no vale do rio Caí.

Classificação: etnotopônimo

Motivação: [*Portugieser*]_{ETNÔNIMO}, português [*Schneis*]_{ACIDENTE} “picada”. *Portugieserschneis* é a forma paralela para denominação do município São José do Hortêncio/RS (DELHAES-GUENTHER, 1980, p. 158). Uma hipótese para a motivação, respectivamente, dos top português e alemão para a localidade é apontada por Barsewisch: “Portugieserschneiz Pt. Linha São Jozé do Hortêncio era propriedade do brasileiro Hortêncio Leite, o qual colonizou sua terra com alemães. Os alemães chamam todos brasileiros de pele branca português [*Portugieser*]” (BARSEWISCH, 1905, p. 141). Dessa forma, a estrutura portuguesa carrega um hagiopônimo seguido do antrotopônimo, enquanto a forma paralela em alemão mantém apenas a forma do etnotopônimo com o anexo do acidente geográfico. O segundo membro do composto, *Schneis* (também *Schneiz*, *Schneiss*, *Schneitz*), ocorre sobretudo na região de colonização mais antiga (ALTENHOFEN *et al.* 2018, p. 181).

Etimologia: *Portugieser*: português, portugueses. Ainda não há clareza acerca do termo de base, visto que há referências bibliográficas tanto aos habitantes de pele branca (BARSEWISCH, 1905, p. 141) quanto ao antigo proprietário das terras, Hortêncio Leite, o português.

Imagem: Banner de um grupo de dança típica, indicando vitalidade do top alemão na oralidade local, uma vez que nem sempre é possível constatar a utilização dos top na atualidade



Fonte: acervo ALMA-H.

Conclusões e perspectivas

No presente estudo, optamos por apresentar um panorama da toponímia local, com foco no fenômeno da toponímia para-

lela. Para tanto, nos valem de fontes escritas e orais. Essas últimas, contudo, provêm de diferentes estudos, bem como de dados orais já coletados em projetos atuais. Os nove exemplares foram analisados um a um, por meio de fichas, as quais permitem depreender, de forma condensada, os dados sobre a estrutura lexical e a semântica dos mesmos.

No âmbito semântico, pode-se observar o modo como a toponímia em língua alemã reflete as primeiras impressões deste grupo imigratório no Brasil. Assim, temos as marcas do meio agrícola como *Schuhslapp Eck* (Canto Chuchu) e *Teewald*, bem como da fauna como *Tigerbach* (Arroio do Tigre). No entanto, encontramos, também, o elemento transplantado: *Neuer Hamburg* (Novo Hamburgo), mostrando que o conhecimento coletivo trazido da matriz é perpetuado no novo espaço. A marca identitária também é elemento central no ato de nomear. Entre os exemplos, encontramos referência a grupos como *Portugieserschneis* (São José do Hortêncio) “picada dos portugueses” ou “picada do português” e *Bayrer-Eck* (Canto Bayer). A referência a outros grupos, como é o caso dos fundadores das colônias que poderiam ser de ascendência luso-portuguesa, aparece, por exemplo, em *Leonerhof*, literalmente, Fazenda da família Leão. Além disso, observamos referências às características psíquicas, como é o caso de *Jammertal* “vale das lamentações” e *Teufelsloch*, “buraco do diabo” (KLASSMANN, 2013), os quais resguardam as dificuldades que motivaram os respectivos top.

O estudo da toponímia paralela, ou seja, uma visão global do uso linguístico, deve ser aprofundado dentro dos estudos de línguas minoritárias. A recolha de dados orais de topônimos paralelos pode ajudar a solucionar aspectos de descrição da vitalidade atual (questão do uso), da referência (questão do escopo) e do paralelismo (questão da denominação) dos top. A visão mais acurada da toponímia paralela na RCIA possibilitará, para além disso, a organização de um dicionário toponomástico de caráter popular e acadêmico. A contribuição para o tema serve a uma compreensão mais apurada, tanto do contexto linguístico quanto dos próprios atores locais.

Referências

- ALTENHOFEN, C. V. **Hunsrückisch in Rio Grande do Sul**: Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen. Stuttgart, Steiner, 1996.
- ALTENHOFEN, C. V.; MORELLO, R.; BERGMANN, G. L.; GODOI, T. G.; HABEL, J. M.; KOHL, S. F.; PREDIGER, A.; SCHMITT, G.; SEIFFERT, A. P.; SOUZA, L. C.; WINCKELMANN, A. C. **Hunsrückisch**: inventário de uma língua do Brasil. Florianópolis: Garapuvu, 2018.
- ALTENHOFEN, C. V.; STEFFEN, J.; THUN, H. **Cartas de imigrantes de fala alemã**: pontes de papel dos hunsriqueanos no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- ARENDE, I. C.; MÜLLER, T. L. **Toponímia**: Nomes originais das localidades colonizadas por imigrantes alemães e descendentes. In: III Seminário da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras. **Anais** [...]. Lajeado/RS, 1999.
- BAHLOW, H. **Deutschlands Geographische Namenwelt**: Etymologisches Lexikon der Fluß- und Ortsnamen alteuropäischer Herkunft. Frankfurt am Main: Klostermann, 1965.
- BARSEWISCH, J. **Deutsche Ortsnamen in Rio Grande do Sul**. In: Deutsche Erde: Zeitschrift für Deutschkunde, v. 4, p. 139-143, 1905.
- BARSEWISCH, G. **Die Namen der deutschen Siedlungen in Rio Grande do Sul**. In: Deutsche Erde: Zeitschrift für Deutschkunde; Beiträge zur Kenntnis deutschen Volkstums allerorten und allerzeiten, v. 7, p. 23-27, 1908.
- BENDER, L. **Deutsch in Santa Cruz (do Sul)**. Studium und Analyse der gegenwärtigen Situation der Sprache. Tübingen: Eberhard Karl Universität, 2016.
- CUNHA, A. G. da. **Dicionário Histórico das palavras portuguesas de origem Tupi**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- DAMKE, C. **Sprachgebrauch und Sprachkontakt in der deutschen Sprachinsel in Südbrasilien**. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1997.
- DAS WORTAUSKUNFTSSYSTEM zur deutschen Sprache in Geschichte und Gegenwart, hrsg. v. d. DWDS – Digitales Wörterbuch der deutschen Sprache, Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften. Disponível em: <https://www.dwds.de/>. Acesso em: 21 ago. 2022.
- DELHAES-GUENTHER, D. v. **Die Ortsnamenbildung der europäischen Einwanderer in Südbrasilien**. In: SCHÜTZEICHEL, R.; TICHY, F. (eds.). Ortsnamen als Ausdruck von Kultur und Herrschaft. Erlanger Ortsnamen-Kolloquium. Heidelberg: Winter, 1980, p. 151-164.

DHEIN, C. E. **A interpretação patrimonial da imigração alemã para o turismo na rota romântica RS/BR.** 2012. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ucs.br/Cintia%20Elisa%20Dhein.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

DICK, M. V. de P. do A. **Atlas Toponímico do Brasil: Teoria e prática II.** Trama, [S. l.], v. 3, n. 5, 2007, p. 141-155.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil: coletânea de estudos.** São Paulo: FLCH, 1990.

DORION, H.; POIRIER, J. **Lexique des Termes Utiles à L'Étude des Noms de Lieux.** Québec: Les Presses de L'Université Laval, 1975.

DREHER, M. Erste deutsche Einwanderer auf dem Lande. In: BOLLE, W.; ECKHARD; E. K. (org.). **Cinco séculos de relações brasileiras e alemãs: Fünf Jahrhunderte deutsch-brasilianische Beziehungen.** São Paulo: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2013.

DURÁN ROCCA, L. **Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII.** 2009. Tese (Doutorado)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2009.

ENGELMANN, E. G. (org.). **A saga dos alemães – do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo.** Rio Grande do Sul: E. G. Engelmann, 2004.

ETGES, V. E.; SEER, M. Estudo da toponímia como expressão da organização espacial na região de Santa Cruz do Sul - RS. **REDES**, Santa Cruz do Sul, n. 4., 1999. p. 91-108.

FISCHER, J. W. **Toponímia alemã no Rio Grande do Sul.** In: ARENDT, I. C.; WITT, M. A. (eds.). **História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã: Teutonia e Westfália.** São Leopoldo: Oikos, 2005.

FURTADO, N. F. **Vocábulos indígenas na Geografia do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: PUCRS, 1969.

GRIMM, T. **Heimatkunde des Staates Rio Grande do Sul.** Santa Cruz: Verlag von Stutzer und Hermsdorf, 1891.

HABEL, J. M. **“Das böhmische Deutsch”: perda e coineização de variantes do alemão de imigrantes boêmios no Rio Grande do Sul.** 2017. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. p. 156. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/172378>. Acesso em: 20 ago. 2021.

HORST, A. **Variação e contatos linguísticos do vestfaliano rio-grandense falado no Vale do Taquari.** Dissertação (Mestrado). –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/102193>. Acesso em: 20 ago. 2021.

KADLETZ, T. **Deutsche Ortsnamen in Brasilien.** Stuttgart: Enke, 1937.

KLASSMANN, M. S. Teufelsloch: a história de um topônimo. *In*: KREUTZ, R. A. (org.). **Bom Jardim**: Ivoti no palco da história. Novo Hamburgo: Fevale, 2013, p. 351-355.

KLUGE, F. **Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache**. Berlin/New York: De Gruyter, 1989.

LACMANN, W. **Ritte und Rasttage in Südbrasilien**: Reisebilder und Studien aus dem Leben der deutschen Siedlungen. Berlin: Dietrich Reimer, 1906.

LAROQUE, L. F. da S.; WEIZENMANN, T.; SCHAEFFER, J. L. Relações interétnicas: (des)encontros entre Kaingang e imigrantes holandeses no século XIX em territórios das bacias hidrográficas Taquari-Antas e Caí. **Revista Tellus**, Rio Grande do Sul, v. 19, n. 38, jan/abr. p. 103-128, 2019.

MACHADO, J. P. **Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa**, v. II. Lisboa: Editorial Confluência, 1984.

MÜLLER, A. L. **Dicionário Histórico e Geográfico da Região de Santa Cruz do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

NÜBLING, D.; FAHLBUSCH, F.; HEUSER, R. **Namen**: Eine Einführung in die Onomastik. Tübingen: Narr Francke Attempto Verlag, 2015.

PAUL, H. **Deutsches Wörterbuch**. Bedeutungsgeschichte und Aufbau unseres Wortschatzes. Tübingen: Niemeyer, 2002.

PFEIFER, W.; BRAUN, W. **Etymologisches Wörterbuch des Deutschen**. Berlin: Akademie Verlag, 1993.

PORTAL Luteranos. Disponível em: <https://luteranos.com.br/parouquia/linha-dos-pomeranos>. Acesso em: 20 ago. 2021.

PREDIGER, A. **Topodinâmica do alemão falado em comunidades de imigração do norte da Boêmia no Brasil**. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019, p. 221. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/204557>. Acesso em: 20 ago. 2021.

RABUSKE, A. **Algo sobre a gênese dos nomes geográficos na região colonial alemã do Rio Grande do Sul**. *In*: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, n. 3, p. 387-412. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1980.

RELLY, E. **Wald und Urwald**: Transferências agrícolas e florestais entre Brasil e Alemanha através da emigração (1849-1880). Berlin, 2019.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROSENBERG, P. Lateinamerika. *In*: PLEWNIA, A.; RIEHL, C. M. (eds.). **Handbuch der deutschen Sprachminderheiten in Übersee**. Tübingen: Narr Francke Attempto, p.193-264, 2018.

RÜBEKEIL, L. Bayern (Name). **Historisches Lexikon Bayerns**, 2019. Disponível em: [http://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Bayern_\(Name\)](http://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Bayern_(Name)). Acesso em: 21 ago. 2022.

- SARLET, E. D. **Ainda hoje plantaria minha macieira: 160 anos** – Escola Pindorama. Novo Hamburgo: Sinodal, 1993.
- SEABRA, M. C. T. C. de. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmos**. 2004. Tese (Doutorado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- SCHIERHOLT, J. A. **Estrela: Ontem e hoje**. 1. ed. Lajeado: Leipelt Prod., 2002.
- SCHÜTZ, M. M. E. **Novo Hamburgo: sua história, sua gente**. Porto Alegre: Pollott, 1976.
- SPOHR, G. Estudo sobre a origem do nome de Novo Hamburgo. III SIMPÓSIO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL, 1980. **Anais** [...]. São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 1980.
- SPRACHATLAS der Deutschen Minderheiten im La Plata-Becken-Hunsrückisch. ALMA-H. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/projalma/>. Acesso em: 8 fev. 2021.
- STAUB, A. **O empréstimo linguístico: um estudo de caso**. Porto Alegre: Acadêmica/Rev. Letras de Hoje, 1983.
- STOLZ, T.; WARNKE, I. H. **Vergleichende Kolonialtoponomastik: Strukturen und Funktionen kolonialer Ortsbenennung**. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton, 2018.
- MAURER, F. *et al.* **Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik**, 2008.
- TAVARES DE BARROS, F. H. **Topodinámica del Hunsrückisch: cartografía y ejemplos del proceso de cambio y manutención del léxico en contexto de migración**. 2019. Tesis (Doctorado) – Universität Bremen, Bremen, 2019.
- TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi: significação dos nomes geográficos de origem tupi**. São Paulo: Traço Editora, 1985.
- WOLF, W. **Deutsche Einwanderer in São Leopoldo 1824-1937**. Neustadt an der Aisch: Verlag Degener & Co. 1964.

Ilha Solteira – SP: uma análise toponímica da cidade planejada

Ana Greice Moreira Penha
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Introdução

Por volta da década de 1960, quando o Brasil passava por grande desenvolvimento econômico, a necessidade de mais fontes de energia de forma intensa. O estado de São Paulo, com sua crescente indústria, buscava resolver esse problema. Assim, em meados do ano 1953, o governo paulista solicitou uma consultoria à CBE (Companhia Brasileira de Engenharia), para estudar as possibilidades de eletrificação do estado. Em 1956, foi apresentado o resultado do estudo, acarretando, então, o desenvolvimento das políticas que levariam à aplicação deste projeto, sendo parte majoritária de contribuição do estado de São Paulo. Foi após esse período que surgiu a cidade de Ilha Solteira (CESP, 1988).

A cidade planejada de Ilha Solteira está localizada no noroeste do estado paulista, fazendo divisa com o estado de Mato Grosso do Sul, região onde se encontrava o complexo de Urubupungá, mencionado por Saint-Adolphe (1845), no *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Império do Brazil*.

Urubú-Ponga. Salto considerável do rio Paraná, cousa de 15 legoas abaixo da junção dos rios Grande e Paranaiva. O penedo d'onde as aguas se despenhão tem de 15 para 20 pés d'altura e as aguas tombão com um tal fracasso que se ouve a muitas legoas de distancia. Acha-se esta cachoeira nas matas pouco frequentadas, que jazem nas adjacências das províncias de São Paulo, Mato-Grosso e Goyáz. Affirmão

alguns viadantes que o rio Mogi ajuntando-se com o Jaguari-Mirim, feitos num só se ajuntão pela margem esquerda com o Paraná, algumas legoas antes do salto d'Urubú-Ponga, em vez de dar origem, como assegurão muitos escriptores, ao rio Jacaré-Pipira, triburario do Tieté. O peixe que sobe pelo Paraná se ajunta em baixo d'este arrecife, onde os Indios vão duas vezes por anno pescál-o levando cargas de sal. Concluida a pescaria que de ordinario naquellas épocas é abundante, salgão ou seccão ao sol os peixes maiores, e vão dar consumo ás provisões nas aldeias em que morão (SAINT-ADOLPHE, 1845, p. 747).

Tal localidade era de extensiva pecuária e distante de centros urbanos mais reconhecidos. Portanto, a região era precária de polos industriais até a implantação da hidrelétrica. Sendo assim, construção da usina hidrelétrica nessa região gerou a necessidade da construção de alojamentos para os trabalhadores da obra, tais como alojamentos para solteiros, vilas operárias e instalações para residência dos operadores das máquinas. Essas edificações dariam sustentação às obras em curso, para, logo então, obter a emancipação e ser o que é hoje: oficialmente, uma cidade.

Tendo em vista que a cidade em questão foi planejada, seus topônimos têm um “tema” específico: foram inspirados no mapa do Brasil, ou seja, a maioria das ruas tem nomeação de acordo com o planejamento urbano previsto. Logo, os bairros que não foram planejados inicialmente, mas, sim, formados após alguns anos, teriam topônimos diversificados.

O presente texto, então, traz à discussão o mapeamento da cidade planejada de Ilha Solteira, com recorte, apenas, na parte extraplanejada. Analisaremos, portanto, os topônimos de dois bairros, Jardim Morada do Sol e Jardim Nova Ilha, uma vez que são mais recentes que o planejamento e o tema inicial. Para tanto, o estudo baseia-se nos conceitos teóricos de Dick (1990) quanto à classificação taxionômica dos topônimos.

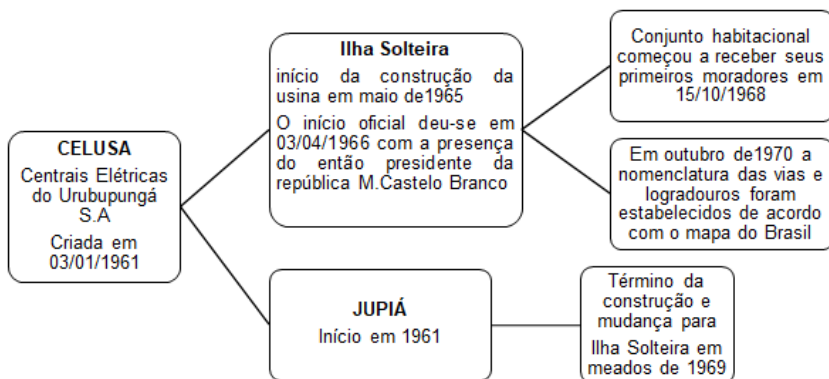
1 Contexto histórico

As obras das usinas hidrelétricas começaram em Jupiá¹, e, depois, em Ilha Solteira. Em Jupiá, as obras iniciaram no princípio de 1961, e foram finalizadas em dezembro de 1962. Os alojamentos eram habitações provisórias, edificações em madeira, com pilares de alvenaria e telhas de cerâmica produzidas na região. Essas moradias eram provisórias, disponibilizadas, apenas, na época da construção da usina, com o objetivo de, no término, residirem somente alguns dos funcionários que estivessem responsáveis pelo funcionamento contínuo da usina. Os funcionários que vieram apenas para a sua implantação não permaneceriam. Em contrapartida, as moradias de Ilha Solteira tinham o intuito de serem permanentes, ou seja, não pretendia-se desmontá-las, sendo bem estruturadas para o início de uma possível cidade no futuro. E não foi diferente: com o passar dos anos e com a chegada de pessoas de diversas partes do mundo para a implantação da usina, o local tornou-se um ponto referencial da região. A partir de 1969, segundo o CESP (1988), começou-se a desmobilização da Vila Piloto (da usina Jupiá em Três Lagoas/MS), e grande parte da mão de obra foi absorvida em Ilha Solteira na construção da usina. Gradativamente, a população transferiu-se de Jupiá para Ilha Solteira. A seguir, o organograma do contexto histórico para melhor exemplificação.

¹ “A Vila Piloto de Jupiá foi construída pela Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. (Celusa), com objetivo de abrigar os funcionários da Companhia que trabalhariam na operação do Complexo de Urubupungá, que previa a construção de duas grandes usinas: Jupiá e Ilha Solteira.”

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=448514>. Acesso em: 7 ago. 2022.

Figura 1: Organograma histórico das obras para surgimento da cidade de Ilha Solteira



Fonte: Elaborado pela autora.

2 Planejamento urbano

O nome dado à cidade de Ilha Solteira lhe faz jus, pois há uma pequena ilha solitária no Rio Paraná, com dois quilômetros de comprimento, densa vegetação em seu interior e areias brancas nas bordas, que são visíveis em períodos de seca (SÁVIO, 2011).

Figura 2: A ilha que nomeia a cidade e a usina



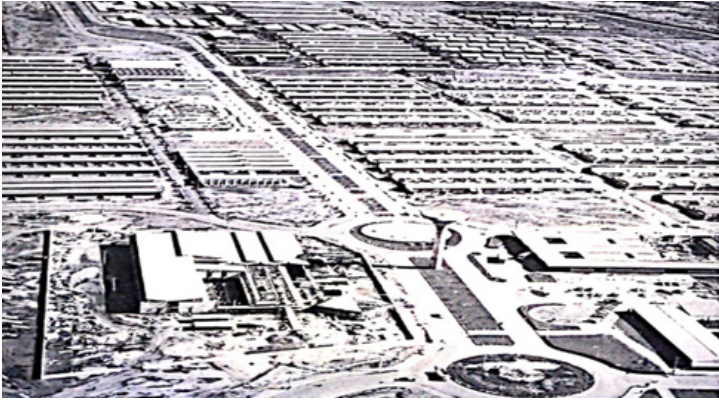
Fonte: Ilha Ambiental, 2011.

Disponível em: <http://ilhasolteiraambiental.blogspot.com/2011/04/ilha-solteira-do-rio-parana.html>.

Essa ilha é isolada das demais, o que chamou a atenção de especialistas que, no início, quando do planejamento da usina, assim a nomearam: Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, assim

como o conjunto habitacional que, atualmente, é a cidade. Abaixo uma fotografia da cidade de Ilha Solteira em construção.

Figura 3: A cidade de Ilha solteira, em construção



Fonte: CESP, 1988, p. 12.

Segundo CESP (1988), a construção urbana de Ilha Solteira iniciou em 1967, e, em 1971, atingiu sua maior população, aproximadamente 32.000 habitantes, sendo a ilha planejada para até 35.000 pessoas. Por volta de 1973, a população caiu para 26.000, devido à conclusão das obras. Em 1970, já apresentava aspecto de cidade, pois já contava com 78 estabelecimentos comerciais, vários locais de ensino (com 6.157 alunos matriculados), prédio central de administração, centro cultural, ginásio, hotel, telefônica etc., o que fazia do local uma “cidade” habitada.

O zoneamento definia três grandes zonas: urbana, de indústria pesada e o cinturão verde (área florestal e de pequenas propriedades agrícolas). A zona urbana foi dividida em habitacional e equipamentos, que, por sua vez, foi subdividida em quatro setores: setor 1 (lazer e recreação, com um generoso sistema de parques e praças); setor 2 (escolas, comércio e serviços público e privados, todos localizados ao longo do eixo longitudinal); setor 3 (zona central, onde se localizava o centro comunal – *core* – distribuído no eixo transversal no centro do núcleo e que comportava o prédio da administração da cidade, a rodoviária, o comércio especializado, o centro cultural, o cinema, o teatro, praça, ginásio, escolas técnicas, igreja, hotel, prédio da telefônica, correio, cartório etc.); e setor 4

(pequenas empresas e prestadoras de serviços localizadas ao longo da via perimetral). O eixo central transversal dividia o núcleo em área norte e área sul, e isso se tornou uma referência (VIANNA, 2018). Ilha Solteira foi emancipada em 30 de dezembro de 1991.

Figura 4: Ilha Solteira, com vista exclusiva da caixa d'água



Fonte: CESP, 1988, p. 15.

A cidade divide-se em quatro tipos de vias básicas: a Via Central, chamada de Avenida Brasil, que é o eixo estruturador da cidade; a Avenida Perimetral, anel viário que delimita o núcleo urbano; as Alamedas², que são vias de distribuição, interligando as avenidas; e as Ruas, que são vias locais de acesso aos lotes (dentro da viela). Por toda Avenida Brasil, foram feitos bolsões de estacionamentos, com capacidade de 200 vagas para estacionamento de veículos ao longo do eixo comercial central (PLANEMAK, 1980).

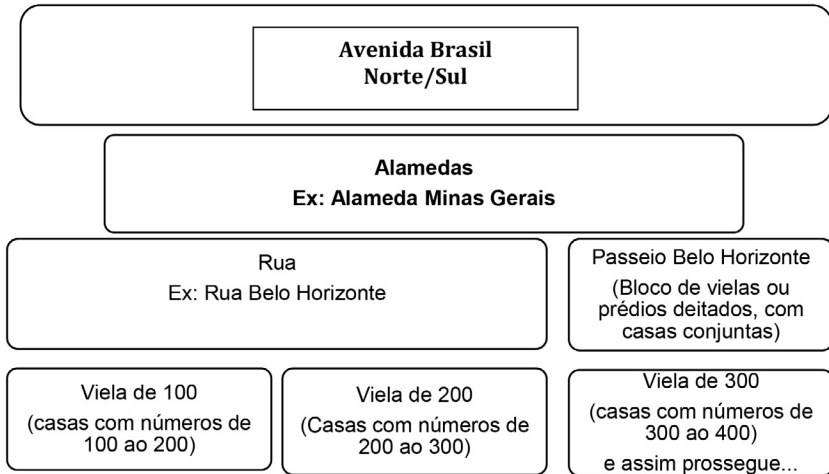
A Avenida Brasil divide-se em duas grandes zonas: Zona Norte e Zona Sul, centralizada pela caixa d'água de 34 metros de altura, que é um dos monumentos da cidade. As Alamedas são nomeadas com nomes de estados do Brasil, por exemplo: Alameda Minas Gerais, Alameda Pernambuco, Alameda Bahia, Alameda Maranhão. A partir das Alamedas, responsáveis pelo trânsito maior, ou seja, que permitem o tráfego de caminhões, saem as ruas, que são de menor tráfego e têm nomes de cidades dos esta-

² Rua, avenida arborizada. Parque, passeio. Rua ornada de álamos; terreno plantado de álamos.

Disponível em: <https://www.dicio.com.br/alameda/>. Acesso em: 6 dez. 2021.

dos correspondentes às alamedas. Por exemplo, uma rua que sai da Alameda Minas Gerais leva o nome de Belo Horizonte, e todo aquele lote com vielas divide-se em passeios, os quais são divididos por números. Por exemplo: Alameda Minas Gerais, Rua Belo Horizonte (ou passeio Belo Horizonte), viela de 300, casa 315.

Figura 5: Organograma estrutural das ruas da cidade



Fonte: Elaborado pela autora.

As casas eram de seis tipos diferentes, em uma espécie de “castas”. Segundo CESP (1988), em uma casa nível 01, moravam operários não especializados, serventes, ajudantes, zeladores etc.; no nível 02, servidores manuais especializados, como carpinteiros, encanadores etc.; no nível 03, mestres de obras, auxiliares administrativos, montadores, fiscais etc.; no nível 04, assistentes técnicos, auxiliares de enfermagem, desenhistas, professores de ensino primário etc.; no nível 05, cargos de chefia, professores de ensino técnico etc.; e, no nível 06, estavam todas as profissões que são portadoras de ensino universitário, tais como professores, médicos, engenheiros etc. De acordo com o serviço prestado por esse trabalhador, a casa era referente ao seu posto, tanto no tamanho quanto na comodidade.

Figura 6: Características das casas e suas repartições

Características das Casas de Ilha Solteira				
Tipo de Habitação	Area em m ²			
	Lote	Área Coberta	Alpendre	Programa
Tipo 1	108,00	32,64	8,40	Sala, 1/2 dormitórios, cozinha, banheiro, tanque, alpendre, área de frente e de fundo.
Tipo 2	132,00	44,90	16,10	Sala, 2/3 dormitórios, cozinha, banheiro, lavanderia, alpendres, área de frente e fundo.
Tipo 3	132,00	44,90	16,10	Idem, com melhoramentos internos e esquadrias.
Tipo 4	188,00	67,68	18,80 + 13,96 p/auto	Sala, 3 dormitórios, cozinha, banheiro, lavanderia, alpendres, área de frente e de fundo, abrigo para automóvel
Tipo 5	300,00	105,52	29,20 + 21,44 p/auto	Sala, 3 dormitórios, cozinha, banheiro, lavanderia, dormitório e banheiro para empregada, alpendres, área de frente e abrigo para auto, área lateral de serviço e área de fundo para expansão.
Tipo 6	560,00	152,00	34,00 + 28,00 p/auto	Sala de estar, sala de jantar, 4 dormitórios, banheiro, lavabo, copa, cozinha, lavanderia, dormitório e banheiro para empregada, alpendres, área de frente, abrigo para auto, área lateral de serviço e área de fundo para expansão.

Fonte: CESP, 1988, p. 15.

3 Metodologia

A metodologia utilizada para elaboração desta pesquisa é composta pela análise bibliográfica de documentos históricos, que orientaram como foi implantada a usina hidrelétrica, assim como a planificação da cidade. Os documentos analisados foram pesquisados na Biblioteca Municipal da cidade, além dos encontrados no *site* da própria prefeitura e em outros disponíveis para acesso na internet, como artigos, dissertações e teses relacionados.

4 Parte nova

Como o estudo baseia-se na parte extraplanejada, analisaremos, então, o que veio depois dos anos da construção da usina hidrelétrica. Segundo Planemak (1980), a cidade deveria seguir os princípios do Plano Urbano I quanto ao seu desenvolvimento, pois foram dados nomes a todas as ruas; logo, ao elaborarem novos bairros ou

bolsões, estes deveriam seguir o planejamento dentro de um dos três novos tipos de logradouros: largos, recantos e jardins. Os largos são alargamentos das ruas para estacionamentos (bolsões) junto às áreas comerciais, nomeados por objetos ou produtos do estado em questão. Já os recantos e os jardins devem seguir o nome de espécies de vegetais da nossa flora, distinguidos apenas pelo tamanho.

Ilha Solteira ficou dividida em uma parte planejada, como já mencionado acima, e alguns novos bairros, ao redor. Como exemplos, temos as “rocinhas” familiares, habitadas por trabalhadores rurais que tiram seu sustento da agricultura. Essa parte foi planejada, assim como a cidade, e a CESP já havia separado esse terreno para cultivos. Um dos terrenos próximos ao redor da cidade, na parte vizinha ao rio, é chamado de *Cinturão Verde*. Também há um pequeno bairro que está se formando, às margens do rio, a Alameda dos Pescadores (antigo Porto), cujos habitantes vivem da pesca e do turismo (aluguel de barcos ou conveniências e restaurantes à beira do rio). Já no lado oposto, a cidade tem um bairro com o nome de *Ypê*, cujo loteamento é maior: cada lote possui o equivalente a um hectare, e suas Alamedas são relacionadas com o nome do bairro, por exemplo: Alamedas das Rosas, Alameda das Palmas etc.; próximo ao zoológico, do lado oposto à rodovia, há os assentamentos, que são terrenos rurais.

O primeiro bairro analisado é novo na cidade, pois está se desenvolvendo nas últimas décadas, chamado Jardim Nova Ilha. Apesar de nomeado “Jardim”, ele é uma exceção ao citado acima (Plano I), que tende a nomear jardins com nomes de vegetais. O bairro é todo nomeado com nome de poetas e escritores, e a única rua pertencente ao bairro que não leva o nome de poeta é a Rua 1º de maio, mas que está totalmente relacionada com as demais, pois o dia 1º de maio é marcado, em nosso calendário, como o Dia da Literatura.

Em seguida, está a análise do bairro Jardim Morada do Sol, localizado mais distante da cidade, em direção à cidade de Selvíria/MS. As casas desse bairro fazem parte do programa Minha Casa Minha Vida³ e, por terem sido planejadas, essas casas seguem um padrão.

³ Programa do Governo Federal que oferece financiamento da casa própria a famílias de baixa renda, tendo sido substituído, atualmente, pelo Programa Casa Verde e Amarela (Ministério do Desenvolvimento Regional, 2022).

O bairro segue o Plano I, destacado pela empresa Planemak (1980), ao nomear as ruas com nomes de vegetais da nossa flora (com exceção de uma, com o nome José Perez Guerreiro). Ao redor desse local, encontra-se o bairro Recanto das Águas, com os lotes maiores, no modelo de “ranchos”, à beira do Rio Paraná. O Recanto está rodeado pela Avenida das Águas e pela Avenida Dr. Itamar Gouveia, que liga o Recanto das Águas ao Morada do Sol. A Avenida das Águas dá acesso à rodovia Feliciano Salles da Cunha, que liga os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Os dois bairros do recorte da pesquisa, Jardim Nova Ilha e Jardim Morada do Sol, possuem topônimos estruturados, ou seja, o bairro todo tende a seguir a nomeação como iniciado, tendo em conta que não fazem parte da cidade antiga no planejamento, mas seguem uma estrutura. O Jardim Nova Ilha tem, na maioria de suas ruas, a taxionomia **Antropotopônimos**, que são nomeações referentes a nomes próprios de pessoas. O Jardim Morada do Sol tem, em sua maior parte, nomes de plantas locais; logo, são **Fitotopônimos**.

Na análise dos topônimos acima, percebemos a influência da flora local, pois, ao passarmos próximo aos bairros Jardim Morada do Sol e do Recanto das Águas, vemos inúmeros pés de jacarandá, grevília e outros; quando andamos pelo bairro Ypê, encontramos variados tipos de ipês, roxos, amarelos etc. Assim, reforçamos o que Dick (1990) relata, quanto ao fato de que, ao conhecermos uma cidade, percebemos a presença da cultura local, neste caso, a natureza, e o contato dos ilhenses com ela, bem presentes na linguagem.

A análise baseou-se nos estudos da toponímia. Conforme se lê em Dick (1990), são perceptíveis as conexões da linguagem, ou seja, o léxico na nomeação de lugares, a **Onomástica**.

Todavia, ainda que, na língua, o signo participe, genericamente, de uma natureza convencional de significação, ao se aplicar o mesmo princípio à toponímia notar-se-á, uma diversidade de aspecto: o elemento linguístico comum, revestido, aqui de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada (DICK, 1990, p. 7).

Figura 7: Tabela com os nomes das ruas de Ilha Solteira

Jardim Nova Ilha	Jardim Morada do Sol
<p>Nome das Ruas:</p> <p>Machado de Assis Monteiro Lobato Castro Alves Cassimiro de Abreu Olavo Bilac José de Alencar Álvares de Azevedo Cecília Meireles Jorge Amado Manuel Bandeira Fernando Pessoa Mario de Andrade Raquel de Queiroz Dias Gomes Aloizio de Azevedo Tomas Antônio Gonzaga Graciliano Ramos Zélia Gattai Clarice Lispector Oswald de Andrade Augusto dos Anjos Lima Barreto Mario Quintana Gregório de Matos Basílio da Gama Jorge Lima Cruz e Souza Erico Veríssimo Rubem Fonseca Eça de Queiroz 1º de maio (exceção)</p>	<p>Nome das Ruas:</p> <p>Sibipiruna Grevilla Cabreúva Calicarpa Guatambu Quaresmeira Jacarandá Canafistula Caroba José Perez Guerreiro (exceção)</p>
<p>Resultado: Taxionomia dominante: Antropotopônimos</p>	<p>Resultado: Taxionomia dominante: Fitotopônimos</p>

Fonte: Elaborada pela autora.

Pontuações conclusivas

No desenvolvimento do texto, foram encontradas algumas dificuldades. O acesso ao mapeamento atual da cidade, por exemplo, foi uma delas. Apesar de ter sido solicitado, pessoalmente e por e-mail, ao setor de obras da prefeitura – setor responsável pela organização da cidade e que tem grande peso nas votações de escolha dos nomes das ruas –, não obtivemos retorno, tornando-se possível acessar tal documento. Portanto, o plano inicial de exemplificação das ruas antigas e atuais não pôde ser colocado em prática.

Outra dificuldade encontrada diz respeito a alguns documentos históricos que contribuíssem para a pesquisa, já que a biblioteca municipal não se encontrava disponível todos os dias, em razão do momento pandêmico pelo qual o mundo passava, além de não ser permitida a retirada dos livros históricos do local.

Em conclusão, ao buscar materiais e livros relevantes para a pesquisa, um dos funcionários do setor de obras fora questionado sobre a forma como são nomeadas as ruas da cidade, por exemplo, se havia algum motivo para a nomeação das ruas do Nova Ilha ser, especificamente, com nomes de escritores. No diálogo, o funcionário respondeu que, em princípio, tudo depende da lei, lembrando-se de que a escolha dos nomes de escritores ocorreu de modo aleatório e não saberia com exatidão, mas, que, provavelmente, tal escolha tenha sido decorrente de se tratar do Dia da Literatura. Ao analisarmos o contexto, percebemos que a rua 1º de Maio não é uma exceção, apenas, uma vez que é relativa à escolha dos topônimos do bairro, porque o dia 1º de maio é marcado, em nosso calendário, como Dia da Literatura. Sendo assim, vemos o léxico presente na cultura, nas datas e nos mais diversos locais.

Referências

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: ISQUERDO, A. N.; OLIVEIRA, A. M. P. Pi. **As ciências do léxico**: lexicografia, lexicologia, terminologia. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998, p. 11-20.

ILHA Solteira: a cidade e a usina. CESP, São Paulo, 1988. p. 93 (Fascículos da História da Energia Elétrica em São Paulo, 2)

INFORMAÇÕES sobre a cidade de Ilha Solteira. CESP, São Paulo, 1979.

D'ALMEIDA, C. H. **Produção empresarial da cidade: um laboratório/1965-1974**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DICIO. **Dicionário Online de português**. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/alameda/>. Acesso em: 6 dez. 2021.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Arquivo do Estado, 1990.

FRANCO, R. A. M.. **Ilha Ambiental**, 2011. Disponível em: <http://ilhasolteiraambiental.blogspot.com/2011/04/ilha-solteira-do-rio-parana.html>. Acesso em: 3 dez. 2021.

HISTÓRIA de Ilha Solteira: emancipação da cidade. Câmara Municipal de Ilha Solteira-SP, 2021. Disponível em: <https://www.cmilhasolteira.sp.gov.br/pages/display/emancipacao-cidade>. Acesso em: 5 dez. 2021.

VISTA aérea da Vila Piloto de Jupia. IBGE. Biblioteca Online.. 1965. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=448514>. Acesso em: 7 ago. 2022.

Ilha Solteira. **Experiência de implantação de uma cidade**. Administração especial de Ilha Solteira. 1970.

O PROGRAMA Casa Verde e Amarela. Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/casa-verde-e-amarela>. Acesso em: 9 ago. 2022.

PLANEMAK – Planejamento, Arquitetura e Engenharia Ltda. SC. São Paulo, 1980.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. M. de. **Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Império do Brazil**. Odeon, Pariz: Typographia de Fain e Thunot (Aillaud), 1845. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=dgMNAAAAIAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 8 jul. 2022.

SÁVIO, F. **Ilha Solteira: um sonho, uma história**. São José do Rio Preto: THS, 2011.

VIANNA, M. P. **Ilha Solteira: de patrimônio industrial a polo de desenvolvimento regional**. 2018.

O sufixo -NTE no português: convergência e divergência na formação de deverbais no português europeu, brasileiro e moçambicano

Graça Rio-Torto

Universidade de Coimbra, FLUC, DLLC & CELGA-ILTEC

Introdução

O presente estudo tem por objetivo descrever e analisar as condições de funcionamento do sufixo verbal *-nte*, no Português do Brasil, no Português Europeu e no Português de Moçambique. A disseminação de algumas convicções equívocas a respeito da realidade linguística do Português L1 Europeu, em face do Português L1 do Brasil, e do Português neológico e L2 de Moçambique, impõe uma reflexão objetiva sobre as coordenadas que balizam o funcionamento do sufixo nas três normas pluricêntricas da língua portuguesa.

Numa primeira secção, descreve-se o comportamento de *-nte* no Português do Brasil e no Português Europeu, no presente como em tempos mais recuados, e tendo como pano de fundo a coexistência concorrencial com o verbal *-dor*.

Numa segunda secção, compara-se o funcionamento do sufixo no Português do Brasil e no Português Europeu com o que ocorre na neologia recente do Português de Moçambique. Em ambas as secções, salientam-se as convergências e as divergências escrutinadas, e clarificam-se alguns dos equívocos que circulam sobre os padrões de formação de deverbais no Português do Brasil, no Português de Portugal e no Português de Moçambique. Procura-se dar resposta às seguintes questões: os produtos em *-nte* e em *-dor* são ou não funcionalmente equivalentes e, como

tal, intermutáveis entre si? A representatividade de *-nte* é mais saliente no português do Brasil (ALVES, 1996; ALVES; MARONEZE, 2018) do que no Português europeu (ANTUNES; CORREIA; ANTUNES, 2012), nomeadamente na neologia? Do ponto de vista genolexical, o português de Moçambique encontra-se mais próximo do português do Brasil ou do Português europeu, no tocante à neologia com *-nte* e *-dor*? O quadro teórico de referência envolve o pensamento de diversos autores, de que se destacam Aronoff e Fudeman (2011), Aronoff (2016), Basílio (2004), Goldberg (2005), Gonçalves (2019), Machungo (2000), Rio-Torto (2016, 2020), Rodrigues (2008, 2015), Sandmann (1989). A abordagem é igualmente Centrada no Uso, na senda do modelo Langackeriano conhecido por “Usage-based Model”.

1 O sufixo *-nte* no Português do Brasil e no Português Europeu

O sufixo *-nte* tem origem em *-ns*, *-ntis*, que, em latim, formava participios presentes, incluídos nas chamadas “formas nominais ou infinitivas” do verbo. Na língua portuguesa, o sufixo *-nte*, progressivamente, deixa de ser um sufixo flexional e passa a ser derivacional (RODRIGUES, 2022), gerando adjetivos e nomes verbais (*agonizante*, *minguante*, *corrente*, *contribuinte*) que denotam:

- «sujeito da ação ou do estado, indicados na significação do verbo: *brilhante*, *semelhante*, *fulgurante*, *calmante*» (CAUDAS AULETE, 1978).
- «a profissão, a seita, fabricante, comediante, protestante. Ou o cargo, o emprego: *comandante*, *almirante*, *ajudante*.» (CAUDAS AULETE, 1978).
- «“agente”, “ação”, “qualidade”, “estado”: amante (< lat. Amante), *despachante*, *estudante*, *semelhante*, *radiante*, *tolerante* (< lat. tolerante)» (AURÉLIO, 1986).
- «“agente”; “ação”; “estado”: *combatente*, *ouvinte*, *pagante*; *abrangente*, *constituente*, *seguinte*. [Equiv.: -ente: diluente.]» (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO, 2004, *on-line*).

- «ação, qualidade, estado, em adjetivos oriundos de verbos (*desconcertante, enervante*; alguns dos adjetivos podem ocorrer também substantivados (*declarante, feirante*).»

O sufixo *-nte* partilha o mesmo paradigma derivacional com o sufixo *-dor*, pelo que o funcionamento de um está estreitamente ligado ao de outro, sem que o semantismo de ambos (e de respectivos produtos) deixe de refletir a diferente gênese de cada sufixo.

Na *Gramática derivacional do Português*, Rio-Torto e Rodrigues (2016, p. 264-265, p. 271-274) sustentam que os produtos adjetivais sufixados em *-nte* denotam [que tem a propriedade de]. Quanto aos adjetivos derivados em *-dor*, são parafraseáveis por “que V”, pelo que os designam “causa”. O contributo semântico do sufixo é o mesmo que ocorre na formação de nomes, ou seja, é de [que tem a função de]. Os adjetivos em *-dor* designam “qualidades concernentes ao exercício de uma função”, sem indicação da capacidade para tal, algo que os adjetivos em *-nte* denotam: cf. *hotel flutuante*, que tem a capacidade de flutuar vs. *boia flutuadora*, que tem por função flutuar. Mas assim não é sistematicamente, como o evidencia o contraste entre *falante* e *falador*, uma vez que *falador* não significa “que tem a função de”, mas, antes, um comportamento habitual, reiterado, de “que fala muito”.

Para Basílio (2004, p. 46):

o sufixo *-nte* é utilizado, sobretudo, para a caracterização de seres por uma ação, atividade ou situação em curso [*desistente, manifestante, representante, sobrevivente, visitante*] e para a caracterização de substâncias ativas [*calmante, adoçante, refrigerante, hidratante*]. [...] O sufixo *-dor* é utilizado, sobretudo, para a caracterização genérica de profissões, cargos e funções [*cobrador, governador, varredor, vendedor*]; para a caracterização habitual [*madrugador, comprador, jogador, agitador, seguidor*]; para a designação de instrumentais de ordem mecânica, eletrônica ou abstrata [*computador, indexador, refrigerador, ventilador*] e para a caracterização eventual [*iniciador, perdedor, portador, vencedor*].

Tendo origem no particípio presente, o sufixo *-nte* encontra-se estreitamente relacionado como o tema verbal de *infectum* (e com o seu valor temporo-aspectual), de que provém. Já *-dor* tem origem na reanálise da sequência *-t-or* como sufixo (em que *-t-*

representava a fronteira do supino e *-or* o sufixo propriamente dito). Ora, o supino possui um valor, muitas vezes, relacionado com a semântica do *perfectum*, devido à semelhança formal entre ambos. Na passagem do Latim para o Português, a categoria de modo diluiu-se no eixo do tempo, mas o aspecto cursivo-durativo perdura nas construções adjetivas e nas substantivas. Para alguns especialistas (OLIVEIRA, 2014), “este traço de duração é marca aspectual que define a construção” (SANTOS, 2005, p. 103).

Ancorando-se numa abordagem sociocognitiva da rede de construções agentivas deverbais em X-nte, Santos (2005, p. 7) propõe a existência de duas classes de construções: «a construção de propriedade (situação *humilhante*, *neurotizante*, *empolgante*) e a construção de personificação (*estudante*, *persistente*, *dirigente*). Nesta última, reconhecemos a existência de uma construção de “agentes químicos” (*adoçante*, *refrigerante*) herdeira, por elo metafórico, da construção de agentes humanos (*comerciante*, *navegante*, *visitante*). Rodrigues (2008) inclui os substantivos deverbais em *-dor* e em *-nte* nos produtos prototipicamente de ‘indivíduo’, por contraste com os de ‘evento’ (sufixados em *-ção*, *-mento*, *agem*).

O sufixo *-nte* forma adjetivos deverbais (alguns dos quais nominalizáveis) e/ou nomes deverbais. Assim, na língua portuguesa existem três classes de deverbais em *-nte*:

1. Os que apenas funcionam como adjetivos.
2. Os que apenas funcionam como nomes.
3. Os que funcionam como adjetivos e como nomes.

A função semântica primária do nome é denominar (*criança*, *casa*, *mesa*, *gato*), e a do adjetivo, caracterizar (*útil*, *inútil*, *largo*, *estreito*). Graças às propriedades partilhadas e à flutuação categorial que estas proporcionam, alguns nomes podem ser usados como caracterizadores (“o comerciante foi *burro* quando se deixou enganar”) e vice-versa, uma propriedade caracterizadora pode ascender ao estatuto de denominação (o *largo* da Sé, o *estreito* de Gibraltar). A designação de uma entidade a partir da função adjetiva de caracterização, configurando-se a denotação por caracterização, é um processo amplamente usado e atestado nas línguas naturais.

Assim, no conjunto dos produtos em *-nte* ou nos em *-dor*, encontramos, na língua portuguesa, os que funcionam apenas como adjetivos, os que funcionam apenas como nomes e os que são bifuncionais, ocorrendo como adjetivos ou como nomes.

Os nomes e os adjetivos têm propriedades gramaticais distintas, como se observa no quadro seguinte.

Quadro 1: Adjetivos, nomes e A/N em *-nte* e suas propriedades

Adjetivos (que funcionam apenas como A): ‘que V’	A/N que funcionam como A ou N: ‘(aquele/aquilo) que V’	Nomes (que funcionam apenas como N): ‘aquele/aquilo que V’
abundante, agonizante, alienante, apaixonante, borbulhante, brilhante, cintilante, delirante, fascinante, radiante, revoltante, tolerante	atacante, calmante, fortificante, navegante, ocupante, purgante, oxidante, reclamante, secante, vibrante, visitante	adoçante, ajudante, comandante, desinfetante, estudante, fabricante, governante, hidratante, negociante, traficante, viajante
<p>. Função de caracterizar/de codificação de propriedade: <i>exército atacante, loção hidratante, situação empolgante, humilhante</i></p> <p>. Não são canonicamente usados como N: *o abundante enche-o de alegria</p> <p>. Concordam com o N em número</p> <p>. Podem ser intensificados: <i>abundantíssimos, muito apaixonantes</i></p> <p>. Podem ocorrer com verbos estativos (hoje está muito inteligente), de opinião (achei a história brilhante) e de mudança de estado (o João ficou mais tolerante).</p>	<p>Este conjunto partilha características com os conjuntos A e N, havendo diferença no estágio do processo de gramaticalização</p> <p><i>O grupo atacante abandonou ou local. O atacante fugiu.</i></p> <p><i>O médico receitou um tônico fortificante. O João tomou um fortificante.</i></p>	<p>. Função de denominação de entidades denominadas pela profissão (<i>negociante</i>), por atividade, função ou comportamento habitual (<i>estudante, visitante</i>), e de produtos químicos (<i>adoçante, hidratante</i>)</p> <p>. Resistem ao processo de intensificação: *exército muito atacante; *colega muito visitante</p> <p>. Podem ser usados com o verbo estativo <i>ser</i> (este medicamento é calmante), mas nem todos se combinam com <i>estar</i> (*este colega está nosso visitante), com V de julgamento (*<i>não</i> considerou o processo comunicante) ou de mudança de estado (*a loção tornou-se hidratante)</p>

Em face do exposto, os produtos em *-nte* e os em *-dor* não são funcionalmente equivalentes em todas e quaisquer situações, pelo que não serão sistematicamente intermutáveis entre si.

De resto, e de acordo com os princípios cruciais da organização da linguagem enunciados por Goldberg (1995, p. 67-68), nomeadamente: Princípio da Não Sinonímia (duas construções só serão sintaticamente distintas se elas forem semântica ou pragmaticamente distintas), Princípio da Economia Maximizada e Princípio da Motivação Maximizada, a língua tende a maximizar os recursos e as construções, de forma a ser o menos redundante possível, em termos sintáticos, semânticos e pragmáticos. Se duas construções são formalmente distintas e semanticamente equivalentes, então elas não serão pragmaticamente equivalentes.

Como afirmam Aronoff e Lindsay (2015, p. 12-13¹), “[n]a língua, quando duas realizações competem pelo mesmo recurso, habitualmente só uma emerge por defeito, e a outra desaparece, altera o seu significado ou retrai-se para um nicho especial”.

A análise de derivados corradicais sufixados em *-nt(e)* e em *-dor* ilustra a coexistência de diferentes situações, que se organizam escalarmente de uma situação de equivalência até uma situação de diferenciação semântica máximas.

Não vamos, aqui, considerar, neste momento, a situação de oposição que o par (1) configura, e que contrapõe a seleção sufixal feita pelo Português do Brasil e pelo de Portugal para denotar o “produto que amacia”, o qual, no Brasil, tem a configuração de *amaciante* e, em Portugal, a de *amaciador*, ou a de (2), que ilustra uma seleção análoga.

(1) *amaciante* (PB) e *amaciador* (PE)

(2) *fumante* (PB) e *fumador* (PE)

Nas situações em que ambos os derivados têm a mesma classe lexical, sendo ambos nomes ou ambos adjetivos (cf. exemplos 3 a 9), parece haver equivalência semântica entre os produtos portadores de *-nt(e)* ou de *-dor*.

¹ No original: “In language, when two realizations compete for the same resources, one usually emerges as the default and the other either disappears, changes its meaning, or retreats to a special niche”.

- (3)encorajante_A ≈ encorajador_A
 (4)isolante_{A/N} ≈ isolador_{A/N}
 (5)lubrificante_{A/N} ≈ lubrificador_{A/N}
 (6)intensificante_A ≈ intensificador_{A/N}
 (7)nasalizante_A ≈ nasalizador_A
 (8)navegante_N ≈ navegador_N
 (9)pagante_A ≈ pagador_{A/N}

Nas situações em que os derivados têm diferentes classes lexicais, os valores semânticos de cada um estão em consonância com as funções dominantes dos adjetivos e dos nomes, respectivamente, as de caracterizar e de denominar. Assim acontece nos exemplos 10 a 16.

- (10)Amante_N ≠ amador_{A/N}
 (11)Colaborante_A ≠ colaborador_N
 (12)Comunicante_A ≠ comunicador_N
 (13)Falante_{A/N} ≠ falador_A
 (14)Flutuante_A ≠ flutuador_N
 (15)Informante_{A/N} ≠ informador_N
 (16)Picante_A ≠ picador_N

Em alguma literatura de especialidade perpassa a ideia de que (i) *-nte* forma mais adjetivos que nomes. Em Sandmann (2008, p. 65), *-nte* só figura na formação de adjetivos. O inverso ocorre com *-dor* (SANDMANN, 2008; BASÍLIO, 2004), e *-dor* não figura na secção sobre “formação de adjetivos deverbais”. Além disso, (2) *-nte* estaria mais produtivo no Português do Brasil do que no de Portugal (NHATUVE, 2022). A observação de um dicionário inverso, como o de Wolf (1971), mostra que não há assimetrias numéricas assinaláveis entre os derivados adjetivais e os nominais em ambos os casos. Em paralelo, estudos sobre a construção neológica no Brasil e em Portugal (RIO-TORTO, 2020) revelam que *-dor* continua quase tão produtivo quanto *-nte*, pois são 11 as ocorrências adjetivais em *-dor* e 17 as ocorrências adjetivais em *-nte*, num *corpus* de 530 adjetivos, extraídos da Base de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo (MARONEZE,

2009). Entre os adjetivos recolhidos pelo autor, contam-se *barroquizante, caudilhizante, culturalizante, desmaniqueizante, dolarizante, homogeneizante, mesmerizante, sociologizante, vacinantes*.

No Houaiss (2001), as formações em *-nte* ascendem a 3.495, e as em *-dor*, a 4.519. Por si só, esses dados conduziriam a uma percepção idêntica à acima mencionada sobre a produtividade relativa de *-nte* e de *-dor* no Brasil. Também os substantivos de “indivíduo”, recolhidos e estudados por Rodrigues (2008), ascendem a 2.201, em *-dor* e a 394 em *-nte*. Todavia, a consulta de bases de dados disponíveis *online*, como a do Cetem/publico (1.7 v. 11.4), para o Português Europeu, e a do Corpus Brasileiro (v. 6.3), para o Português do Brasil, revela a seguinte realidade de ocorrências e a percentagem, relativamente ao total de unidades de *-nte* e de *-dor*.

Quadro 2: Número de ocorrências e % percentagem, relativamente ao total de unidades em *-nte* e ao total de unidades em *-dor*

	Cetem/Público 1.7 v. 11.4: 234.481.482 (100%)	Corpus Brasileiro v. 6.3: 1.057.661.923 (100%)
-NTE: nº e % de ocorrências	498.254 ocorrências: 0,2124%	2.143.806 ocorrências: 0,2026%
-DOR: nº e % de ocorrências	293.146 ocorrências: 0,1250%	1.523.010: ocorrências: 0,1439%

Fonte: Elaboração da autora.

O quadro anterior permite observar que, nas bases de dados escrutinadas: (i) *-nte* apresenta valor percentual de ocorrências superior ao de *-dor* e (ii) as percentagens relativas de *-nte* e de *-dor* não são substancialmente diferentes no Brasil e em Portugal. Não se pode, portanto, assumir que a representatividade de *-nte* é mais saliente no português do Brasil do que no Português europeu.

Já a distribuição cronológica de derivados em *-nte* e em *-[d/t/s]or*, datados pelo Houaiss (e que exclui o vasto número a que não foi atribuída datação), encontra-se retratada no quadro

seguinte, revelando que os derivados em $-[d/t/s]or$ são numericamente superiores aos derivados em $-nte$.

Quadro 3: Cronologia de datações mais antigas de $-nte$ e $-[d/t/s]or$, no Houaiss 2001

Séculos Sufixos	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	Total
$-nte$	11	20	38	31	53	32	100	50	335
$-[d/t/s]or$	67	52	54	83	68	95	150	68	537

Fonte: Oliveira, 2014, p. 352-357.

Todavia, muitos A/N não foram construídos no português, mas herdados do latim.

De acordo com Oliveira (2014), num estudo levado a cabo sobre 16 palavras em $-nte$, 50% são descritas pelo Houaiss como oriundas do latim, 25% do italiano, 6,25% do francês, 6,25% do português, 1 (6,25%) classificada como hispânica e 1 (6,25%) como românica; das 24 palavras em $-(t/d/s)or$, 83,33% são descritas, pelo Houaiss, como oriundas do latim, 4,16% do francês, 4,16% do espanhol, 4,16% do português e 1,16% do inglês. Como era de esperar, uma percentagem significativa de produtos em $-nte$ (50%) e em $-(t/s/d)or$ (83,33%) foi herdada da língua mãe. Tal facto não apaga a real produtividade de ambos os sufixos na língua portuguesa hodierna, em todas as suas latitudes pluricontinentais. A datação relativa dos produtos em $-nte$ e em $-(t/d/s)or$, também plasmada nos dois quadros seguintes, revela significativa dispersão cronológica ao longo da história das línguas, em ambos os casos sufixais analisados.

Quadro 4: Língua de origem e datação mais recuada de produtos em *-nte*

Produtos em <i>-nte</i>	Língua de origem	Datação
agente, estudante, gerente, negociante, presidente, regente servente	latim	
ajudante	românica	séc. XIII-XIV
representante	francês	séc. XV
assistente	italiano (?)	1304
atendente, comandante dirigente	italiano (?) italiano	séc. XIV 1889
palestrante	português	s.d. ²

Fonte: Oliveira, 2014.

Quadro 5: Língua de origem e datação mais recuada de produtos em *-(t/d/s)or*

Produtos em <i>-(t/d/s)or</i>	Língua de origem	Datação
Assessor, ator, defensor, diretor, doutor, es-cultor, inspetor, leitor, pastor, professor, pro-motor, reitor, relator, senador Governador, lavrador, pesquisador, procu-rador, servidor: tema do supino gübērnāt-/lābōrāt-/pērquīsīt-/prōcūrāt-/sērvīt- + -ōr = gübērnātōr, ōrīs; lābōrātōr, ōrīs; pērquīsītōr, ōrīs; prōcūrātōr, ōrīs; sērvītōr, ōrīs.	latim	-
<i>Colaborador</i>	francês	1755
<i>Historiador</i>	espanhol (?)	c. 1295
<i>Inquiridor</i>	português	séc. XIII
<i>Realizador</i>	inglês (?)	1809-10

Fonte: Oliveira, 2014.

2 O sufixo *-nte* no Português de Moçambique, do Brasil e de Portugal

Em alguns textos descritivos da língua portuguesa, circula a ideia de que os padrões derivacionais do Português europeu e do

² Segundo Cunha, *palestrar* abona-se desde 1842, e *palestrista* no século XX. Não é mencionado *palestrante*.

Português do Brasil se encontram em rota de divergência, talvez, mimetizando o que efetivamente se verifica no nível morfossintático, nomeadamente, na ordem de constituintes interfrásica, no sistema de flexão verbal, no sistema de pronomes pessoais tónicos e átonos, na codificação de Sujeito e de Objeto Direto e Indireto etc. (NEVES, 2000; CASTILHO, 2010). Com exceção dos processos não concatenativos (GONÇALVES, 2016b, 2016a), em que o Português do Brasil se tem revelado muito mais pujante e inovador que o Português Europeu, e com exceção de alguma antroponímia mais recente do Brasil, cuja criatividade parece não ter limites (NETO; RODRIGUES, 2017; SOLEDADE, 2019), os padrões construcionais da derivação no Português Europeu e no Português do Brasil têm-se mantido idênticos ao longo dos séculos, divergindo, por vezes, em sectores pontuais na seleção ou nas inflexões semânticas de algum operador afixal e na produtividade de alguns outros. Como não se pode tomar a nuvem por Juno e, com base em dois pares como 17 e 18, assumir que, no PB, *-nte* predomina sobre *-dor*, e que, no PE, se verifica o inverso, não espelha a realidade de ambos os universos genolexicais.

(17) amaciante (PB) amaciador (PE).

(18) fumante (PB) fumador (PE).

A análise dos dados empíricos descritos por Basílio (2013), por Gonçalves (2016a, 2016b), para o PB, e por Rio-Torto (2016, 2020, 2021), para o PE, revela que os esquemas mentais de construção das unidades lexicais não diferem, substancialmente, nas diferentes manifestações africana, brasileira e europeia da língua portuguesa. Tal não significa que o português de Moçambique, sendo uma variedade em emergência, não contenha múltiplos aspectos em que se distancia da variedade europeia. Nem outro seria o cenário expectável, dadas as multimodas especificidades dos dois universos em causa.

No que diz respeito ao Português de Moçambique, e tendo em conta que se trata de L2 para a maior parte da população do país, a sua renovação lexical não se encontra, ainda, suficientemente estabilizada ou padronizada, para se poder dizer que se afasta (ou se aproxima) mais da renovação lexical que tem lugar

no Brasil ou em Portugal. Em todo o caso, os dados abonados por Machungo (2000, 2015) revelam que as estratégias de construção de novas unidades lexicais (que tenham por base radicais ou palavras de língua bantu, ou radicais ou palavras de língua portuguesa) não se afastam, significativamente, das que são patrimônio comum da língua portuguesa nas suas diferentes latitudes e/ou que estão inscritas no léxico mental dos falantes de português dos diferentes continentes onde é falado como L1 ou como L2.

O corpus de exclusão do ONPM é constituído por dicionários de língua do português europeu e outras bases de dados lexicais (Vocabulário Ortográfico do Português – VOP). A grande influência que a variante brasileira do português tem em Moçambique ditou que fossem também incluídos dicionários do Português do Brasil, estando o *corpus* de exclusão assim constituído:

- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea – Academia de Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001.
- Grande Dicionário da Língua Portuguesa – Porto Editora, 2004.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa – Temas e Debates (Versão Portuguesa), 2003.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. [Em linha], 2008-2016.
- Vocabulário Ortográfico do Português – (VOP) – ILTEC, 2010 (MACHUNGO, 2016, p. 8).

Por sua vez, Reite (2013, p. 72) assinala que, dos 814 neologismos registados no Observatório de Neologismos do Português de Moçambique e recenseados até 4 de maio de 2013, 29,8% são formados por sufixação, 21,5% são empréstimos, 14,2% são formados por composição, 8,9% são formados por prefixação e 8,6% são neologismos semânticos. A derivação por sufixação é, portanto, o processo de criação lexical mais produtivo no português de Moçambique. Os 47% de neologismos que são empréstimos de línguas bantu são, na sua maioria (72%), adaptados ao

português. Os demais empréstimos provêm do inglês, e, na sua maioria, não são adaptados ao português.

Em um estudo recente sobre a neologia do Português de Moçambique, aplicada a adjetivos deverbais em *-nte*, Nhatuve (2022, p. 14) afirma que:

A análise dos adjetivos [...] aponta para o uso do sufixo *-nt(e)* com o significado de *-dor*. Aliás, as unidades lexicais novas *atormentante*, *colaborante*, *democratizante*, *encorajante* e *monopolizante* apresentadas [...] correspondem (tendo como base o contexto em que ocorrem) a palavras do português como *atormentador*, *colaborador*, *democratizador*, *encorajador* e *monopolizador*, respectivamente. Quanto ao adjetivo *psicologizante* que também registra a mesma tendência de uso de *-nt(e)*, embora exista no português o verbo *psicologizar*, nem aquela palavra, nem *psicologizador* constituem entradas em dicionários do português europeu. [...] Portanto, há, no PM, o alargamento da semântica do sufixo *-nt(e)* que passa a abranger o significado do sufixo *-dor* (com a função de) e os dois morfemas podem ser usados comutativamente com o mesmo valor semântico.

Essas afirmações requerem alguns esclarecimentos no que diz respeito ao Português europeu.

Começemos por observar os adjetivos *atormentante*, *colaborante*, *democratizante*, *encorajante*, *monopolizante*, considerados neológicos por Nhatuve (2022), porque não ocorrem no *corpus* de exclusão do *Observatório de Neologismos do Português de Moçambique*³.

Ora, a existência de bases atuais, disponíveis em linha e de dados de acesso irrestrito, das variedades do português, nomeadamente do português europeu, teria permitido verificar que os adjetivos considerados neológicos efetivamente não o são, uma vez que estão amplamente atestados na variante lusitana.

O quadro seguinte ilustra tal realidade. Nele, incluem-se não apenas o número de ocorrências registradas em bases de dados de Portugal e do Brasil, como também se facultam alguns exemplos ilustrativos e contextualizados das mesmas (pesquisa realizada em 2 de agosto de 2022).

³ Disponível em: <https://catedraportugues.uem.mz/observatorio>.

Quadro 6: Adjetivos deverbais em *-nte* no Português de Moçambique, no do Brasil e no de Portugal

Adjetivos	Cetem/publico 1. 7 v. 11. 4: nº de ocorrências e alguns exemplos ilustrativos	Corpus Brasileiro v. 6. 3: nº de ocorrências e alguns exemplos ilustrativos	Observatório de Neologismos Moçambique: nº ocorrências
Atormen- tante	∅	∅	1: o fenómeno da erosão é atormentante (Televisão 27-08-1992)
Colabo- rante	88: atitude/instituição, expectativa colaborante; colaborante luta legislativa	6: paciente/homem/armadura colaborante ; língua «tão plástica e colaborante » como a húngara»	1: “score” a ser colaborante e confirmativo. (Jornal Notícias 20-02-1990)
Democra- tizante	26: ciclo/papel/missão/versão /intenção democratizante	247: comunicação/estratégia/entidade/instrumento democratizante	1: solução democratzante.
Encora- jante	63: época/estudo/resposta/sin-al/situação/número muito encorajante; Advogado de fama, picador encorajante; notícias encorajantes; encorajante política de subsidiação	7: situação/carta/dedicatória encorajante; O encorajante início de mútuo entendimento	1: Encorajantes resultados da visita de Baker à região. (Jornal Notícias 07-08-1991)
Monopoli- zante	5: dolo/pendor/conduita/orga nismo monopolizante; monopolizante corrente gótica	7: gigantismo/exclusividade monopolizante da educação; tatização monopolizante	1: tendência monopolizante sobre a Banca (Jornal Metical 09-03-2011)
Psicologi- zante	6: visão/linguagem/interpretação psicológizante; herança psicológizante da dança;	121: Discurso/visão/base, fundo/argumento/lengalenga psicológizante	1: forma psicológizante. Jornal Savana (04-03-2011)

Fonte: Elaboração da autora.

O único adjetivo que, efetivamente, não está abonado nas duas bases de dados compulsadas é *atormentante*, mas ele ocorre em Portugal, em blogs, como em:

- (19) “[...] violência fetichista e gratuita cometida por outros, nomeadamente desconhecidos, é um pensamento de facto **atormentante**, contudo tem adquirido cada vez mais relevância [...]”⁴

Com exceção de *atormentante*, os demais adjetivos deverbais *colaborante*, *democratizante*, *encorajante*, *monopolizante*, *psicologizante* estão atestados no português europeu, pelo que se torna necessário esclarecer, de forma mais especiosa e à luz desta realidade, em que medida tais adjetivos podem ser considerados neologismos no português de Moçambique por referência ao Português de Portugal. Tal facto implica que os critérios de exclusão das bases de dados neológicas tenham de ser revistos, à luz da realidade lexical hodierna, dos meios de difusão universalmente disponíveis, e dos referenciais teóricos que a descrevem.

Não se pode igualmente afirmar que os adjetivos *colaborante*, *democratizante*, *encorajante*, *monopolizante* correspondem ao português *atormentador*, *colaborador*, *democratizador*, *encorajador* e *monopolizador*, respectivamente. A realidade teórica mostra que, havendo tendência para maximização de recursos, o uso de cada sufixo tende a fazer-se acompanhar de uma especialização semântica que, pelo menos, se reflete e traduz no semantismo convencional do produto. Todavia, as equivalências perduram nas línguas, e só uma análise contextualizada de *colaborante*, *democratizante*, *encorajante*, *monopolizante*, *psicologizante* e de *atormentador*, *colaborador*, *democratizador*, *encorajador*, *monopolizador* e (?) *psicologizador*, no português de Moçambique, permitirá averiguar se efetivamente os dois sufixos podem ser usados comutativamente com o mesmo valor semântico, e se, no português de Moçambique, ocorreu o alargamento da semântica de *-nte*, que passa a abranger o sentido do sufixo *-dor*. A ser assim, o que configuraria um interessante filão do português de Moçambique, o valor de

⁴ Disponível em: <https://cinematograficamentefalando.blogs.sapo.pt/1083697.html>.

“que tem a propriedade de” seria anulado, em face de “que tem a função de”? Ao valor de “qualidades concernentes ao exercício de uma função” acrescentar-se-ia o de indicação da capacidade para tal, uma vez que se trata de informação que os adjetivos em *-nte* denotam? Trata-se de aspectos a pesquisar, para um cabal esclarecimento do funcionamento de *-nte*.

Para a formação de adjetivos em *-nte*, Basílio (2004, p. 57) preconiza que:

o sufixo *-nte* se adiciona, sobretudo, a verbos (a) de causação de sentimento [*comovente, fascinante, edificante, deprimente, instigante, neurotizante*]; (b) de movimento ou reação fisiológica [*arquejante, bruxuleante, ofegante, rastejante*]; e (c) indicadores de estado [*condizente, coincidente, distante, ocorrente*].

Ora, os adjetivos “neológicos” do Português de Moçambique em nada se afastam dos padrões assinalados por Basílio, o que nos leva a admitir que os adjetivos neológicos do Português de Moçambique não serão muito diferentes, construcionalmente, dos que ocorrem no Brasil e em Portugal. Também os nomes neológicos em *-dor* (como em *-aria*, em *-eir-*, em *-ista*) atestados por Machungo (2015, p. 109) (*batedor/roubador* “aquele que rouba”, *cabulador* “aquele que cabula”, *furtador* “aquele que furta”, *gazetador* “aquele que gazeta”, *urinador* “aquele que urina”) corroboram que assim é.

Por último, porque se parte de um pressuposto errôneo, também as ilações o são. Referindo-se ao uso do sufixo *-nte*, afirma Nhatuve (2022, p. 12) que “a criação neológica do PM se aproxima do português brasileiro, uma vez que o maior número das unidades lexicais registradas no Observatório como neologismos ocorre nessa variedade. Portanto, estas palavras representam neologismos em consideração do português europeu”. Ora, como tivemos oportunidade de observar, os mesmos adjetivos em *-nte* considerados neológicos do Português de Moçambique ocorrem também em bases de dados do Português de Portugal, e igualmente estão abonados em bases de dados do Português do Brasil. A proximidade entre o Português de Moçambique e o do Brasil não pode se alicerçar nestes pretensos neologismos do PM.

Considerações finais

A concorrência entre os sufixos deverbais *-nte* e *-dor* é fonte de alguma sobrecarga do paradigma derivacional de formação de adjetivos e de nomes de verbais. Esses sufixos não são funcionalmente equivalentes em todas e quaisquer situações, pelo que não são sistematicamente intermutáveis entre si. Casos há em equivalência (*encorajante, encorajador; navegante, navegador*), mas em muitos outros (*amante vs. amador, colaborante vs. colaborador*) a diferenciação semântica impera entre os produtos derivacionais, não sendo intersubstituíveis entre si.

A pesquisa aqui efetuada permitiu constatar que, nas bases de dados consultadas e disponíveis online (Cetem/Público 1.7 v. 11.4, para o Português Europeu, e Corpus Brasileiro v. 6.3, para o Português do Brasil), o sufixo *-nte* apresenta valor percentual de ocorrências ligeiramente superior ao de *-dor*, contrariando, assim, alguns indicadores de que *-dor* estaria mais representado e disponível do que *-nte* no Português do Brasil.

Um estudo recente sobre a neologia no português de Moçambique conclui que este se encontra mais próximo do português do Brasil do que do Português europeu no tocante à neologia com *-nte* (NHATUVE, 2022). Os adjetivos deverbais tomados como referência estão abonados no português europeu e no português brasileiro, pelo que não podem ser encarados como verdadeiros neologismos. A asserção sobre o Português de Moçambique assenta num *corpus* de exclusão que carece de ser atualizado à luz dos recursos disponíveis on-line desde finais do século XX.

Também não é lícito considerar que seja uma especificidade do português de Moçambique o “alargamento” da semântica do sufixo *-nte*, que absorveria também o significado do sufixo *-dor*, uma vez que a equivalência semântica ocorre igualmente no Português do Brasil e no Português europeu em vários pares corradicais portadores dos mesmos sufixos. Fica por demonstrar se tal pretensão especificidade do português de Moçambique implicaria a desativação do sufixo *-dor* em casos como *atormentador, colaborador, democratizador, encorajador, monopolizador*. Como foi assinalado, não se pode argumentar a absorção do valor de *-dor*

pelos adjetivos em *-nte* com base na falsa premissa de que os adjetivos em *-nte* **não estão atestados no Português europeu, e de que**, por isso, os adjetivos em *-nte* registados em Moçambique seriam então equivalentes aos corradicais em *-dor* abonados em Portugal. Como Machungo assinala (2000, 2015), a neologia e a formação de palavras com *-dor* encontram-se bem ativas no português de Moçambique, pelo que as equivalências deveriam ser apuradas intraindicionalmente ou na interlíngua que se vai criando, e não na língua-fonte.

Tanto quanto nos é dado conhecer, nenhum dos cenários esboçados por Aronoff e Lindsay (2015) para a competição entre sufixos se desenha para já no Português de Moçambique, no que toca à coexistência de *-nte* e de *-dor*. Mas tal não anula a possibilidade de maior proximidade entre o Português de Moçambique e o Português do Brasil em muitas outras áreas da língua, como mostra Gonçalves (2010), e o seu distanciamento da norma europeia. As metamorfoses da língua são moldadas por quem a usa, pelo “povo”, que também sobre ela é soberano e, como tal, dadas as incontornáveis especificidades das comunidades e culturas brasileira, moçambicana e portuguesa, nada mais natural e expectável do que a diversificação linguística rumo a uma crescente identidade idiomática (FARACO, 2016).

Em face dos dados convocados, é de crer que, na atual fase de emergência e na nativização do Português de Moçambique, os mecanismos de dinâmica genolexical e de neologia não sejam substancialmente diferentes dos que se encontram ativos no Brasil e em Portugal. Salvaguardam-se vários processos não concatenativos de construção de palavras, que são muito produtivos no Brasil, mas não em Portugal, e os que estão estruturalmente ligados aos fundos lexicais das línguas nativas do Brasil e de Moçambique.

Referências

- ALVES, I. M. O conceito de neologia: da descrição lexical à planificação lingüística. *Alfa*, São Paulo, n. 40, p. 11-16, 1996.
- ALVES, I. M.; MARONEZE, B. Neologia: histórico e perspectivas. *GTLex*, Uberlândia, v. 4, n. 1, p. 5-32, 2018.

ANTUNES, M.; M. CORREIA; V. ANTUNES. Neologismos científicos e técnicos na imprensa generalista. **Revista Entrelinhas**, v. 6, n. 1, p. 4-21. 2012.

ARONOFF, M. Competition and the lexicon. In: ELIA, A.; IACOBINI, C.; VOGHERA, M. (eds.). **Livelli di Analisi e fenomeni di interfaccia**. Atti del XLVII CONGRESSO INTERNAZIONALE DELLA SOCIETÀ DI LINGUISTICA ITALIANA. Roma: Bulzoni Editore, p. 39-52. 2016.

ARONOFF, M.; FUDEMAN, C. **What is morphology?** Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.

ARONOFF, M.; LINDSAY, M. Productivity, blocking, and lexicalization. In: LIEBER, R.; ŠTEKAUER, P. (eds.). **The Oxford handbook of derivational morphology**. Oxford: Oxford University Press, p. 67-83. 2014.

ARONOFF, M.; LINDSAY, M. Partial organization in languages: la langue est un système où la plupart se tient. **Proceedings of Décembrettes**, n. 8, 2015. Disponível em : <https://linguistics.stonybrook.edu/faculty/mark.aronoff>. Acesso em: 26 set. 2022.

BASÍLIO, M. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto. 2004.

CASTILHO, A. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo. Contexto, 2010.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.

FARACO, C. A. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola. 2016.

GOLDBERG, A. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GONÇALVES, C. A. **Atuais tendências em formação de palavras**. São Paulo: Contexto, 2016a.

GONÇALVES, C. A. (org.). **Processos marginais de formação de palavras**. Campinas: Pontes, 2016b.

GONÇALVES, C. A. **Morfologia**. São Paulo: Parábola, 2019.

GONÇALVES, P. **A Gênese do Português de Moçambique**. Lisboa: IN-CM, 2010.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MACHUNGO, I. Neologismos do Português de Moçambique: a construção de uma base de dados. MACHUNGO, I. (org.). **Cadernos de Pesquisa**, n. 2, Maputo: Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira, Universidade Eduardo Mondlane, p. 5-14, 2016.

MACHUNGO, I. **Neologisms in Mozambican Portuguese: a morphosemantic study**. 2020. Tese (Doutoramento) – University of Ghana, 72000.

MACHUNGO, I. Estratégias de criação lexical no português de Moçambique: aspectos da derivação sufixal. **Revista Científica da UEM: Série Letras e Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 109-121, 2015.

MARONEZE, B. Adjetivos neológicos em um corpus da imprensa brasileira contemporânea. VI CONGRESSO DA ABRALIN, p. 530-538, 2009. Anais [...]. São Paulo, 2009.

NETO, N.; L. RODRIGUES. A neologia e os processos genolexicais em antropônimos brasileiros: um breve mapeamento de estudos realizados. **Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos**, Redenção, v. 1, n. 2, p. 110-127, 2017.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. Araraquara: Editora Unesp, 2000.

NHATUVE, Diocleciano. Tendências genolexicais em adjetivos neológicos no português de Moçambique. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 64, p. 1-18, 2022.

OBSERVATÓRIO de Neologismos de Moçambique. Disponível em <https://catedraportugues.uem.mz/observatorio-neologismo/>. Acesso em: 26 set. 2022.

OLIVEIRA, A. A. G. J. **Os sufixos agentivos -nte e -dor no português: um estudo semântico-diacrônico**. 2014. Tese (Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, **São Paulo**, Rio-Torto, 2014.

REITE, T. **À descoberta de particularidades no português de Moçambique**. Explorações quantitativas e comparativas. Masteroppgave ved Institutt for litteratur, områdestudier og europeiske språk. Det humanistiske fakultet. Universitetet i Oslo. Trykk: Reprosentralen, Universitetet i Oslo, 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/25859853-A-descoberta-de-particularidades-no-portugues-de-mocambique.html>. Acesso em: 26 set. 2022.

RIO-TORTO, G. Renovação do léxico no Português brasileiro e europeu. Da neologia técnico-científica à neologia expressiva, humorística, lúdica. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 196-223, 2020. DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v6i3.33323>.

RIO-TORTO, G; RODRIGUES, A. S. Formação de adjetivos. In: RIO-TORTO, G. *et al.* (org.). **Gramática derivacional do português**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 261-296, 2016.

RODRIGUES, A. S. **Formação de substantivos deverbais sufixados em Português**. München: Lincom, 2008.

RODRIGUES, A. S. **A Gramática do Léxico: Morfologia Derivacional e o Léxico Mental**. München: Lincom, 2015.

RODRIGUES, A. S. Serving syntax or word formation: a cross-linguistic perspective on the suffixes coming from the Latin – NTE. Book of abstracts International Congress on Syntax. *In: Honour of Professor Ana Maria Brito*. Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Centro de Linguística da Universidade do Porto, 13-15 jul. 2022, p. 80-81. Disponível em: https://cisyntax2022.files.wordpress.com/2022/07/livro-de-resumos_final-1.pdf. Acesso em: 26 set. 2022.

SANDMANN, A. J. **Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo**. Curitiba: Scientia et Labor, Ícone, 1989.

SANTOS, A. M. T. dos. **Uma abordagem sociocognitiva da rede de construções agentivas deverbais x-nte**. 2005. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) – Linguística da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz Fora., Juiz de Fora, 2005.

SOLEDADE, J. **Semântica morfolexical: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico**. 2004. Doutorado (Letras) – Linguística Histórica, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2004.

SOLEDADE, J. Mudança nos padrões lexicais da antroponímia brasileira: um olhar sobre dados dos finais do século XIX até meados do século XX. **Comunicação ao VII SIMELP**. Porto de Galinhas, 20-24 de agosto de 2019.

WOLF, E. M. **Dicionário Inverso da Língua Portuguesa**. Moscovo: Nauka. 1971.

Sobre o organizador e a organizadora

Marcus Dores

Doutorando em Linguística pela Universidade de Évora – FCT UI/BD/151220/2021 – e em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. É investigador do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora e membro da Cátedra UNESCO em Patrimônio Imaterial e Saber-Fazer Tradicional: Ligando Patrimônios. Possui mestrado Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduação em Letras pela Universidade Federal de Ouro Preto. É, também, editor-chefe da Revista *LaborHistórico* (UFRJ) e membro do Conselho Coordenador do Instituto de Investigação e Formação Avançada (IIFA) da Universidade de Évora. Foi autor da proposta aprovada pela UNESCO de nomeação do *Livro de Inventários da Catedral de Mariana (1749-1904)* ao Programa Memória do Mundo (MowBrasil/UNESCO).

Maryelle Cordeiro

Possui graduação em Letras (modalidade: licenciatura dupla; habilitação: Português/Italiano) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com experiência acadêmica na Università del Salento em Lecce, na Itália. É Mestre em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras da UFMG. Possui doutorado em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras da UFMG, com período de Doutorado Sanduíche no Atlas Linguístico Italiano e Atlas Toponímico do Piemonte Montano, ambos com sede na Università degli Studi di Torino, na Itália. Na Università degli Studi di Torino, durante o período do Doutorado Sanduíche, atuou como Cultrice della Materia no Dipartimento di Studi Umanistici. É mestre em Didattica e promozione della lingua e cultura Italiane a stranieri pela Università Ca' Foscari di Venezia, em Veneza na Itália.

Sobre as(os) autoras(es)

Ana Greice Moreira Penha

Mestranda em Estudos de Linguagem (com bolsa da CAPES) e graduanda em Letras – Português e Inglês pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Graduada em Letras – Português e Espanhol pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Foi bolsista de Treinamento Técnico III da FAPESP no projeto “Estudo Comparativo Sobre o Ensino de Matemática em Reformas Educacionais da Educação Secundária: Bolívia, Brasil e México”.

Anna Ladilova

Professora no Departamento de Estudos Românicos da Universidade Justus-Liebig em Gießen (Alemanha), onde obteve seu doutorado (2013) e Venia Lendi (habilitação) (2020). Sua pesquisa tem como foco a Comunicação Intercultural em Interação, Estudos de Gesto, Formação de Palavras, Linguística de Corpus, Contato Linguístico e Estudos de Migração. Mais especificamente, seu trabalho aborda as estratégias de integração (linguística) dos migrantes, a construção da identidade coletiva e a negociação multimodal do significado social na interação. Atualmente, está realizando uma análise de *corpus* dos neologismos no contexto da pandemia COVID-19.

Bárbara Neves Salviano de Paula

Doutora em Linguística Aplicada pela UFMG. Possui graduação em Letras e mestrado em Linguística pela mesma instituição. É professora de Língua Francesa e de Língua Brasileira de Sinais. Atuou como professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura de Belo Horizonte. Atualmente, é professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É produtora e analista de material didático voltado para o ensino de Língua Portuguesa e Libras. Desenvolvedora de proposta lexicográfica para dicionário geral de língua bilíngue Português/Libras/Português. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística Aplicada ao Ensino.

Bruno Maroneze

Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo/USP (2011), com pós-doutorado pela Universidade de Coimbra (2022). É professor associado da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD e do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS.

Evandro L. T. P. Cunha

Professor na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É doutor em Linguística pela Universidade de Leiden (Países Baixos) e em Ciência da Computação pela UFMG, em regime de cotutela. Realizou estágio de pesquisa no Instituto Max Planck de Antropologia Evolutiva (Leipzig, Alemanha), especialização em Linguística Forense na Universidade do Porto (Portugal) e residência pós-doutoral no projeto Covid Data Analytics, da UFMG. Na Faculdade de Letras da UFMG, coordena o ADA – Núcleo de Linguística Computacional (www.letras.ufmg.br/nucleos/ada) e leciona disciplinas nas áreas de Italiano e de Linguística Aplicada.

Fernando Hélio Tavares de Barros

Doutor em Romanística (Linguística) pela Universität Bremen (Fachbereich 10 - Romanistik), Alemanha, com bolsa do CNPq-DAAD (2015-2019). Mestre em Linguística pelo PPG Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com bolsa do CNPq (2013-2014). Graduado em Letras Anglo-Portuguesas e suas Literaturas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Sinop, e Licenciado em Letras – Espanhol, pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci. Atualmente, atua no ensino de língua estrangeira e de língua portuguesa no curso de Pedagogia da União das Faculdades de Alta Floresta/MT (UNIFLOR). É membro do DIVALIMT – Diversidade e Variação Linguística em Mato Grosso, do grupo binacional de estudos do Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata / Sprachkontaktatlas der deutschen Minderheiten im La Plata-Becken - ALMA (Sob coord. Dr. Cléo V. Altenhofen - UFRGS/ Dr. Harald Thun - Christian-Albrechts-Universität zu Kiel - CAU, Alemanha), do Observatório Onomástico - OONO-MA (Fale - UFMG) e do MinGLA (Minderheiten germanischer

Sprachen in Lateinamerika) sediado na Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt. Atua no campo da pesquisa da Linguística com as seguintes áreas de interesse: Geolinguística, Dialetologia, Sociolinguística, Lexicologia e Onomástica nos campos da Italianística, Germanística e Lusitanística.

Graça Rio-Torto

Professora catedrática (aposentada) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, doutorada em Linguística pela mesma instituição, onde sempre exerceu a sua atividade docente e de pesquisa, estando vinculada a diversos programas de Graduação e de Pós-graduação. É membro do Celga-Iltec, Centro de pesquisa em Linguística sediado na FLUC, onde coordena um grupo de I&D sobre léxico e formação de palavras em português. Participa como membro ou como coordenadora em diversos projetos internacionais. Tem vários livros publicados, com destaque para a Gramática Derivacional do Português (Coimbra: IUC, 2016) e para Prefixação na língua portuguesa contemporânea (São Paulo: Cortez, 2019). É autora de numerosos artigos publicados em revistas e em livros, orientou dezenas de mestrados, de doutoramentos e de pós-doutoramentos, e atua como membro da comissão científica e/ou editorial de várias revistas de circulação internacional. A sua investigação atual privilegia o léxico, a morfologia e a semântica da formação de palavras, em Portugal e no Brasil, bem como a morfossintaxe da língua portuguesa como língua não materna.

Geraldo José Rodrigues Liska

Doutor com Residência Pós-doutoral em Estudos Linguísticos (Área: Linguística Aplicada. Linha: Ensino do Português) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência nas áreas de Linguística e de Ensino de Língua, com ênfase em Morfologia, Lexicologia, Semântica Lexical, Semântica Cultural e Estilística Léxica. Interesse em pesquisas sobre palavras e sentidos (com viés cultural e cognitivo), dicionários, jogos digitais, livros didáticos, propostas curriculares e documentos legislativos e/ou norteadores, histórias em quadrinhos e demais materiais que podem envolver estudos do léxico e tecnologias.

Guillermo Vidal Fonseca

Licenciado em Filologia Galega (Universidade de Santiago de Compostela) e doutor em Linguística (Universidade de Santiago de Compostela). Realizou estágio pré-doutoral na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018) e pós-doutoral na Universidade do Minho (2021). Foi leitor do Centro de Estudos Galegos da Universidad de Extremadura (2017-2020). Na atualidade, é professor da Área de Filologias Galega e Portuguesa da Universidad de Extremadura.

Jeander Cristian da Silva

Graduado em Letras (Licenciatura em Língua Portuguesa) pela UFMG e mestre em Estudos Linguísticos pela mesma instituição; autor da dissertação “Axiotopônimos: um estudo dos logradouros públicos da cidade de Betim”. Doutorando em Estudos Linguísticos pela UFMG. Tem experiências na área de Linguística Teórica e Descritiva, pautando-se nos seguintes temas: Lexicologia e Toponímia. Atualmente, é estagiário docente, pelo PIFD, no projeto Apoio Pedagógico da Fale/UFMG, lecionando as seguintes disciplinas: Fundamentos de Sintaxe; Fundamentos de Semântica; Sintaxe, na perspectiva da Gramática Tradicional (*on-line*) e Gramática Tradicional: Morfossintaxe da Língua Portuguesa (*on-line*). Integrante do Grupo de Pesquisa GELNAL/UFAC (Grupo de Estudos do Léxico e Narrativas da Amazônia Legal).

Kamila da Silva Barbosa

Tem graduação em Letras – Licenciatura em Português e Inglês pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS (2020). É mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Lorenza Lourenço

Antropóloga pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFMG.

Lucas Löff Machado

Tem doutorado na área de germanística pela Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt (Alemanha) e mestrado em linguística aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência nas áreas de dialetologia, contato linguístico e sociolinguística (análise do discurso). Interessa-se também pelos seguintes temas: ensino da língua alemã, identidade e toponomástica. Atua como membro das seguintes redes de pesquisadores: ALMA-Linguae (Rede de Pesquisa sobre Línguas Minoritárias no Brasil), MinGLA (Rede de Línguas Minoritárias de Origem Germânica na América Latina), ZILAS (Instituto para Pesquisas sobre a América Latina, Eichstätt, Alemanha), LATinBAY (rede de pesquisa América Latina na Bavieira, Alemanha) e AliCONMAT (Atlas Linguístico Contatual do Norte do Mato-Grosso).

Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida

Professor titular da Universidade de São Paulo – USP (onde atua desde 2004). Chefe do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (2022-2024). Exerceu essa função de 2017 a 2021. Coordenou o programa de Pós-graduação Filologia e Língua Portuguesa (2007-2010). Fez graduação em Letras-Português/Francês (1985-1989) e especialização em Linguística (1992-1993) na Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT; doutorado direto em Letras: Filologia e Língua Portuguesa (1996-2000) e Livre Docência em Fonética e Fonologia do Português (2009) na USP; tem formação complementar em Dialetologia Portuguesa (1998) na Universidade de Lisboa-IL; Pós-doutorado em Crítica Textual (2013-2015) na Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Fez estágio em pesquisa dialetológica (2021-2022) na Universidade de Augsburg-UNIA, Alemanha, onde atuou como pesquisador convidado. Foi professor de Latim e de Língua Portuguesa na PUC/SP (1996-1997) e na UFMT (1990-2004), onde foi chefe do Departamento de Letras (1994-1995), diretor do Instituto de Linguagens (1995-1996) e coordenador de programas de Pós-graduação (2000-2004). Colabora com programas de Pós-graduação na UFMT, na Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT/Sinop e Tangará da Serra, e na Universidade do Estado da Bahia-UNEB/Campus-X. Foi pesquisador responsável do Projeto Temático/FAPESP: Projeto de História do Português

Paulista-PHPP/Caipira 2 (2014-2017). Coordena o projeto Atlas Linguístico do Estado de São Paulo-ALiESP (iniciado em 2021). Participa do projeto Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português do Instituto da Língua Galega da Universidade de Santiago de Compostela-ILG/USC e do grupo de pesquisa Crítica Textual da Fundação Biblioteca Nacional-FBN. Participa da equipe Red-BayMis de las Universidad Nacional de Misiones (UNAM) y Universidad de Augsburg (UNIA) e mantém acordo de cooperação com o projeto VerbaAlpina da Universidade de Munique (LMU), Alemanha. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq desde 2011 e consultor (parecerista) de revistas científicas, editoras, CNPq, CAPES e FAPESP, dentre outras fundações estaduais de amparo à pesquisa. Atua nos seguintes temas: Linguística Histórica, Crítica Textual e Filologia, Dialectologia e História da Língua Portuguesa.

Simone Dornelas de Carvalho

Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (Poslin/UFMG). Professora da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG).

Simone Fonseca Gomes

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais. Realizou doutorado sanduíche no Institut Pierre Gardette da Université Catholique de Lyon, França. Mestre em Linguística pela UFMG (2015). Bacharel em Letras, língua francesa. Membro da Comissão de Linguística Histórica da ABRALIN. Tem conhecimento nas áreas de Filologia e Linguística Românica, Linguística Histórica, Linguística Comparada, Sociolinguística, Línguas minoritárias ameaçadas e ensino de português e francês.



LETRACAPITAL

ISBN 978-85-7785-785-2



9 788577 857852